



ACADEMIA MILITAR

A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Alexandre Ferreira
Gonçalves**

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Coronel GNR (Reserva) Francisco Rodrigues

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017



ACADEMIA MILITAR

A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Alexandre Ferreira
Gonçalves**

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Coronel GNR (Reserva) Francisco Rodrigues

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017

EPÍGRAFE

“Com ordem e com tempo encontra-se o segredo de fazer tudo e tudo fazer bem.”

Pitágoras

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial aos meus pais, a todos os meus amigos e a todos os camaradas, que me apoiaram ao longo do curso da Academia Militar.

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar de cinco anos de trabalho árduo, mas também muito enriquecedores. Tal não seria possível sem a presença de diversas pessoas, que contribuiriam largamente para toda a minha formação.

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, o Professor Doutor José Fontes, pela sua excelsa orientação e disponibilidade, fornecendo uma preciosa ajuda na realização deste trabalho de investigação.

Gratifico também a coorientação do Coronel de Infantaria da GNR Francisco Rodrigues, que me guiou ao longo da investigação graças à sua vasta experiência profissional.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Pedro Oliveira, ao Major de Infantaria da GNR Jorge Barradas, ao Major de Infantaria da GNR Nuno Simões, ao Capitão de Infantaria da GNR Daniel Jorge, ao Capitão de Infantaria da GNR Ruben Ferreira, ao Capitão de Infantaria da GNR Francisco Calejo, ao Capitão de Infantaria da GNR Rui Brito, ao Capitão de Cavalaria da GNR Bruno Carvalho, ao Capitão de Cavalaria da GNR Rui Ferreira, ao Tenente de Infantaria da GNR Márcio Fernandes, ao Tenente de Infantaria da GNR Fábio Afonso, ao Tenente de Infantaria da GNR Telmo Gomes, e ao Tenente de Infantaria da GNR Edgar Fernandes, pela disponibilidade que demonstraram na realização das entrevistas, podendo assim obter dados de qualidade, contribuindo desta feita de uma forma notável para esta investigação.

Ao Coronel de Infantaria da GNR António Paixão, e ao Major de Cavalaria da GNR Sanches e Silva, por me terem esclarecido algumas dúvidas e terem fornecido documentos importantes para a elaboração deste trabalho.

À direção dos cursos da GNR, na pessoa do Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho, pela constante preocupação demonstrada no desenvolvimento desta investigação.

Não posso deixar de agradecer o apoio de toda a minha família, deixando um especial agradecimento aos meus pais, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e me nortearam a seguir o melhor caminho, por toda a dedicação e esforço que demonstraram ao longo deste percurso na Academia Militar. O meu sucesso é em grande parte o sucesso deles.

Deixo também uma palavra especial ao meu irmão, Aspirante de Infantaria do Exército, Ricardo Gonçalves, por defender inabalavelmente os valores em que acredita, e pela raça que sempre demonstrou na prossecução dos seus objetivos. Juntos vamos trilhando o nosso caminho, caminhos diferentes, mas sempre lado a lado.

A todos os meus amigos, que em muito dignificam o significado da verdadeira Amizade, por todos os momentos de descontração, alegria e confraternização que partilhámos.

Para finalizar, e não menos importante, agradeço aos meus camaradas do curso General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que comigo compartilharam experiências inigualáveis durante a Academia Militar.

A todos, o meu sincero e profundo Obrigado.

RESUMO

A presente investigação encontra-se subordinada ao tema “*A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública*” e tem como objetivo geral compreender como é que as forças dos Destacamentos de Intervenção operam com as do Grupo de Intervenção de Ordem Pública quando existe a necessidade de uma atuação conjunta e coordenada.

A metodologia utilizada assenta num modelo hipotético-dedutivo. Desta maneira, a formulação de hipóteses permite orientar o pensamento, para que, através da pesquisa bibliográfica e respetiva análise documental, bem como das entrevistas aplicadas, se consiga dar resposta às questões da investigação, obtendo assim conclusões pertinentes e relevantes.

Este trabalho de investigação é constituído por três capítulos que seguem naturalmente uma sequência lógica. Inicialmente, no enquadramento teórico, definem-se os conceitos teóricos relevantes para o desenrolar do trabalho, e as duas subunidades em estudo são analisadas. De seguida, no enquadramento metodológico é indicada e explicada a metodologia que serviu de base para a elaboração do trabalho. No terceiro capítulo, procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

Com o desenvolvimento da investigação, conclui-se que estas forças interagem em diversas situações, pelo que, a interoperabilidade entre elas revela-se de enorme importância, na medida em que garante ao cidadão um maior sentimento de segurança. Uma atuação mais coordenada, onde exista partilha de informações entre as forças, permite uma resposta mais eficaz e eficiente a incidentes onde estas forças tenham de atuar coordenadamente.

Palavras-chave: Intervenção; Interoperabilidade; Uso da Força; Níveis de Emprego Operacional; Ordem Pública.

ABSTRACT

The present investigation is subordinated to the theme "*The Interoperability of Intervention Detachments and the Public Order Intervention Group*" and its general objective is to understand how the Intervention Detachments forces operate with those in Public Order Intervention Group when there is a need for joint and coordinated action.

The methodology used is based on a hypothetical-deductive model. In this way, the formulation of hypotheses helps to guide the thoughts, so that, through the bibliographic research and respective documentary analysis, as well as the interviews applied, it is possible to answer the research questions, thus obtaining relevant conclusions.

This research is organized in three chapters that follow a logical sequence. Initially, in the theoretical framework, the relevant concepts to the work are defined, and it is made an analysis to the two subunits that are being study. Then, in the methodological framework the methodology that served as the basis for the elaboration of the work is indicated and explained. In the third chapter, the results are presented, analyzed and discussed.

With the development of the investigation, it is possible to conclude that these forces interact in diverse situations, reason why, the interoperability between them has an enormous importance, since it guarantees a greater sense of security to the citizen. A more coordinated performance, where there is information sharing between forces, allows a more effective and efficient response to incidents where these forces have to coordinate.

Key words: Intervention; Interoperability; Use of Force; Operational Employment Levels; Public Order.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
LISTA DE APÊNDICES.....	xii
LISTA DE ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. O papel da GNR na Segurança Interna	5
1.1.1. A vertente de ordem pública na GNR.....	5
1.1.2. Organização da GNR	5
1.1.3. A manutenção da ordem pública	7
1.1.4. O conceito de interoperabilidade	8
1.2. Destacamentos de Intervenção	9
1.2.1. História dos Destacamentos de Intervenção	9
1.2.2. Articulação, dispositivo e missão dos Destacamentos de Intervenção	10
1.2.3. Formação técnico-tática	12
1.3. Grupo de Intervenção de Ordem Pública	13
1.3.1. História do Grupo de Intervenção de Ordem Pública.....	13
1.3.2. Articulação, dispositivo e missão do GIOP	14
1.3.3. Formação técnico-tática	15
1.4. Atividade operacional	16
1.4.1. Níveis de emprego operacional	16
1.4.1.1. Caracterização do 2.º Nível de emprego operacional	17
1.4.1.2. Caracterização do 3.º Nível de emprego operacional	18
1.4.1.3. Articulação do 2.º com o 3.º Nível de emprego operacional	18
1.4.2. Uso da força	18

1.5. Análise teórico-comparada dos DI e do GIOP.....	21
CAPÍTULO II — ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	22
2.1. Natureza da Investigação	22
2.2. Método de Abordagem da Investigação	22
2.3. Objetivos de Investigação	24
2.4. Hipóteses da investigação	25
2.5. Procedimentos de recolha de dados	26
2.6. Amostragem: composição e justificação	28
2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados	28
CAPÍTULO III — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	30
3.1. Análise das Entrevistas	30
3.1.1. Análise das Entrevistas do tipo A	30
3.1.2. Análise das Entrevistas do tipo B e C	37
3.2. Discussão dos Resultados	51
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICES.....	I
Apêndice A — Valências existentes nos Comandos Territoriais	II
Apêndice B — Resumo dos Patamares do Uso da Força	III
Apêndice C — Comparação de matérias abordadas no CIR e no CMOP	IV
Apêndice D — Comparação de tarefas atribuídas aos DI e ao GIOP	V
Apêndice E — Carta de Apresentação	VI
Apêndice F — Guião da Entrevista do tipo A	VIII
Apêndice G — Guião da Entrevista do tipo B.....	IX
Apêndice H — Guião da Entrevista do tipo C	X
Apêndice I — Caracterização da Amostra	XI
Apêndice J — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo B	XII
Apêndice K — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo C	XIII
Apêndice L — Desenvolvimento da Investigação	XIV
ANEXOS	XV
Anexo A — Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças	XVI
Anexo B — Estrutura da GNR	XVII
Anexo C — Estrutura da Unidade de Intervenção	XVIII
Anexo D — Estrutura do Destacamento de Intervenção	XIX

Anexo E — Estrutura do Comando Territorial.....	XX
Anexo F — Estrutura curricular do CIR.....	XXI
Anexo G — Estrutura do GIOP.....	XXII
Anexo H — Estrutura curricular do CMOP	XXIII
Anexo I — Diagrama do Uso da Força.....	XXIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 — Investigação Científica Aplicada	4
Figura 2 — Níveis de Emprego Operacional	17
Figura 3 — Resumo dos Patamares do Uso da Força	III
Figura 4 — Desenho da Investigação.....	XIV
Figura 5 — Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças.....	XVI
Figura 6 — Estrutura da GNR.....	XVII
Figura 7 — Anexo A ao Despacho n.º 57/09-OG com o Organograma da UI.....	XVIII
Figura 8 — Anexo D ao Despacho n.º 53/09-OG com a estrutura do DI.....	XIX
Figura 9 — Anexo A ao Despacho n.º 72/08-OG com a estrutura do CTer	XX
Figura 10 — Anexo A ao Regulamento do CIR com a estrutura curricular do CIR.....	XXI
Figura 11 — Orgânica do GIOP	XXII
Figura 12 — Anexo A ao Regulamento do CMOP com a estrutura curricular do CMOP	XXIII
Figura 13 — Diagrama do Uso da Força.....	XXIV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo A	30
Tabela 2 — Análise das respostas à questão n.º 2.1 da Entrevista tipo A	31
Tabela 3 — Análise das respostas à questão n.º 2.2 da Entrevista tipo A	32
Tabela 4 — Análise das respostas à questão n.º 2.3 da Entrevista tipo A	33
Tabela 5 — Análise das respostas à questão n.º 3.1 da Entrevista tipo A	34
Tabela 6 — Análise das respostas à questão n.º 3.2 da Entrevista tipo A	34
Tabela 7 — Análise das respostas à questão n.º 3.3 da Entrevista tipo A	35
Tabela 8 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo A	35
Tabela 9 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo A	36
Tabela 10 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo A	37
Tabela 11 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo B e C.....	37
Tabela 12 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo C.....	38
Tabela 13 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo B e C.....	39
Tabela 14 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo B e C.....	40
Tabela 15 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo B e C.....	41
Tabela 16 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo B e C.....	42
Tabela 17 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo B e C.....	44
Tabela 18 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo B e C.....	45
Tabela 19 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo B e C.....	46
Tabela 20 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo B e C.....	47
Tabela 21 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo B e C.....	48
Tabela 22 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo B e C.....	50
Tabela 23 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo C.....	51
Tabela 24 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo B.....	51
Tabela 25 — Valências existentes nos Comandos Territoriais	II
Tabela 26 — Comparação de matérias abordadas no CIR e no CMOP	IV
Tabela 27 — Comparação de tarefas atribuídas aos DI e ao GIOP	V
Tabela 28 — Caracterização da Amostra.....	XI
Tabela 29 — Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo B	XII
Tabela 30 — Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo C	XIII

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A — Valências existentes nos Comandos Territoriais.....	II
Apêndice B — Resumo dos Patamares do Uso da Força.....	III
Apêndice C — Comparação de matérias abordadas no CIR e no CMOP.....	IV
Apêndice D — Comparação de tarefas atribuídas aos DI e ao GIOP.....	V
Apêndice E — Carta de Apresentação.....	VI
Apêndice F — Guião da Entrevista do tipo A.....	VIII
Apêndice G — Guião da Entrevista do tipo B.....	IX
Apêndice H — Guião da Entrevista do tipo C.....	X
Apêndice I — Caracterização da Amostra.....	XI
Apêndice J — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo B...	XII
Apêndice K — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo C.....	XIII
Apêndice L — Desenvolvimento da Investigação.....	XIV

LISTA DE ANEXOS

Anexo A — Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças.....	XVI
Anexo B — Estrutura da GNR.....	XVII
Anexo C — Estrutura da Unidade de Intervenção.....	XVIII
Anexo D — Estrutura do Destacamento de Intervenção.....	XIX
Anexo E — Estrutura do Comando Territorial.....	XX
Anexo F — Estrutura Curricular do CIR.....	XXI
Anexo G — Estrutura do GIOP.....	XXII
Anexo H — Estrutura Curricular do CMOP.....	XXIII
Anexo I — Diagrama do Uso da Força.....	XXIV

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Art.º — Artigo

BOp — Batalhão Operacional

BTer — Brigada Territorial

CBE — Curso de Bastão Extensível

CDF — Comando de Doutrina e Formação

CDSP — Código Deontológico do Serviço Policial

CISS — Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo

CIIP — Curso de Instrutor de Intervenção Policial

CIOP — Companhia de Intervenção de Ordem Pública

CIR — Curso de Intervenção Rápida

CISEOP — Curso de Intervenção em Situações Especiais de Ordem Pública

Cmdt — Comandante

CMOP — Curso de Manutenção de Ordem Pública

CRP — Constituição da República Portuguesa

CTAFMI — Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais

CTer — Comando Territorial

DI — Destacamento de Intervenção

DL — Decreto-Lei

DTer — Destacamento Territorial

DUDH — Declaração Universal dos Direitos Humanos

EIESS — Equipas de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo

FIAPO — Forças de Intervenção de Apoio às Patrulhas de Ocorrências

GCG — General Comandante Geral

GIC — Grupo de Intervenção Cinotécnico

GIOE — Grupo de Intervenção de Operações Especiais

GIOP — Grupo de Intervenção de Ordem Pública

GIPS — Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro

GNR — Guarda Nacional Republicana

GTer — Grupo Territorial
HI — Hipóteses de Investigação
ITP — Incidente Tático-Policial
LOGNR — Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MROP — Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública
NEP — Norma de Execução Permanente
NEOp — Nível de Emprego Operacional
OE — Objetivos Específicos
OG — Ordem à Guarda
PAF — Plano Anual de Formação
PI — Pelotão de Intervenção
PIOP — Pelotão de Intervenção de Ordem Pública
PIR — Pelotão de Intervenção Rápida
QC — Questão Central
QD — Questão Derivada
QI — Questões de Investigação
QO — Quadro Orgânico
RCFTIA — Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RGSGNR — Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
RI — Regimento de Infantaria
TIA — Trabalho de Investigação Aplicada
UI — Unidade de Intervenção
USHE — Unidade de Segurança e Honras de Estado
VTC — Vídeo-teleconferência
ZA — Zona de Atuação

INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), inserido no âmbito da estrutura curricular do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, da Guarda Nacional Republicana (GNR), subordina-se ao tema: “A interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública”.

Esta investigação incide sobre a atividade que os Destacamentos de Intervenção (DI) e os diversos escalões do Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP) desenvolvem em conjunto, contribuindo assim para a interoperabilidade destas duas forças, e, por conseguinte, para o cumprimento da missão geral da GNR atribuída por Lei.

Uma das diversas valências previstas no espectro de missões da GNR é a manutenção da ordem pública, que contribui por sua vez para “garantir a ordem e tranquilidade públicas, bem como a segurança e proteção das pessoas e dos bens” (alínea *b*) do n.º 1 do art.º 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana [LOGNR], Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro).

Posto isto, revela-se pertinente fazer um estudo sobre a maneira como duas subunidades distintas, mas ambas vocacionadas para a manutenção e restabelecimento da ordem pública (em sentido lato), interagem, e qual o seu contributo para a prossecução da missão geral da GNR — “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei” (n.º 2 do art.º 1.º da LOGNR).

É importante que as responsabilidades e funções das diversas componentes estruturais da GNR estejam bem definidas e organizadas, para que num todo, a Guarda preste um melhor serviço. Neste intuito, e para que se encontrem novas respostas que vão de encontro às necessidades e expectativas de segurança dos cidadãos, foi criada a circular n.º 14/2014-P que introduz o conceito de Níveis de Emprego Operacional (NEOp), constituindo a “organização das várias valências e forças da GNR por diferentes patamares, em função das suas prioridades de emprego, missões atribuídas, preparação técnica e tática, equipamento e impacto no cidadão” (circular n.º 14/2014-P). Assim, a circular n.º 14/2014-P define que os DI integram um segundo nível de intervenção (2.º

NEOp), enquanto o GIOP integra um terceiro nível (3.º NEOp), providenciando uma resposta complementar à atuação do segundo nível.

A escolha deste tema deve-se principalmente à vontade de aprofundar o conhecimento relativo à forma de atuação destas forças, que em muito contribuem para o aumento do sentimento de segurança da população. Desta forma, pretende-se com esta investigação obter conclusões relevantes e de interesse para a mui nobre instituição Guarda Nacional Republicana, de tal modo que seja possível melhorar o serviço prestado a Portugal.

Neste trabalho pretende-se verificar se existe efetivamente uma interoperabilidade entre os DI e o GIOP, e quais as potencialidades e vulnerabilidades dessa interoperabilidade, por forma a melhorar a intervenção destas forças quer em operações planeadas, quer em situações inopinadas.

Com base na identificação do problema principal da investigação, durante a fase exploratória da investigação, formulam-se as Questões de Investigação (QI), nomeadamente a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) (Sarmiento, 2013).

Assim, na tentativa de formular uma pergunta simples mas clara, acompanhada de uma sólida reflexão teórica (Quivy & Campenhoudt, 1998), elabora-se a seguinte **QC**: “Qual a importância da interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública?”.

No intuito de responder à QC da investigação, elaboram-se as seguintes QD:

QD₁: A formação técnico-tática dispensada aos DI e ao GIOP é adequada ao emprego conjunto das duas forças?

QD₂: O armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite a interação destas forças?

QD₃: Existem constrangimentos na intervenção conjunta dos DI e das forças do GIOP que comprometam a sua interação?

QD₄: O emprego operacional dos DI e do GIOP é realizado à luz do normativo existente?

A elaboração de Hipóteses de Investigação (HI) auxilia a conduzir de forma ordeira e rigorosa uma investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo estas não mais que proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas temporárias e provisórias às QI (Sarmiento, 2013).

Neste sentido, foram elaboradas as seguintes HI:

HI₁: O modelo de formação técnico-tática dos DI deve assentar num modelo comum com o GIOP, de forma continuada e periódica.

HI₂: Existem lacunas no armamento e equipamento possuído por alguns DI que dificultam a interação das suas forças com as do GIOP.

HI₃: A interação entre as forças dos DI e do GIOP possui lacunas que não comprometem a sua intervenção.

HI₄: Os DI desempenham tarefas operacionais que deveriam ser desempenhadas pelo GIOP.

Com o desenvolvimento da investigação, estas HI serão confirmadas ou refutadas (Sarmiento, 2013), obtendo no final conclusões relativas à mesma.

Com base nas QI, foram definidos objetivos de investigação, “que originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir” (Sarmiento, 2013, p. 13), e que orientam o sentido da investigação. Deste modo, da QC resulta o objetivo geral desta investigação que é compreender como é que as forças dos DI operam com as do GIOP quando existe a necessidade de uma atuação conjunta e coordenada.

Para que se atinja o objetivo geral da investigação, foram estruturados os seguintes objetivos específicos (OE):

OE₁: Identificar as potencialidades e, caso existam, as vulnerabilidades da articulação e coordenação dos DI e do GIOP;

OE₂: Analisar o modelo de formação técnico-tático dos DI e do GIOP;

OE₃: Identificar e analisar os diplomas que preveem o emprego operacional dos DI e do GIOP.

A estrutura deste relatório científico segue as orientações versadas na Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1.^a — Normas para Redação de Trabalhos de Investigação da Academia Militar, aprovada pelo Ex.º Comandante da Academia Militar, em 20 de janeiro de 2016.

Este trabalho divide-se em 3 capítulos que, devidamente correlacionados, contribuem para o desenvolvimento das fases do processo de investigação (Sarmiento, 2013).

Sequencialmente, no primeiro capítulo, do enquadramento teórico, escaupeliza-m-se conceitos basilares para a investigação, pois é necessário compreender efetivamente o que se entende por “interoperabilidade”, bem como por “ordem pública”. Aborda-se ainda neste capítulo todos os aspetos relevantes sobre as forças em causa — DI e GIOP

— bem como a análise de duas circulares importantes para a atividade operacional das forças, fazendo-se posteriormente uma análise teórico-comparada entre elas.

No segundo capítulo, do enquadramento metodológico, é apresentada a metodologia que serviu de base para o desenvolvimento da investigação, tendo sido neste caso adotada uma abordagem qualitativa. São ainda detalhados os objetivos da investigação, bem como as questões a que a mesma pretende responder, conjugado com os procedimentos de recolha de dados, e com as técnicas adotadas para os tratar e analisar. Por forma a auxiliar a perceção das linhas metodológicas que orientaram a presente investigação, elaborou-se o seguinte esquema:

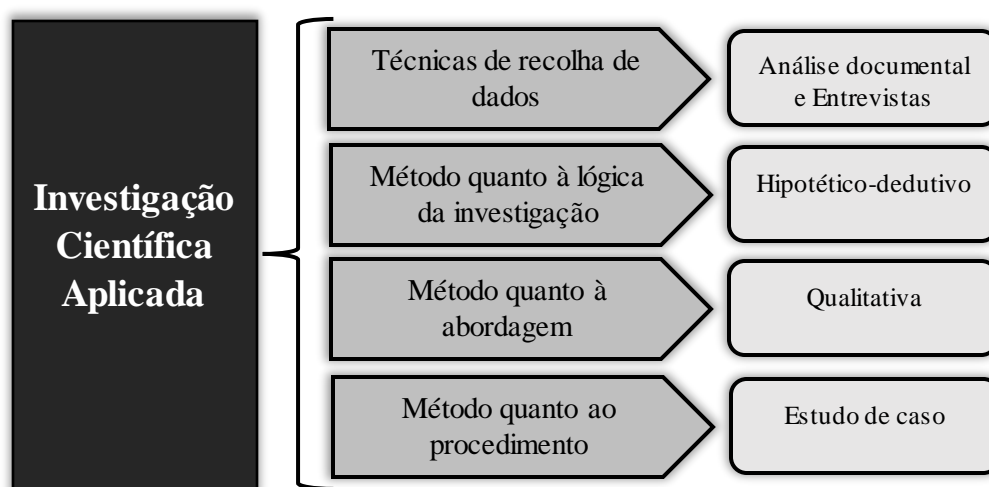


Figura 1 — Investigação Científica Aplicada

Fonte: Autor.

No terceiro capítulo procede-se à apresentação, análise, interpretação e discussão dos resultados obtidos através do trabalho de campo desenvolvido. Para isso, é feita uma análise qualitativa de conteúdo, seguida de uma interpretação minuciosa com ligação ao trabalho desenvolvido na revisão da literatura, confirmando ou refutando-se a veracidade das hipóteses.

No final, apresentam-se as conclusões que foram retiradas da investigação, dando resposta às QI, e por fim são apresentadas algumas recomendações para futuras investigações nesta área.

CAPÍTULO I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O papel da GNR na Segurança Interna

1.1.1. A vertente de ordem pública na GNR

A Guarda Nacional Republicana é uma instituição centenária criada a 3 de maio de 1911 após a instauração da República, que possui desde os seus primórdios a vertente de Ordem Pública. A sua História remonta ao século XIV com a instituição do Corpo de Quadrilheiros pelo rei D. Fernando na monarquia portuguesa, passando posteriormente pela Guarda Real de Polícia, pela Guarda Municipal, e pela Guarda Republicana (Guarda Nacional Republicana, 2016).

Segundo Duarte (2001), “as exigências de disponibilidade que desde sempre se impuseram aos militares da Guarda, acentuavam-se em períodos mais suscetíveis de motivarem a intervenção em ações de manutenção da ordem, não raras vezes em resultado de movimentos de agitação social (...)” (p. 77). Neste sentido, verifica-se que quer a GNR, quer as forças que a precederam tiveram um papel ativo na manutenção da ordem social, dado que a polícia da ordem é o braço armado do Estado na ordem interna (Monjardet, 1996).

Atualmente, numa sociedade onde o respeito pelos valores fundamentais refletidos nos quadros normativos vigentes se torna cada vez mais essencial, vive-se quotidianamente a necessidade de conciliar o respeito por essas mesmas normas — o que representa inclusive uma exigência inalienável do Estado de Direito — com a promoção da segurança, enquanto vertente concreta da vivência dos cidadãos (Nogueira, 2003).

Naturalmente, também os diplomas legais estruturantes da GNR preveem esta vertente, pelo que:

“as missões de segurança e ordem pública visam garantir a segurança e a tranquilidade públicas e a segurança das instalações dos órgãos de soberania. São, por princípio, realizadas por patrulhas e por forças de intervenção das unidades territoriais ou das unidades de intervenção e representação” (n.º 3 do art.º 6.º do Regulamento Geral do Serviço da GNR).

1.1.2. Organização da GNR

Nos dias que correm, e fruto de um longo processo de crescimento institucional e mudanças organizacionais, a atual LOGNR, Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, define

no n.º 1 do art.º 1.º a GNR como uma “força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, com a missão geral de “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”, prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Relativamente ao seu enquadramento no sistema nacional de forças, a GNR, pela sua natureza e polivalência, constitui-se como uma força de charneira, ao encontrar o seu posicionamento institucional entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança¹ (Branco, 2010).

Como defende Alves:

“tendo em atenção, por um lado a sua natureza estatutária militar e, por outro lado, a sua função com atribuições predominantemente policiais, a GNR é um corpo militar de polícia, que pode ser considerado uma terceira força, funcionando como *interface* de atuação fluida entre as Forças Armadas e as Polícias de natureza civil” (Alves, 2011, p. 63).

A atual LOGNR vem redefinir a estrutura orgânica da GNR². Desta feita, fazem parte da estrutura da GNR, Unidades Territoriais, Unidades Especializadas, Unidades de Representação e ainda Unidades de Intervenção e Reserva.

No grupo das Unidades de Intervenção e Reserva encontra-se a Unidade de Intervenção (UI), de escalão brigada, e composta pelas seguintes Subunidades Operacionais: Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP); Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE); Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS); Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC). Para além destes Grupos, a UI tem atribuídos ainda o Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo (CIESS), e o Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais (CTAFMI). A articulação, o dispositivo, as atribuições e os efetivos da UI³ foram definidos pelo Despacho do Comandante Geral da GNR n.º 77/08-OG⁴, de 22 de dezembro.

Por outro lado,

“a Componente Territorial da Guarda, materializa-se pela ocupação do território nacional por unidades, que executam todas as tarefas necessárias de comando, instrução, operacionais e logísticas na área à sua responsabilidade, constituindo a estrutura base do dispositivo da Guarda para cumprimento da sua missão geral

¹ Vide Anexo A, para consultar a posição da GNR no Sistema Nacional de Forças.

² Vide Anexo B, para consultar a estrutura atual da GNR.

³ Vide Anexo C, para consultar a estrutura da UI.

⁴ OG significa “Ordem à Guarda”.

(...) São unidades, de escalão regimento, na direta dependência do comandante-geral, responsáveis pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade atribuída” (Despacho n.º 72/08-OG).

Neste âmbito, compõem os Comandos Territoriais⁵ (CTer) Subunidades Operacionais como os Destacamentos Territoriais (DTER), Destacamentos de Trânsito, e Destacamentos de Intervenção⁶ (DI).

1.1.3. A manutenção da ordem pública

Segundo Oliveira (2000, p. 5), “todas as sociedades desde as épocas mais remotas professam um conjunto de regras necessárias à vida em sociedade, sem as quais seria a anarquia e o completo atropelo às mais elementares regras de convivência entre os Homens”. Para este Autor, estas regras baseiam-se em normas de natureza imperativa ou proibitiva que regulam os interesses essenciais e vitais de determinada sociedade, e permitem o normal funcionamento das instituições democráticas, garantindo o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Oliveira, 2000).

A ordem pública aparece assim como o critério inspirador desses preceitos, constituindo uma referência fundamental ao funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais (*idem*). Uma vez que todas as normas requerem um controlo na sua aplicação por parte de autoridades competentes, as polícias possuem nas sociedades democráticas uma dupla função: a manutenção da ordem pública e a garantia dos direitos individuais de cada cidadão (Silva, 2011).

Esta dualidade apresenta diversos desafios, uma vez que a manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade públicas envolve por vezes a necessidade de utilização da força por parte das polícias, o que restringirá por sua vez os direitos, liberdades e garantias desses cidadãos (Oliveira, 2000). Para Clemente (2010), o monopólio de regulação do emprego da força pertence ao Estado de Direito democrático.

Assim, “a ordem pública democrática encerra em si um duplo sentido, isto é, ela acarreta alguns limites às liberdades individuais mas é ao mesmo tempo servidora dessas mesmas liberdades” (Oliveira, 2000, p.24).

⁵ Vide Anexo E, para consultar a estrutura do CTER.

⁶ Vide Anexo D, para consultar a estrutura do DI.

Num sentido mais conciso, Cerezales define a ordem pública como a “situação e estado de legalidade normal em que as autoridades exercem as suas funções e os cidadãos respeitam e obedecem sem protestos” (Cerezales, 2011, p. 13).

Segundo Oliveira (2000), a ordem pública pode ainda ser definida pela negativa, sendo vista como a ausência de toda a perturbação material ou ausência de desordem. Estas perturbação e desordem podem escalonar desde a simples rixa numa pequena localidade, que poderá ser resolvida prontamente através da presença de uma patrulha das forças de segurança, até situações de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, onde é necessária a intervenção de efetivos mais numerosos, articulados em unidades táticas treinadas (Branco, 2010).

Poder-se-á, pois, afirmar que “a vida social admite um mínimo de desordem, logo a ordem pública represente o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável” (Clemente, 2010, p. 154).

Na ótica de Branco (2010), a atividade de manutenção e reposição da ordem e tranquilidade públicas compreende, em sentido lato, as ações preventivas e repressivas desenvolvidas pelas Forças de Segurança, no sentido de criar ou restabelecer as condições externas indispensáveis à observância das leis e regulamentos, ao normal funcionamento das instituições e ao regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. Estas ações podem ainda compreender a proteção de determinadas instalações consideradas particularmente sensíveis (*idem*).

1.1.4. O conceito de interoperabilidade

Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa — *Priberam*, etimologicamente o conceito de “interoperabilidade” significa a “qualidade do que é interoperável”, ou ainda “a capacidade de um sistema para interagir e comunicar com outro”. Poder-se-á ainda dividir este conceito em duas palavras distintas para melhor compreender o seu significado: “inter”, exprimindo uma relação de reciprocidade; e ainda “operabilidade”, definido pelo mesmo dicionário supramencionado como a “qualidade do que é operável”.

Este conceito encontra-se estreitamente relacionado com a área dos sistemas computacionais e das redes criadas entre diversos computadores, pelo que Woodley (2005) define a interoperabilidade como “*the ability of different types of computers, networks, operating systems, and applications to work together effectively, without prior communication, in order to exchange information in a useful and meaningful manner*”.

De um ponto de vista mais específico, Soares (2009) considera como requisito essencial para a existência de interoperabilidade a necessidade de haver entendimento entre as entidades, de modo a que seja possível haver uma troca de informação. Para além disso, apenas poderá existir efetivamente interoperabilidade se “a troca e a utilização dessa informação ocorrer num contexto de entendimento partilhado” (Soares, 2009, p. 52). Posto isto, podemos definir o conceito de interoperabilidade como “a capacidade de que, sem um esforço significativo, duas ou mais entidades independentes, e que operam de forma autónoma, consigam trocar informação e utilizar correta e convenientemente essa informação, com vista a contribuir para o alcance de um propósito específico comum” (Soares, 2009, p. 54).

Por sua vez, numa vertente militar, Santos (2009) define interoperabilidade como “a utilização efetiva das capacidades militares, fazendo-as coletivamente compatíveis e possibilitando uma combinação eficiente das respetivas forças militares, no cumprimento da missão” (p. 7).

Analisando assim este conceito à luz da realidade desta investigação, pode-se dizer que a Interoperabilidade é aquilo que permite que duas forças distintas consigam operar entre si, ou seja, sejam capazes de se coordenar eficazmente e cumprir uma missão comum, trocando informação e trabalhando em conjunto.

1.2. Destacamentos de Intervenção

1.2.1. História dos Destacamentos de Intervenção

A origem dos DI remonta às Forças de Intervenção de Apoio às Patrulhas de Ocorrências (FIAPO), que foram criadas em 2000 (através da Diretiva n.º 11 de 21 de novembro de 2002 da Brigada Territorial [BTer] n.º 2 da GNR⁷) devido ao “aumento da criminalidade violenta e à consequente instabilidade social que afeta a paz e tranquilidade pública” (n.º 1 da Diretiva n.º 11, de 21 de novembro de 2002, da BTer n.º 2), e com o intuito de “minimizar os riscos inerentes às atividades criminosas” (*idem*).

Esta força encontrava-se sob a dependência direta do respetivo DTer, e era constituída pelo efetivo de duas Patrulhas às Ocorrências juntas. “Os militares que compunham as FIAPO eram nomeados pelos DTer, não existindo portanto, uma força fixa constituída, nem critérios para a sua escolha” (Serrano, 2012, p. 9).

⁷ Constituída pelos GTer de Setúbal, Almada, Sintra, Loures, Santarém e Leiria.

Antes disso, já a antiga LOGNR, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de junho, fazia referência a subunidades de intervenção presentes nas unidades territoriais (n.º 3 do art.º 63.º), para colmatar a distância a que essas zonas se encontravam do Regimento de Infantaria (RI).

Mais tarde, com a aproximação do Europeu de Futebol de 2004, e com a sucesso da implementação das FIAPOs, foram criados os Pelotões de Intervenção Rápida (PIR), de escalão Pelotão, sob dependência direta do Grupo Territorial (GTer).

No fim do Euro 2004, os PIR que haviam sido criados propositadamente para este evento desportivo de grande amplitude, ficaram sem uma missão propriamente definida, pelo que começaram a ser empenhados segundo a livre discricionariedade do Comandante (Cmndt) competente. Por esse motivo, foi elaborada a Diretiva Operacional n.º 45/05-OG que define os parâmetros de atuação e o emprego operacional dos PIR.

Esta Diretiva Operacional refere que “os militares que venham a integrar o PIR, devem, preferencialmente, ser possuidores dos Cursos de Ordem Pública e de Defesa Pessoal”, sem que haja no entanto, um carácter de obrigatoriedade.

A atual LOGNR, Lei n.º 63/2007, criou finalmente os atuais Destacamentos de Intervenção.

1.2.2. Articulação, dispositivo e missão dos Destacamentos de Intervenção

Nos dias que correm, os DI apresentam-se como uma força de escalão Companhia, comandada organicamente por um oficial com o posto de Major ou Capitão, por força do n.º 3 do art.º 39.º da LOGNR, e encontram-se na direta dependência dos CTer⁸, com a sua articulação prevista no Despacho n.º 53/09-OG. Prevê-se neste mesmo diploma, que um DI seja constituído⁹ por um Comandante, Adjunto, Secretaria, Pelotões de Intervenção (PI), Secção Cinotécnica, e Equipas de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo (EIESS)¹⁰.

Definida a linha temporal que antecede a criação dos DI, poder-se-á analisar alguns diplomas que se referem aos PIR fazendo a transposição para os PI que compõem os DI. É o caso da Diretiva Operacional n.º 45/05-OG, que refere que os PIR têm “a missão de dar resposta imediata à delinquência na via pública e intervir ao nível do 2.º escalão, em situações de manutenção de Ordem Pública”. Este mesmo diploma refere

⁸ Vide Anexo E, para consultar a estrutura do CTer.

⁹ Vide Anexo D, para consultar a estrutura do DI.

¹⁰ Vide Apêndice A, para consultar as valências de cada CTer.

ainda que o emprego dos PIR deverá ser orientado para ações preventivas de patrulhamento em áreas sensíveis, ações reativas ao flagrante delito, segurança a tribunas e recintos desportivos, escoltas a indivíduos e objetos, e ainda a realização de Operações Planeadas.

Posto isto, quer a Diretiva Operacional n.º 45/05-OG, quer a circular n.º 14/2014-P referem que o DI é uma força de reforço da atividade desenvolvida pelas Patrulhas do primeiro nível de intervenção, capaz de se projetar rapidamente nos locais de conflito. Para que exista esta articulação, a Diretiva Operacional n.º 45/05-OG indica que os DI devem atuar em qualquer ponto da Zona de Atuação (ZA) do CTer a que pertence, estabelecendo contacto via rádio com o Comandante do DTer onde está a atuar.

Relativamente aos militares que compõem o DI, a mesma Diretiva indica que “o perfil destes militares deverá englobar um carácter dinâmico, acentuado espírito de corpo e de missão, grande disponibilidade e boa capacidade física”.

Atualmente, e de acordo com o Despacho n.º 72/08-OG:

“o destacamento de intervenção é uma subunidade especialmente vocacionada para as missões de segurança e de manutenção e restabelecimento da ordem pública, dispondo forças em condições de intervir isoladamente ou em reforço das subunidades do comando territorial. O destacamento de intervenção pode integrar ainda, forças atribuídas pela Unidade de Intervenção, nos termos a definir por despacho do comandante-geral”.

Em complementaridade com este Despacho, a alínea *m*) do n.º 3 do Despacho n.º 53/09-OG indica que “os DI têm capacidade para intervir de forma isolada ou em reforço das subunidades do CTer, podendo ainda integrar forças atribuídas pela UI”.

A missão geral dos DI pode ser analisada de forma mais pormenorizada no art.º 137.º do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR). Segundo este artigo, as forças de intervenção das unidades territoriais apresentam-se num escalão de Destacamento e têm como missões gerais:

“Intervir imediatamente perante qualquer situação, através da projeção ou do balanceamento de meios; Executar ou apoiar ações de patrulhamento, preferencialmente em áreas sensíveis; Reforçar o dispositivo da sua zona de ação na execução de operações planeadas ou inopinadas e em situações de manutenção da ordem pública; Executar operações de guarda e segurança de infraestruturas

críticas¹¹ ou outras instalações e policiamento de eventos desportivos; Executar missões de escolta¹²; Tomar parte em ações de proteção e socorro”.

1.2.3. Formação técnico-tática

Está previsto no art.º 3.º do Regulamento do Curso de Intervenção Rápida (CIR), aprovado pelo Despacho n.º 16/12-OG, que este mesmo curso se destina aos militares (Oficiais, Sargentos e Guardas) que irão integrar os PI dos DI das Unidades Territoriais. No art.º 2.º deste mesmo regulamento verifica-se que:

“o CIR é um curso de especialização na área policial e visa habilitar os militares que integram os Pelotões de Intervenção Rápida dos Destacamentos de Intervenção das Unidades Territoriais para o desempenho das missões de segurança, de combate à criminalidade, de manutenção e restabelecimento da ordem pública de baixo risco, em complemento e/ou reforço das subunidades respetivas”.

Segundo Oliveira (2014), o CIR foi criado com o intuito de uniformizar procedimentos ao nível da atuação dos diferentes DI.

Também no art.º 4.º do Regulamento do CIR se prevê que o mesmo se realize conforme a necessidade de reacompletamento dos PI, sendo da responsabilidade da UI o planeamento e a organização do curso, devendo o mesmo ser incluído no Plano Anual de Formação (PAF) e monitorizado pelo Comando de Doutrina e Formação (CDF). A UI desempenha a qualidade de unidade organizadora, formadora e certificadora do CIR.

Uma vez habilitados com o CIR, e segundo o art.º 27.º do Regulamento do CIR, a certificação deste curso possuía uma validade de 1 ano para os Oficiais e Sargentos, Comandantes e Adjuntos dos PI, e de 2 anos para os restantes militares dos PI, período ao fim do qual necessitarão de realizar uma revalidação. No entanto, graças a uma Informação feita pela UI ao CDF, em maio de 2013, foi feita uma proposta de alteração destas datas, por se verificar que não eram exequíveis os períodos de validade da certificação, passando a periodicidade do CIR para 2 anos no caso de Oficiais e Sargentos, e 4 anos para o restante efetivo do PI.

¹¹ “Consideram -se pontos e instalações sensíveis qualquer tipo de local, instalação ou infraestrutura, civil ou militar, que tenha reconhecida importância para a vida normal do País e das populações, em qualquer dos aspetos, político, militar e económico ou social” (n.º 1 do art.º 140.º do RGSGNR).

¹² “Escolta é uma força armada, de efetivo variável e adequado às circunstâncias, destinada garantir a segurança de pessoas ou objetos” (art.º 131.º do RGSGNR).

Neste âmbito, verifica-se que os DI dependem logística e operacionalmente dos CTer, contudo dependem, em parte, tecnicamente da UI, visto que é a única entidade competente para habilitar os militares com o CIR e respetivas atualizações.

Também a circular n.º 14/2014-P, que define os NEOp, prevê que os PI dos DI possuam formação específica (CIR ou outro tipo de formação no âmbito da ordem pública).

O módulo de formação técnico-profissional do CIR compreende matérias como Abordagem a indivíduos, locais e viaturas suspeitas, Bastão extensível — nível utilizador, Defesa Pessoal Policial, Níveis de intervenção, Organização e Planeamento (para Oficiais e Sargentos), Operações Policiais, Técnicas de patrulhamento em zonas urbanas sensíveis, Técnicas e táticas de ordem pública, e ainda Uso da força¹³.

De salientar que neste âmbito, a formação encontra-se orientada para a atuação em Equipas e em Secção.

De acordo com o art.º 7.º do Regulamento do CIR, este curso tem a duração de três semanas, com um total de 116 tempos letivos em regime de formação presencial.

1.3. Grupo de Intervenção de Ordem Pública

1.3.1. História do Grupo de Intervenção de Ordem Pública

O GIOP, foi criado em 2007, com a reestruturação orgânica levada a cabo pela Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro (LOGNR). Esta foi efetivada através da Portaria n.º 1450/2008 de 16 de novembro, que “estabelece a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva da GNR (...)” (art.º 1.º da Portaria n.º 1450/2008).

Anteriormente, esta força era designada por Batalhão Operacional (BOp), e fazia parte da estrutura do RI, que por sua vez, deriva do Batalhão n.º 1, formado na criação da própria GNR. Esta unidade era a única na estrutura da GNR com um quadro de militares exclusivamente afetos à arma de Infantaria (Duarte, 2001).

Já em 1993, o n.º 7 do art.º 63.º do Decreto-Lei (DL) n.º 231/93, de 26 de junho, antiga LOGNR, articula o RI em subunidades de comando e serviços, BOp, que integra por sua vez subunidades de intervenção e manutenção de ordem pública, e ainda subunidades de guarnição (Duarte, 2001). O art.º 72.º desse mesmo diploma, define o RI

¹³ Vide Anexo F para consultar a estrutura curricular do CIR.

como “uma unidade de reserva, em condições de intervir na área da responsabilidade da Guarda e de executar serviços de guarnição, honoríficos e de representação”.

As missões desempenhadas por esta unidade variavam desde a guarda de diversos locais como cadeias e penitenciárias, à intervenção em situações de alteração da ordem pública, ao policiamento em geral, ou ainda aos serviços honoríficos (Duarte, 2001).

A atual designação de Unidade de Intervenção e a sua articulação são resultado da Lei n.º 63/2007, a nova LOGNR, criadora desta Unidade, que herda as tradições, o Estandarte Nacional, a simbologia e o dia festivo do RI (Branco, 2010). Nos dias correntes, a UI é uma unidade de escalão Brigada, que vê prevista no art.º 44.º da LOGNR a sua missão (Despacho n.º 77/08-OG).

1.3.2. Articulação, dispositivo e missão do GIOP

Atualmente, por força do Despacho do Comandante-Geral da GNR n.º 57/09-OG, de 30 de dezembro, o GIOP passou a compreender cinco Companhias de Intervenção de Ordem Pública (CIOP), sendo que apesar da 5.ª Companhia estar já aprovada e prevista na orgânica, existe falta de pessoal, de instalações e de material para se efetivar, constituindo-se numa Subunidade da UI de escalão Batalhão (Oliveira, 2014).

A primeira, segunda e terceira CIOP estão situadas no quartel da UI na Pontinha, cada uma constituída por três Pelotões de Intervenção de Ordem Pública¹⁴ (PIOP), sendo que a quarta está sediada em Penafiel, por forma a dar uma resposta mais pronta às situações que ocorrem na zona do Norte de Portugal, sendo constituída por dois PIOP¹⁵.

Do Despacho n.º 77/08-OG retira-se como uma das atribuições da UI, e que se traduz facilmente como uma atribuição do GIOP:

“Cumprir missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos e resolução e gestão de incidentes críticos, bem como assegurar a participação da Guarda em missões internacionais com forças constituídas e a realização de ações de natureza preventiva, em apoio das demais unidades da Guarda” (alínea *a*) do ponto 3 do Despacho n.º 77/08-OG).

A par disso, Oliveira (2014) elenca todas as tarefas cumpridas pelo GIOP, que compreendem: a Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública (MROP); segurança de grandes eventos; segurança de instalações sensíveis; escoltas a valores, pessoas e bens; apoio na gestão e resolução de incidentes críticos; participação em missões internacionais

¹⁴ Apesar de assim estar previsto na orgânica, na prática a 3.ª CIOP é constituída por 4 PIOP.

¹⁵ Vide Anexo G, para consultar a Estrutura do GIOP.

com Forças Constituídas; realização de ações de natureza preventiva em apoio às restantes unidades da GNR; ministrar ações de formação específicas (Curso de Manutenção de Ordem Pública [CMOP], Curso de Intervenção em Situações Especiais de Ordem Pública [CISEOP], Curso de Instrutor de Intervenção Policial [CIIP], CIR, e Curso de Bastão Extensível [CBE]); prestar honras militares em complemento da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE).

Segundo a circular n.º 14/2014-P, normativo regulador das atribuições do GIOP, esta subunidade pode ainda responder a situações de intervenção tática, sempre que não existam suspeitas da presença e recurso a armas de fogo, por não se justificar o emprego de forças de um nível superior.

Em complemento, a Diretiva Operacional n.º 45/05-OG, ao definir as missões das Forças de Intervenção Rápida (FIR)¹⁶, e fazendo a transposição para a realidade atual, prevê que a utilização deste tipo de forças existentes no GIOP deve ser orientada para “ações de patrulhamento contínuo e intensivo, em áreas problemáticas com o objetivo de mudar comportamentos”. Este tipo de forças ainda existe atualmente e “é aquele que garante a maior flexibilidade de empenhamento operacional” (Oliveira, 2014, p. 53) do GIOP, pois tem “a capacidade de evoluir rapidamente de uma situação de patrulhamento policial em zonas problemáticas para dar resposta a situações de MROP e/ou ainda para responder a situações de apoio ao combate de criminalidade violenta” (*idem*).

O GIOP conta ainda com militares habilitados com o CISEOP, curso este que aprofunda e reforça as capacidades práticas e os conhecimentos necessários para desempenhar tarefas que exigem particular recurso a técnicas, equipamento e armamento, no âmbito da intervenção do restabelecimento da ordem pública (Oliveira, 2014).

1.3.3. Formação técnico-tática

Conforme previsto no Despacho n.º 26/09-OG, que aprova o Regulamento do CMOP, este “é um curso de especialização na área policial de controlo de distúrbios civis, no âmbito das missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública” (n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento do CMOP), e que se destina a Oficiais, Sargentos e Guardas que irão integrar Subunidades vocacionadas para missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, nomeadamente no GIOP (art.º 3.º do Regulamento do CMOP).

¹⁶ Força do BOp, do RI “destinada a atuar em áreas sensíveis em apoio das Brigadas Territoriais e Especiais, que necessitem de patrulhamento especial ou em reforço das Unidades Especiais em operações pré planeadas” (Diretiva Operacional n.º 45/2005).

O planeamento e organização do CMOP é de responsabilidade da UI, sendo o mesmo realizado conforme a necessidade de reacompletamento do GIOP, devendo este ser incluído no PAF (n.º 1 e 2 do art.º 4.º do Regulamento do CMOP).

Em complemento, a circular n.º 14/2014-P, prevê que os militares do GIOP estejam habilitados com formação específica no âmbito da MROP, ou seja, o CMOP.

Este curso integra diversas matérias que permitem aos militares pertencentes ao GIOP desempenhar as tarefas que estão atribuídas à Subunidade, tais como Defesa Pessoal Policial, Organização e Planeamento (para Oficiais e Sargentos apenas), Apoio contra a Criminalidade Violenta, Adaptação às missões Internacionais, Abertura de Itinerários, Técnicas de Segurança a operações em feiras e mercados, Técnicas de intervenção em recintos desportivos, Técnicas de Segurança a operações de fiscalização rodoviária, Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas, Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública, Técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública, Operações policiais, Bastão extensível — curso ASP, ou ainda Segurança física¹⁷. De salientar que neste âmbito, a formação encontra-se orientada para a atuação em Pelotão.

De acordo com o art.º 7.º do Regulamento do CMOP, este curso tem a duração de sete semanas, com um total de 246 horas de formação em regime presencial.

1.4. Atividade operacional

1.4.1. Níveis de emprego operacional

Os NEOp foram criados pela circular n.º 14/2014-P com o intuito de apoiar a tomada de decisão a nível policial, constituindo linhas de atuação que orientam a intervenção policial e o grau de empenhamento das diferentes forças, tornando assim a resposta da GNR mais eficaz e eficiente (circular n.º 14/2014-P). Os NEOp consubstanciam uma organização das diversas valências da GNR em patamares, consoante a sua capacidade de resposta, preparação técnica e tática, equipamento, entre outras variáveis. Neste sentido, a circular n.º 14/2014-P prevê a existência de 4 NEOp, sendo o 1.º NEOp aquele que representa um patamar mais baixo, e o 4.º NEOp o que representa um patamar mais elevado, tal como evidencia a seguinte figura:

¹⁷ Vide Anexo H para consultar a estrutura curricular do CMOP.

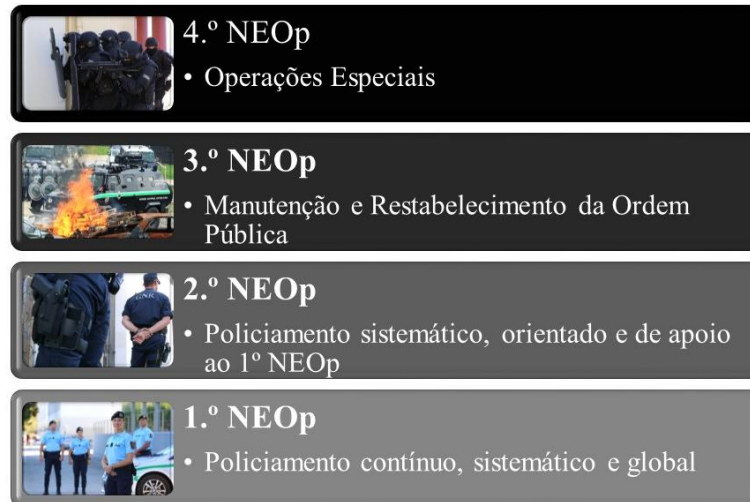


Figura 2 — Níveis de Emprego Operacional
Fonte: Autor, adaptado da circular n.º 14/2014-P.

No âmbito desta investigação, interessa principalmente abordar o 2.º NEOp, onde estão inseridos os DI, e o 3.º NEOp, que engloba o GIOP.

1.4.1.1. Caracterização do 2.º Nível de emprego operacional

De acordo com a circular supramencionada, das forças que atuam no 2.º NEOp, entre outros, encontram-se os PI dos DI, partindo do pressuposto que os seus militares estão habilitados com o CIR. A este nível, prevê-se na circular n.º 14/2014-P que as forças que nele se inserem apoiem e reforcem as forças de 1.º NEOp, quando a capacidade de intervenção destas é ultrapassada, uma vez que se distinguem pela sua “elevada capacidade de projeção de força, desenvolvendo um policiamento sistemático, orientado e de apoio ao 1.º NEOp” (circular n.º 14/2014-P, p. 4). Segundo este normativo, os DI conseguem dar uma resposta rápida e oportuna a incidentes inopinados ou a pequenas alterações de ordem pública, bem como efetuar “patrulhamento específico em zonas e horários considerados sensíveis” e executar operações planeadas.

De salientar que as forças do 2.º NEOp “devem ter formação específica, treino e capacidade técnica e tática para atuar de forma coordenada e integrada com as forças de 3.º NEOp” (circular n.º 14/2014-P, p. 5), devendo solicitar o apoio das mesmas assim que a capacidade das forças deixa de ser suficiente para resolver a situação.

1.4.1.2. Caracterização do 3.º Nível de emprego operacional

No que concerne ao 3.º NEOp, considera-se como critério de base a presença de “forças treinadas, preparadas e equipadas para fazer face a situações de Manutenção e Restabelecimento de Ordem Pública” (circular n.º 14/2014-P, p. 5), onde se enquadra o GIOP. A este nível, as missões desempenhadas são, para além da MROP, a gestão e resolução de incidentes considerados críticos, a segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, podendo ainda atuar de forma preventiva, em apoio das restantes unidades da GNR que solicitem o seu apoio.

Este nível diferencia-se ainda por uma imagem diferenciada, quer a nível de fardamento, quer a nível de caracterização de viaturas.

1.4.1.3. Articulação do 2.º com o 3.º Nível de emprego operacional

Importa referir que, quando ocorrem situações em que as forças do 2.º NEOp assumam o controlo e estas extrapolem a sua capacidade de resolução do incidente, deve ser estabelecido um objetivo intermédio¹⁸ até à chegada das forças do 3.º NEOp, momento em que a gestão do incidente fica a cargo destas últimas, “passando as forças de 2.º NEOp a atuar em seu complemento, de forma coordenada e integrada” (circular n.º 14/2014-P, p. 6).

Apesar de tudo aquilo que os diferencia, existem algumas normas transversais a todos os NEOp, tal como a aplicação em todos os casos dos Princípios Fundamentais da Atividade Operacional previstos no Manual de Operações de 1997 — legalidade, objetivo, iniciativa, economia de forças, concentração de meios, mínima força, capacidade de manobra, unidade de comando, segurança, surpresa e simplicidade.

1.4.2. Uso da força

O uso da força por parte das autoridades policiais é um assunto que remonta há muito tempo atrás. Como nos refere Cerezales, durante a segunda metade do século XIX, Portugal era o único país da Europa continental que não contava com um corpo de *gendarmarie*¹⁹, pelo que, quando os cidadãos não cumpriam com as obrigações que lhes

¹⁸ Segundo o Manual de Ordem Pública (2010), o objetivo intermédio é um “objetivo de compromisso”, uma vez que as forças devem ser capazes de compreender os limites da sua capacidade de intervenção, desenvolvendo apenas uma “ação eficaz que lhes possibilite obter um grau de segurança aceitável”.

¹⁹ “O termo *gendarmarie*, hoje internacionalmente utilizado para designar os corpos militares com funções de polícia ou forças de segurança de natureza militar (...) cuja missão principal não é a de fazer a guerra, mas sim garantir a segurança de populações e bens e a vigilância do território, mantendo no entanto capacidades para o cumprimento de missões militares (...)” (Branco, 2015, p. 31).

eram impostas, os governantes utilizavam os meios mais coercivos do Estado, ou seja, o Exército (Cerezales, 2011).

A elevada importância deste assunto é-nos alertada pela circular n.º 15/2014-P, que define o “uso da força” como “toda e qualquer intervenção sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos, reduzindo ou limitando a sua capacidade de decisão”.

O uso da força pressupõe, portanto, uma relação de poder entre duas partes, que tem como fundamento “a imposição de uma vontade ou norma por uma parte a outra” (Gonçalves, 2012, p. 721).

Como se sabe, um dos muitos fins de um Estado de Direito Democrático é garantir os direitos liberdades e garantias dos cidadãos (Oliveira, 2000). A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) refere, no seu art.º 3.º que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. No entanto, a lei confere às forças e serviços de segurança a prerrogativa do uso da força em ações policiais, o que representa por sua vez um pressuposto de restrição de alguns direitos individuais, e de conflito entre interesses públicos e interesses particulares legalmente protegidos (Oliveira, 2000).

Esta relação antagónica é dirimida através do princípio da legalidade a que tanto a função polícia como a administração pública estão sujeitas (Alves, 2011). Este princípio, previsto no n.º 2 do art.º 3.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), indica-nos que qualquer ato do Estado, e neste caso, a atuação das forças de segurança, deverá subordinar-se à lei. Ainda o art.º 272.º do mesmo texto fundamental, referente à “Polícia” prevê no n.º 2 que “as medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”.

Na perspetiva de Nogueira (2003) impõe-se que no exercício das suas funções os agentes atuem com respeito pelos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente, devendo a intervenção policial pautar-se pelo estritamente necessário à reposição da legalidade violada, e que adotem as medidas que se mostrem, face às circunstâncias, necessárias, adequadas e proporcionais. Estes princípios estão ainda vertidos no art.º 8.º do Código Deontológico do Serviço Policial (CDSP).

Como refere Oliveira (2000), uma polícia democrática, não pode empregar meios que estejam em contradição com os objetivos que essa atuação visa atingir, isto é, a ordem e tranquilidade pública, pelo que é necessário estudar com precisão a questão do recurso a meios que ponham em causa a integridade das pessoas e das suas vidas.

Neste sentido, verifica-se que o uso da força por parte das forças policiais será correspondente à atitude adotada pelo cidadão, uma vez que esta só será empregue em

situações onde a resolução da situação não é possível com recurso a métodos não coercivos.

Uma possível abordagem tida pelas forças policiais, em alternativa ao policiamento reativo e repressivo é precisamente uma intervenção preventiva, com recurso a um policiamento de proximidade ao cidadão (Alves, 2011). Claro está que “quando a moderadora prevenção falha segue-se a indesejável repressão” (Alves, 2011, p. 156).

Nos dias que correm, são cada vez mais os “olhares vigilantes”, quer do exterior como do interior da instituição, que exercem um controlo e monitorização sobre o uso da força por parte da GNR (Alves, 2011). Na mesma linha de pensamento, e uma vez que a Lei confere a possibilidade do uso da força e armamento (até mesmo letal) às forças de segurança, estas ocupam uma posição de extrema confiança por parte do Estado (Waddington & Wright, 2008). Esta confiança é quebrada quando a força é usada incorretamente, excessivamente ou levemente, pelo que a atividade dos agentes da autoridade deve ser sujeita a uma monitorização e controlo, sendo isso que distingue uma democracia liberal de um regime autoritário (*idem*).

Nesse sentido, a própria GNR elaborou um documento que regula o uso da força em intervenção policial: a circular n.º 15/2014-P.

Esta circular vem estabelecer uma:

“hierarquia de referência e um conjunto de orientações relativas à análise das ocorrências e às modalidades de ação a desenvolver, em função da especificidade do bem jurídico em causa, das exigências legais e do sentimento de segurança dos cidadãos, salvaguardando a legalidade e legitimidade da intervenção e a necessária responsabilização ao nível institucional e individual”.

São assim criados os Patamares do Uso da Força²⁰, consignados no diagrama do uso da força²¹, que estabelecem diversas formas de intervenção, com recurso a diferentes tipos de armamento, e em função do grau de colaboração e do comportamento mais ou menos agressivo do oponente. Esta circular funciona, como uma linha orientadora de todos os militares da GNR no que concerne ao uso da força na sua atividade operacional, alertando ainda para a necessidade de o advertir, de forma clara e inequívoca, que se vai recorrer ao uso da força, caso este não acate as ordens legítimas que lhe são transmitidas.

²⁰ Vide Apêndice B, para consultar um resumo sobre os patamares do uso da força.

²¹ Vide Anexo I, para consultar o diagrama do uso da força.

1.5. Análise teórico-comparada dos DI e do GIOP

Com base em todos os assuntos tratados nos subcapítulos anteriores, é possível e pertinente fazer agora uma análise teórica comparativa das áreas que importam à interoperabilidade destas duas forças.

Em primeiro lugar, no que concerne à formação técnico-tática, a circular n.º 14/2014-P referente aos NEOp, e o Despacho n.º 16/12-OG que aprova o Regulamento do CIR, preveem que os militares a desempenhar funções no DI necessitam de estar habilitados com o CIR, ou outro tipo de formação específica no âmbito da ordem pública.

Relativamente à formação técnico-tática dos militares do GIOP, a circular n.º 14/2014-P referente aos NEOp, e o Despacho n.º 26/09-OG que aprova o Regulamento do CMOP, preveem que os militares a desempenhar funções no GIOP necessitam de estar habilitados com o CMOP.

A tabela presente no apêndice C apresenta as matérias previstas no módulo de formação técnico-profissional de cada curso.

O facto de o CIR ser ministrado aos militares do DI pelo GIOP é um aspeto positivo na medida em que permite uma interação entre estas duas forças, sem estarem num ambiente operacional de intervenção policial efetiva. Isto permite uma interação entre estas duas forças, contribuindo para a existência de uma “linguagem comum”, que é, por sua vez, uma mais valia à sua interoperabilidade.

Por outro lado, a tabela presente no apêndice D apresenta uma comparação das missões/tarefas atribuídas a cada força, através da análise de diversos normativos institucionais.

Conforme referido anteriormente, o Despacho n.º 72/08-OG e o Despacho n.º 53/09-OG, preveem que os DI podem integrar forças atribuídas pela UI.

Outro aspeto que importa referir, uma vez que contribui para a interoperabilidade de duas forças, é o facto de a GNR ter criado normativos internos, que são difundidos a todas as unidades da Guarda, e que tornam assim duas forças distintas capazes de regerem a sua atuação segundo a mesma linha de intervenção. A circular n.º 15/2014-P, que regula o uso da força em intervenção policial é um exemplo de como uma norma se poderá aplicar a todos os NEOp na Guarda. Também o Manual de Operações da GNR, que corresponde ao diploma máximo onde todas as unidades deverão beber informação, fornece regras de atuação que são seguidas por todos, como é o caso dos Princípios Fundamentais da Atividade Operacional.

CAPÍTULO II — ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1. Natureza da Investigação

Segundo Sarmiento (2013), “a investigação conduz à geração de novos conhecimentos” (p. 3), uma vez que “serve para descrever acontecimentos, verificar dados ou hipóteses, prever e controlar fenómenos” (Fortin, 1996, p. 23).

Na medida em que “o grau de mestre é conferido aos que demonstrem possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação” (art.º 15.º, n.º 1, alínea *a*), subalínea *ii*), do DL n.º 115/13, de 7 de agosto), este estudo desenvolve-se de forma a aplicar as competências adquiridas ao longo do percurso académico na Academia Militar, no domínio da área de especialização (NEP 520/4.^a, 2015).

No processo de investigação, “aprender a descortinar as nossas dúvidas e a valorizá-las é um elemento muito fecundo na aprendizagem” (Azevedo & Azevedo, 2008, p. 15), na medida em que este exercício ajuda a compreender melhor os significados de determinado acontecimento ou conduta, e a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Segundo os Cadernos do Instituto de Estudos Superiores Militares (CIESM) (2016):

“todas as pesquisas empíricas se processam por estádios que passam da ignorância à descoberta, depois à representação mental dos processos sociais e ao seu confronto com os factos e observações e, só por fim, à exposição oral ou escrita dessa representação, com a finalidade de difusão do conhecimento” (p. 43).

Por forma a orientar o percurso do investigador, “a investigação pode definir-se segundo diferentes perspetivas, do que se presume que é possível mais do que uma abordagem de investigação” (Fortin, 1996, p. 23).

2.2. Método de Abordagem da Investigação

Para que se compreenda este conceito, interessa salientar que “a palavra método tem origem no termo grego “*methodos*”, que significa literalmente «caminho para chegar

a um fim»” (CIESM, 2016, p. 25), de onde deriva o conceito de metodologia, definido por Sarmiento (2013), de uma forma simples, como sendo um processo para atingir um fim.

A utilização de um método científico na realização de trabalhos de investigação permite “a sistematização de dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica” (CIESM, 2016, p. 14).

Neste sentido, o método básico de investigação científica utilizado, quanto à lógica da investigação foi o hipotético-dedutivo, desenvolvido por Karl Popper, uma vez que se irão “formular hipóteses ou teorias e, de seguida, verificar se elas são verdadeiras ou falsas” (Freixo, 2012, p. 109).

Este método assenta na criação de conjecturas, que auxiliam o investigador a relacionar e explicar os fenómenos, fundamentando-se na reunião de observações, factos e ideias, que validam ou refutam as hipóteses (Sarmiento, 2013).

Para Quivy e Campenhoudt (1998), “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual” (p. 119).

Não obstante, Sarmiento (2013) refere que, para se obterem respostas à pergunta de partida da investigação e perguntas derivadas, poderá ser usado cumulativamente mais do que um método. Assim, recorreu-se ainda ao método analítico, por se procurar detalhar os fenómenos de interoperabilidade do DI e do GIOP; e ao método inquisitivo, dado que se procedeu à realização de várias entrevistas.

No que concerne ao método utilizado, quanto à abordagem, optou-se por uma investigação qualitativa, onde se pretende compreender de forma absoluta e ampla o fenómeno em estudo, observando-o, descrevendo-o e interpretando-o tal como ele se apresenta, sem procurar controlá-lo (Freixo, 2012). Por sua vez, Fortin (1996) defende que a observação é um elemento fulcral no processo da investigação, estando estreitamente relacionada com a componente teórica, uma vez que explica as relações entre os factos estudados.

O método quanto ao procedimento adotado nesta investigação foi o estudo de caso, uma vez que se analisa “um fenómeno atual no seu contexto real, sobretudo quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas várias fontes de dados diversas” (Freixo, 2012, p. 124). Segundo

este autor, o estudo de caso tem como finalidade descrever de modo preciso os comportamentos verificados num determinado fenómeno (Freixo, 2012).

2.3. Objetivos de Investigação

Azevedo e Azevedo (2008) afirmam que conhecer por processos científicos um determinado problema, o objeto da investigação, representa uma aventura, onde o investigador aceita desafiar as suas capacidades “no foro da criatividade, da inteligência, da persistência e da honestidade intelectual” (p. 19).

Esta aventura deve, no entanto, apresentar rigor e sistematização, características que deverão estar presentes em qualquer investigação (Fortin, 1996). Por forma a conduzir o pensamento e encaminhar a investigação na direção do esclarecimento da sua problemática²², torna-se relevante erigir questões de investigação²³, que por sua vez irão ser determinantes para a prossecução dos objetivos de investigação.

Desta forma, e sabendo que a questão de investigação se expressa “sob forma de uma interrogação explícita relativa ao problema a examinar e a analisar com o objetivo de obter novas informações” (Fortin, 1996, p. 48), a QC definida para esta investigação é:

QC: *“Qual a importância da interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública?”.*

Para a questão central de uma investigação estar corretamente formulada, devem ser tidas em conta diversas condições, tais como: a clareza, que representa a precisão e concisão da pergunta de partida; a exequibilidade, relacionadas com o carácter realista ou irrealista do trabalho que a pergunta predispõe; e a pertinência, que diz respeito à relevância da questão, no que alude ao registo (preditivo, explicativo ou normativo) em que esta se enquadra (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Segundo Fortin (1996), “uma questão de investigação é um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (p. 51), pelo que foram definidas as seguintes QD, que concorrem para a resposta à QC:

QD₁: *A formação técnico-tática dispensada aos DI e ao GIOP é adequada ao emprego conjunto das duas forças?*

²² Vide Apêndice L, para consultar o desenho da investigação.

²³ Vide Apêndice J e K, para consultar a relação entre as perguntas das entrevistas e as questões de investigação.

QD₂: *O armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite a interação destas forças?*

QD₃: *Existem constrangimentos na intervenção conjunta dos DI e das forças do GIOP que comprometam a sua interação?*

QD₄: *O emprego operacional dos DI e do GIOP é realizado à luz do normativo existente?*

Procura-se assim compreender como é que as forças dos DI operam com as do GIOP quando existe a necessidade de uma atuação conjunta e coordenada, contribuindo assim para uma interoperabilidade saudável entre duas forças da GNR distintas.

Para que se atinja o objetivo geral da investigação, é importante identificar as potencialidades e, caso existam, as vulnerabilidades da articulação e coordenação dos DI e do GIOP (OE₁); analisar o modelo de formação técnico-tático dos DI e do GIOP (OE₂); e identificar e analisar os diplomas que preveem o emprego operacional dos DI e do GIOP (OE₃).

2.4. Hipóteses da investigação

Sabendo que “a hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 119), optou-se neste trabalho por elaborar “suposições colocadas como respostas possíveis e provisórias, apresentando um carácter explicativo e preditivo, compatível com o conhecimento científico” (Sarmiento, 2013, p. 14). Segundo Fortin (1996), “a hipótese combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados de um estudo” (p. 102), pelo que foram definidas as seguintes HI:

HI₁: O modelo de formação técnico-tática dos DI deve assentar num modelo comum com o GIOP, de forma continuada e periódica.

HI₂: Existem lacunas no armamento e equipamento possuído por alguns DI que dificultam a interação das suas forças com as do GIOP.

HI₃: A interação entre as forças dos DI e do GIOP possui lacunas que não comprometem a sua intervenção.

HI₄: Os DI desempenham tarefas operacionais que deveriam ser desempenhadas pelo GIOP.

No decorrer da investigação, as hipóteses formuladas serão testadas, através de um trabalho empírico conduzido com precaução, aferindo o seu grau de assertividade ou refutabilidade, isto é, se são verdadeiras ou não (Quivy & Campenhoudt, 1998).

2.5. Procedimentos de recolha de dados

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), “a recolha de dados consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra” (p. 183).

Tendo em conta que “a investigação, a teoria e a prática estão estreitamente ligadas” (Fortin, 1996, p. 23), a recolha de dados desenrolou-se com o recurso a diversas fontes e a vários instrumentos científicos de investigação (Sarmento, 2013), entre elas, uma pesquisa bibliográfica exaustiva, seguida de uma profunda análise documental e posteriormente da aplicação de entrevistas.

Inicialmente, e seguindo a lógica do presente trabalho, para se elaborar o enquadramento teórico, foi necessário efetuar uma análise documental, precedida de diversos tipos de leituras informativas, entre as quais: leitura de reconhecimento, exploratória, seletiva, reflexiva, crítica, interpretativa ou ainda explicativa (Marconi & Lakatos, 2003).

Segundo Azevedo e Azevedo (2008), a fase da revisão da literatura implica uma seleção criteriosa de leituras a realizar, uma vez que esta permite ao investigador construir bases teóricas sólidas, que terão influência direta na parte prática da investigação (Sarmento, 2013).

Os documentos analisados incidiram sobre a problemática em estudo, nomeadamente no que respeita à segurança interna e à ordem pública, tendo sido cuidadosamente estudados diversos diplomas internos relevantes nesta temática, uma vez que a investigação se foca em duas forças da GNR — DI e GIOP.

Por outro lado, as entrevistas exploratórias são complementares às leituras, enriquecendo-se mutuamente (Quivy & Campenhoudt, 1998). Enquanto que “as leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida as entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 69).

Foram realizadas entrevistas exploratórias a alguns Oficiais Subalternos quer do DI quer do GIOP, por forma a “disponibilizar a informação e o conhecimento existente acerca desse tema, desejavelmente proveniente dos mais variados pontos de vista” (CIESM, 2016, p. 47).

Posteriormente, para proceder à execução do trabalho de campo, optou-se por realizar entrevistas a personalidades com reconhecida competência, conhecimento e

experiência na área da problemática da investigação²⁴, com a finalidade de obter informação credível e valorizada. Foram elaborados 3 guiões de entrevistas diferentes, adaptados às entidades a que se destinavam, nomeadamente: entrevistas do tipo A, foram aplicadas a Oficiais Superiores da UI²⁵; as entrevistas do tipo B, que foram aplicadas aos cmdts. de companhia do GIOP²⁶; e as entrevistas do tipo C, que foram aplicadas aos cmdts. de DI²⁷.

Segundo Sarmiento (2013), a entrevista pode ser utilizada como complemento de outras técnicas tais como a análise de documentos.

As entrevistas foram utilizadas pois permitem “explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial” (Sarmiento, 2013, p. 28), possibilitando ao investigador:

“retirar elementos de reflexão muito ricos; ter oportunidade para esclarecer alguma resposta do entrevistado, no decorrer da entrevista; compreender e aprofundar o conhecimento sobre factos, informações e situações, recorrendo a entrevistados, que são peritos ou especialistas na matéria; ter oportunidade para inquirir novas perguntas” (Sarmiento, 2013, pp. 31-32).

A entrevista, quanto à estruturação, classifica-se como semiestruturada, semiformal ou ainda semidiretiva, uma vez que se elaboraram “uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192), deixando espaço para que este “possa falar abertamente, com as palavras que desejar” (*idem*). Para Marconi e Lakatos (2003), a entrevista semiestruturada “é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (p. 197).

Relativamente à classificação das entrevistas efetuadas, quanto ao modo, estas foram presenciais e por videoconferência, por uma questão de rentabilização de meios e tempo.

Das entrevistas efetuadas foram apenas transcritos os excertos considerados relevantes face ao estudo que se desenvolve.

Todos estes procedimentos de recolha de dados devem visar a colheita de informações exatas, fiáveis, válidas, e completas, que posteriormente serão devidamente tratadas e analisadas, para benefício da investigação (Sarmiento, 2013).

²⁴ Vide Apêndice E, para consultar a Carta de Apresentação enviada às entidades entrevistadas.

²⁵ Vide Apêndice F, para consultar o guião da entrevista tipo A.

²⁶ Vide Apêndice G, para consultar o guião da entrevista tipo B.

²⁷ Vide Apêndice H, para consultar o guião da entrevista tipo C.

2.6. Amostragem: composição e justificação

Numa investigação empírica, o universo, ou população, representa o conjunto de seres que apresentam alguma característica em comum (Marconi & Lakatos, 2003). Uma vez que este conceito se apresenta demasiado abrangente, é necessário criar um subconjunto do universo, uma porção convenientemente selecionada (*idem*) — a amostra —, onde os elementos que a constituem representam a população a partir da qual foram selecionados (Carmo & Ferreira, 2008).

Assim, a população alvo deste estudo são todos os militares a desempenhar funções nos DI e no GIOP, por serem aqueles que retêm, “de entre a diversidade de características de um dado universo, as que são essenciais ao estudo a realizar, isto é, as que se relacionam com os conceitos e com as variáveis a estudar” (CIESM, 2016, p. 26).

Por forma a obter informação acerca da população (Carmo & Ferreira, 2008), a amostra escolhida abarca diversos Oficiais a desempenhar, ou que já tenham desempenhado funções de Comando no GIOP, e ainda seis Oficiais Comandantes de DI. Estes seis DI foram escolhidos com base na resposta à pergunta n.º 13 da Entrevista do tipo B²⁸, aplicada aos Oficiais Cmdts. de Companhia do GIOP.

No Apêndice I ao presente trabalho é possível consultar a tabela com a listagem dos Oficiais que compõem a amostra da presente investigação.

2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados

Ao passo que “o método é o caminho percorrido e os passos dados para se atingir um determinado objetivo, (...) a técnica é a parte respeitante aos instrumentos de recolha de tratamento e de análise de dados, que conferem operacionalidade ao método” (CIESM *apud* Carvalho, 2016, p. 26).

Os dados por sua vez, “definem-se como sendo a representação simbólica de características ou estados, enquanto que a informação é a interpretação, por parte do utilizador, de um conjunto de dados processados” (Sarmiento, 2013, p. 17).

Nesta ótica, e visto que se pretende no fim da investigação obter informação que auxilie o desenvolvimento dos conhecimentos, Quivy e Campenhoudt (1998) defendem que as técnicas de análise de dados devem ser complementares aos métodos ou

²⁸ Vide Apêndice G, para consultar o guião da entrevista tipo B.

procedimentos de recolha de dados, sendo que a aplicação de entrevistas implica na maioria das situações a utilização de um método de análise de conteúdo qualitativo.

Esta fase de uma investigação qualitativa permite atribuir um significado aos dados recolhidos, “evidenciando-se «ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições»” (Freixo, 2012, p. 180).

Para isso, a análise de conteúdo pode ser definida "como sendo uma metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras, agregando-as em categorias” (Sarmiento, 2013, p. 47).

Esta metodologia foi aplicada através da elaboração de quadros que contemplam “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p. 73) nas respostas às perguntas das diferentes entrevistas aplicadas. Uma vez que o guião das entrevistas foi feito com base na QC e nas QD previamente definidas²⁹, as respostas foram organizadas e agrupadas consoante a temática que abordam, por forma a permitir uma comparação entre respostas mais simples e intuitiva, e consequentemente uma análise mais eficaz e eficiente (Guerra, 2006).

²⁹ Vide Apêndices J e K, para consultar a relação entre as perguntas das entrevistas e as questões de investigação.

CAPÍTULO III — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, e tal como o nome sugere, irão ser apresentados os resultados decorrentes do trabalho de campo realizado durante a investigação, que advêm por sua vez da aplicação de entrevistas a Oficiais da GNR. Uma vez apresentados os dados recolhidos das entrevistas, proceder-se-á a uma análise qualitativa do conteúdo das mesmas. Por fim são comparados os dados obtidos através da análise do conteúdo das entrevistas, com os factos apresentados no Capítulo I, do Enquadramento Teórico.

Esta parte da investigação representa uma operação intelectual que “consiste na decomposição de um todo nas suas partes com o propósito de se realizar a respetiva descrição e procurar as relações entre essas partes” (Freixo, 2012, p. 250).

3.1. Análise das Entrevistas

3.1.1. Análise das Entrevistas do tipo A

Questão n.º 1 — O objetivo desta questão é desde logo perceber se existe efetivamente uma interoperabilidade entre os DI e o GIOP. À parte de E1, que defende que, salvo algumas exceções, a interoperabilidade entre as forças não se verifica, as respostas de E2 e E3 apresentam duas vertentes.

Desta feita, E2 afirma que existe interoperabilidade no âmbito da formação, visto que o CIR e as respetivas atualizações são dadas aos militares do DI, pelo GIOP, mas no que concerne ao trabalho diário a um nível operacional, a interoperabilidade não se verifica.

Por sua vez, E3 considera que a interoperabilidade em sentido lato existe, no desenrolar de operações policiais, graças aos planeamentos e coordenações que são feitos. No entanto, defende que a interoperabilidade em situações de MROP não existe, pois não existem “procedimentos automatizados” e “mecanismos pré-estabelecidos”.

Tabela 1 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “(...) não existe porque no terreno essa interoperabilidade não é visível.” - “(...) mas não é uma coisa que esteja instituída e enraizada na Guarda.”

	- “Existem condições para que exista uma interoperabilidade constante, mas efetivamente ainda não existe (...)”.
E2	- “Posso responder que sim e que não.” - “(...) no âmbito da formação, sim, ou seja, os DI são formados no GIOP, (...) aquilo que usam no 2º NEOp, é exatamente o mesmo que o GIOP usa no 3º NEOp, com as devidas adaptações.” - “Se por outro lado olharmos para o que é o trabalho diário, então aí, garantidamente a resposta é negativa.” - “A resposta é maioritariamente «Não», embora também haja uma vertente «Sim».”
E3	- “Se nos referirmos a uma interoperabilidade total, ou seja, a nível de automatismos criados, mecanismos pré-estabelecidos, ela não existe.” - “Mas se nos referirmos a interoperabilidade em sentido lato, ela existe.” - “(...) se chegarmos ao local e tivermos tempo para fazer coordenações pontuais para nos prepararmos, (...) a interoperabilidade existe.” - “(...) a interoperabilidade a nível de procedimentos automatizados em situações de MROP não existe, mas ao nível de operações policiais, (...) naturalmente que essa interoperabilidade acaba por existir (...)”.

Fonte: Autor.

Questão n.º 2.1 — Como todos os entrevistados responderam que, de certa forma, a interoperabilidade não existe, pretende-se com esta questão perceber o porquê. Na opinião de E1, a interoperabilidade não existe devido a uma má gestão de recursos, por os DI serem empregues em tarefas de NEOp superiores, e o GIOP ser empregue em tarefas de NEOp inferiores.

No entendimento de E2, a falta de interoperabilidade resume-se a três fatores: falta de treino conjunto, falta de supervisão efetiva da atividade operacional dos DI, e falta de competência técnica do GIOP sobre os DI.

Para E3 não existe interoperabilidade em situações de MROP pois é uma realidade que não se verifica regularmente, o que leva a que a formação dos DI não esteja dirigida nesse sentido. E3 enfatiza a importância da formação e afirma que o facto do CIR e respetivas atualizações não serem ministradas com a regularidade que pretendida, condiciona a interoperabilidade das forças.

Tabela 2 — Análise das respostas à questão n.º 2.1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “(...) porque por vezes os DI têm necessidade de cumprir tarefas de NEOp superiores (...)”. - “(...) por vezes o GIOP é chamado para intervir em situações em que não há necessidade de empenhar uma força de 3º NEOp (...)”. - “Por isso é que a interoperabilidade não existe, porque há uma má gestão dos recursos.”
E2	- “A falta de treino conjunto — DI e GIOP — embora já tenha havido um avanço, quando no mês passado o DI de Lisboa se juntou com o DI de Setúbal e com o DI de Santarém e eu fui convidado para assistir ao treino.” - “Porque não há uma supervisão efetiva do GIOP sobre os DI.” - “O GIOP devia ter competência técnica sobre os DI (...)”. - “O GIOP tem que os certificar e atualizar (...)”. - “(...) nestas três áreas, o treino, a supervisão efetiva da atividade operacional e a dependência técnica são três áreas que não permitem neste momento a interoperabilidade do GIOP e dos DI.”
E3	- “(...) o GIOP só em situações de grande envergadura terá de atuar em conjunto com os DI. E não existem muitos casos em que isso ocorra.” - “(...) o facto do CIR, não versar sobre a atuação a nível de pelotão, ou sobre um PI integrado com uma força do GIOP (...)”.

	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) matérias que concorram para que haja uma interoperabilidade na atuação integrada em MROP, não são dadas.” - “(...) o facto de as atualizações do CIR estarem interrompidas.”
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autor.

Questão n.º 2.2 — Com esta questão pretende-se enumerar as medidas que poderão ser tomadas para potenciar a interoperabilidade entre as duas forças. Neste sentido, todos os entrevistados indicam que deveria ser elaborado um documento que uniformizasse os aspetos relativos ao DI (procedimentos técnicos e táticos, armamento, equipamentos viaturas, etc), bem como a sua dependência técnica em relação ao GIOP. E1 e E2 afirmam que já está a ser elaborado um documento para colmatar essas lacunas. E2 refere ainda que deveria ser criada doutrina que regulasse o emprego operacional conjunto destas forças, e E3 defende que a doutrina existente devia ser constantemente revista e melhorada, com base no *feedback* dos militares do DI, que têm bastante serviço operacional.

Os três entrevistados salientam a importância da execução de treinos conjuntos, sendo que E1 e E3 referem a importância da formação, nomeadamente do CIR e das atualizações, que neste momento não se executam. Enquanto E1 se foca na questão das transições entre o 2.º e o 3.º NEOp, E3 enfatiza a importância da temática relativa à resposta a situações de “alteração da ordem pública de alta intensidade”.

E2 invoca ainda a realização de *debriefings* e reuniões para se aquilatarem alguns aspetos.

Tabela 3 — Análise das respostas à questão n.º 2.2 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) o normativo existente também deveria ser melhorado, mas já estamos a preparar isso (...)”. - “(...) entram militares no DI que não têm qualquer formação específica, não têm o CIR (...)”. - “(...) deve-se trabalhar muito bem as transições de nível, o que assenta naturalmente na formação. A formação tem de ser contínua, havendo naturalmente uma atualização.” - “Uma coisa que já foi feita para melhorar a interoperabilidade foi implementar um só indicativo rádio para todos os pelotões do GIOP, «Orix» (...)”. - “(...) era importantíssimo ter as fases de transição estipuladas e treinadas (...)”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “Criar documentos orientadores da dependência técnica, o que já está a ser trabalhado internamente.” - “Haver um controlo dos equipamentos (...)”. - “A questão do treino.” - “(...) esta questão do emprego operacional em conjunto também obrigaria a criação de alguma doutrina sobre isso.” - “(...) também não são efetuados <i>debriefings</i> conjuntos, porque não há tempo (...)”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) implementar as atualizações do CIR.” - “(...) criar alguns exercícios em conjunto, elaborar um plano de treinos anual (...)”. - “(...) a dependência técnica que a UI, em particular o GIOP, deveria ter sobre os DI.” - “Uniformidade de procedimentos técnicos e táticos, que é adquirida através da formação e dos treinos, mas também de uniformidade a nível de equipamentos, viaturas, armamento, por exemplo.” - “Se todos os DI tiverem as mesmas capacidades, a forma de atuação do GIOP com qualquer que seja o DI seria igual, logo maior potencial em termos de interoperabilidade.”

	- “(...) a questão doutrinária do CIR, que deveria ser constantemente ajustado, consoante o <i>feedback</i> dos militares no terreno, (...) para efetuar eventuais ajustes e correções à doutrina (...)”.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autor.

Questão n.º 2.3 — Esta questão tem como objetivo expor as potencialidades de uma possível interoperabilidade entre os DI e o GIOP. Assim, E1 salienta que a estratificação dos níveis e o correto empenhamento e transição dos mesmos permitiria potenciar a imagem diferenciada das forças.

Na ótica de E2, se houvesse uma maior interoperabilidade entre os NEOp, a fluidez na transição entre os mesmos seria maior, e a capacidade de resposta imediata das primeiras forças a chegar ao local de um determinado incidente de médio risco seria mais eficaz.

Para E3, o serviço prestado pela GNR ao cidadão seria melhorado, pois a interoperabilidade entre as forças permitiria criar “automatismos a nível da atuação”, garantindo uma maior eficácia e eficiência na resolução de certos incidentes. Este entrevistado indica ainda a simplificação da ação de comando em situações de MROP.

Tabela 4 — Análise das respostas à questão n.º 2.3 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “As potencialidades são enormes, porque a tal estratificação de níveis permitia-nos não desgastar a imagem das forças.”
E2	- “(...) aumentar a capacidade de resposta imediata a situações de médio risco, com a adoção de procedimentos corretos iniciais.” - “(...) as forças de 1º e 2º NEOp estarem mais preparadas, mais capacitadas, mais interligadas com NEOp superiores, pois a resposta pronta a situações como estas é fundamental (...)”. - “É este suavizar da ligação entre os níveis que deve ser trabalhado, pensado e discutido (...)”.
E3	- “(...) a criação dos tais automatismos a nível da atuação.” - “(...) a proficiência das ações. (...) se «falarmos todos a mesma linguagem», se já houver automatismos criados, (...) perde-se menos tempo, somos mais eficientes e mais eficazes.” - “(...) a simplificação e habituação da unidade de comando em situações de MROP (...)”. - “No geral, uma melhoria do serviço prestado ao cidadão.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 3.1 — Nos casos em que a resposta à questão n.º 1 foi afirmativa, pretende-se agora compreender quais os constrangimentos existentes na interoperabilidade entre as duas forças. Visto que E1 considera que a interoperabilidade não existe, nenhuma das questões que derivam da pergunta 3 (3.1, 3.2 e 3.3) foram respondidas.

E2 dá ênfase à questão de nem todos os elementos dos DI estarem habilitados com o CIR, como seria suposto, e não haver uma atualização rotineira instituída, o que leva a

que haja um desvirtuar da doutrina que se proporciona no CIR, e sejam criados procedimentos próprios.

Para E3, também o facto de neste momento não se estarem a realizar as atualizações do CIR representa um constrangimento, e salienta ainda que, por vezes os NEOp não são respeitados e empenhados como a circular n.º 14/2014-P o prevê.

Tabela 5 — Análise das respostas à questão n.º 3.1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) existe uma falta de formação dos novos elementos, e isso é um problema.” - “Foram dados CIR para quem vai operar nos PI de um DI, só que com o tempo saem elementos e quando é preciso repor, os novos elementos não vêm tirar o CIR (...)”. - “(...) o afastamento da doutrina, ou seja, (...) se não existir um relembrar de procedimentos ensinados, começam-se a utilizar técnicas diferentes (...), e há um desvirtuar da doutrina, criando-se procedimentos próprios.” - “Às vezes compram-se equipamentos que obrigam a mudar os procedimentos, portanto há um divergir em termos de doutrina, daquilo que foi ensinado.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “A interoperabilidade existe, (...) quando se trata de operações policiais mais usuais.” - “É uma vez mais um dos constrangimentos existentes são as atualizações do CIR.” - “(...) a interpretação dos NEOp. (...) continua a haver por vezes um atropelamento dos NEOp.” - “O Cmdt Territorial competente, quando tem um problema de segurança na sua área, quer acima de tudo resolvê-lo e muitas vezes dispõe-se a subverter os NEOp, (...)”.

Fonte: Autor.

Questão n. 3.2 — Esta questão tem o intuito de salientar os aspetos que poderão ser melhorados na interoperabilidade destas duas forças. Neste sentido, E2 defende que deveriam ser criados mecanismos que possibilitassem uma troca e partilha de informação frequente.

Já E3 refere novamente a execução de treinos, e propõe uma modalidade de treinos que não acarreta tantos custos — *Command Post Exercise* — visto que assenta em exercícios teóricos, não envolvendo forças no terreno. Indica ainda a implementação de matérias no CIR que fomentem a interoperabilidade, e a criação de doutrina comum para os DI e o GIOP.

Tabela 6 — Análise das respostas à questão n.º 3.2 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “Troca e partilha de informação com alguma frequência, entre os diversos níveis de comando e o <i>debriefing</i> de um conjunto de operações, lições apreendidas.” - “Para isto deveria haver sobretudo bases de dados, partilha de informação online, videoconferências, etc, para que com alguma rotina esta informação pudesse circular por todos os Comandos.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a doutrina de base comum, que contribui bastante para a interoperabilidade de duas forças.” - “(...) a implementação de matérias que concorram para que haja uma interoperabilidade entre as forças no CIR, bem como a execução das atualizações previstas.”

	<ul style="list-style-type: none"> - “Também a execução de treinos ia colmatar a falta de interoperabilidade.” - “(...) os treinos não necessitam obrigatoriamente de envolver muitos custos. (...) os treinos CPX (<i>command post exercise</i>) com exercícios teóricos, onde não existem verdadeiramente forças no terreno. (...) Neste caso treinam-se os procedimentos táticos e legais, e não tanto os procedimentos técnicos.”
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autor.

Questão n.º 3.3 — Enquanto a questão n.º 2.3 faz menção às potencialidades de uma possível interoperabilidade, nas situações em que a resposta foi negativa, a presente questão refere-se às potencialidades nos casos em que a interoperabilidade efetivamente existe.

Enquanto E1 considera, como já referido, que não existe interoperabilidade, e E3 indica que a resposta é a mesma que para a questão n.º 2.3, E2 refere o facto de a atuação, quer isolada, quer conjunta das forças, seria melhor, registando-se naturalmente um menor número de situações em que se adotam procedimentos incorretos.

Tabela 7 — Análise das respostas à questão n.º 3.3 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “A atuação isolada ou conjunta seria sempre mais sólida se devidamente coordenada.” - “Por outro lado, o menor número de situações incorretas que se registariam.” - “(...) existe interoperabilidade na formação, mas se esta estivesse mais oleada, garantidamente a atuação seria melhor.”
E3	- “A mesma resposta da pergunta 2.3, naturalmente.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 4 — Esta questão visa verificar se se realizam treinos entre os DI e o GIOP. A resposta dos três entrevistados é unânime e negativa, afirmando E3 que as situações reais no terreno funcionam numa ótica de “*on job training*”.

Tabela 8 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Os únicos treinos que são feitos é quando os militares vêm cá fazer o CIR. Portanto treinos em conjunto não são feitos.”
E2	- “A resposta é não.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “Não existe nenhum plano de treinos.” - “E assim o nosso treino acabam por ser as ações reais, o chamado «<i>on job training</i>».”

Fonte: Autor.

Questão n.º 5 — Com esta questão pretende-se perceber se o normativo existente — isto é, todos os documentos oficiais que regulam a atuação destas forças — é adequado e suficiente, se não suscita dúvidas e se prevê as atribuições e formas de atuação das forças.

Todos os entrevistados são da opinião que o normativo existente carece de melhoramento. E1 e E3 dão o exemplo do projeto inicial que deu origem à circular n.º 14/2014-P, que previa diversas questões relacionadas com os DI, e que atualmente não estão reguladas, mas deviam. E2 indica que o normativo existente “refere sobretudo linhas de orientação gerais”. Para E3, deveria ser criado também um normativo que regulasse a atuação conjunta das duas forças em situações de MROP.

Tabela 9 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “No projeto inicial da circular n.º 14/2014-P (...) regulava o Quadro Orgânico (QO) de Recursos Humanos, um QO de Recursos Materiais (armamento, equipamento, viaturas), critérios de seleção e de permanência (...). Esse documento foi entregue, (...) e nunca foi despachado.” - “A circular 14/2014-P carece de outro assunto importantíssimo e que também estava vertido no projeto inicial da circular (...) que são as fases de transição de cada nível, onde se descrevia como se fazia a substituição ou integração das forças quando se passava de um nível para o outro. (...) também propúnhamos que o DI tivesse dependência técnica da UI (...).” - “(...) o atual normativo carece de melhoramento, mas a UI já está a tratar de elaborar uma nova proposta (...).”
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “O normativo existe, mas ele refere sobretudo linhas de orientação gerais (...).” - “(...) o que falta é efetivamente a interação entre os diversos Comandos.” - “(...) na prática isso não tem sido vertido no emprego operacional.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “Eu creio que o normativo é claro, mas por vezes suscita diferentes interpretações.” - “Relativamente a um normativo que regule a atuação conjunta das duas forças em situações de MROP, não existe. Talvez algo pudesse ser criado com os tais planos de treino, para começar a ser feita doutrina relativa à transição do 2º para o 3º NEOp.” - “Quando foi criada a circular 14/2014-P, foi elaborado um documento que definia tudo o que havia para definir a nível dos DI, (...) mas nunca chegou a ser aprovado.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 6 — Esta questão visa verificar se o normativo que regula o emprego operacional das forças é efetivamente cumprido.

Na opinião de E1 e de E2, o normativo não tem sido cumprido. Enquanto E1 defende que nem o GIOP nem o DI o cumprem, pois o GIOP é empenhado em tarefas de NEOp inferiores, e o DI é empenhado em tarefas de NEOp superiores, E2 refere apenas que muitos DI, por possuírem equipamento para executar tarefas de NEOp superiores, executam essas tarefas, sem que tenham competência e formação para tal.

Já E3 afirma que o normativo é cumprido na maioria das vezes, mas que nalgumas situações espontâneas o DI executa tarefas de NEOp superiores, e que o GIOP colabora

por vezes com o GIOE quando estes solicitam, situações essas em que, apesar de tudo, os NEOP são respeitados.

Tabela 10 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a circular dos NEOP não está a ser cumprida por ninguém (...)”. - “(...) os DI fazem tarefas de um nível superior ao deles, fora das competências que lhe estão atribuídas (...)”. - “(...) as forças da UI estão a ser utilizadas em tarefas de 1º, 2º e 3º NEOP, ou seja, são empregues em tarefas que não são as delas.” - “Os NEOP não estão a ser respeitados.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “Verdadeiramente não tem (...)”. - “Portanto o normativo deve ser geral e abstrato, tal como as leis, para garantir alguma capacidade de manobra, mas que eles próprios tenham essa noção de que existem limites.” - “Quando um DI recebe coletes balísticos, escudos balísticos, capacetes balísticos com viseira balística, (...), equipamentos para abrir portas, o cmdt. fica realmente com a perceção que tem capacidade para resolver qualquer situação, quando na realidade não tem (...)”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “Maioritariamente sim. (...) Maioritariamente os DI estão a assumir totalmente o 2º NEOP.” - “Mas há exceções. Por vezes os DI extravasam o 2º NEOP e imiscuam-se em níveis superiores.” - “(...) o GIOP atua muitas vezes em estreita colaboração e complementaridade com o GIOE (4º NEOP), quando é necessário fazer buscas a residências de vários alvos em simultâneo (...) Mas nesta situação os NEOP estão bem definidos.”

Fonte: Autor.

3.1.2. Análise das Entrevistas do tipo B e C

Questão n.º 1 — O objetivo desta primeira questão é verificar se os militares a desempenhar funções nas respetivas subunidades possuem a formação técnico-tática necessária. Como se observa pelo quadro infra exposto, todos os militares do GIOP estão habilitados com o CMOP, no entanto, o mesmo não se verifica nos DI, onde nenhum dos DI estudados tem uma percentagem de 100% de militares habilitados com o CIR.

Tabela 11 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Sim, todos. Um dos requisitos para se entrar no GIOP, é estar habilitado com o CMOP (...)”.
E5	- “Sim.”
E6	- “Sim (...) todos os militares do GIOP têm de possuir o CMOP para ingressarem e permanecerem nesta Subunidade.”
E7	- “Todos obrigatoriamente têm o CMOP.”
E8	- “(...) o objetivo é todos os militares do DI terem o CIR. (...) Recentemente fizemos o recrutamento de mais quatro militares e estes ainda não possuem o CIR (...)”.
E9	<ul style="list-style-type: none"> - “Só não têm todos porque (...) existem sempre movimentações de pessoal, e há militares que entram no DI que não têm ainda o CIR.” - “Neste momento eu tenho 4 ou 5 militares sem CIR (...)”.
E10	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) apenas três militares não possuem o CIR.” - “(...) nas instruções que organizamos, todas as matérias que são ministradas no CIR, já foram ministradas a esses militares para poderem trabalhar como está determinado.”
E11	- “Nem todos. Atualmente tenho cerca de 80% do efetivo habilitado com o CIR.”

	- “(...) já recebemos novos militares que ainda não receberam o CIR porque ainda não houve a abertura do mesmo.”
E12	- “(...) ainda existem vários militares aqui no DI que não têm esse curso.” - “(...) temos programado e executado (...) uma formação que permite aos militares que não têm o CIR, terem uma noção do tipo de missões que vão desempenhar e como é que as devem desempenhar (...) enquanto aguardam disponibilidade para frequentar o curso.”
E13	- “Não. (...) O que acontece aos militares que chegam e não têm CIR é que fazemos um treino intensivo a esses militares, vocacionado para as missões que irão desempenhar.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 1.1 — Esta questão, apenas presente nas entrevistas do tipo C, pretende revelar se a atualização do CIR é efetivamente feita, tal como é previsto no Regulamento CIR. Das respostas dadas, verifica-se que apenas dois dos seis DI estudados são constituídos por militares que têm a atualização feita (E10 e E11), sendo que num deles ainda não houve necessidade de fazer a atualização (E8), e nos restantes existem militares sem a atualização (E9, E12 e E13), tal como revela a seguinte tabela:

Tabela 12 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo C

N.º	Ideias-chave da resposta
E8	- “(...) ainda não houve necessidade de fazer a atualização.” - “(...) creio que a validade do curso está prestes a terminar (...)”.
E9	- “A grande maioria dos militares do DI têm as atualizações do CIR feitas, mas uma pequena parte não tem (...)”. - “(...) nem sempre é fácil as unidades territoriais enviarem os militares que precisam da atualização quando está previsto (...) fruto de vários motivos como movimentações, baixas, ou porque estão noutro curso, ou por motivos de serviço (...)”.
E10	- “Sim, todos os militares que têm o CIR e que já acabou a validade, já fizeram a revalidação (...)”.
E11	- “Sim.”
E12	- “Até à data neste DI nenhum militar teve acesso à atualização do CIR (...)”.
E13	- “(...) foram programadas em 2015 e 2016 quatro atualizações, para quem fez os primeiros CIR (...) mas isto não se fez em Lisboa (...)”. - “(...) na semana que tinha sido definida pela UI não conseguíamos fazer face à atividade operacional e ao mesmo tempo ter militares afetos à instrução (...)”. - “(...) a previsão tem de ser feita no ano anterior, e têm de ser escolhidos os meses com menos trabalho, na época baixa (...)”. - “(...) não pode ser feito ao pelotão todo porque descursa-se no serviço operacional, tem de ser feito por equipas.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 2 — Esta questão tem como objetivo verificar se o curso necessário para exercer funções na respetiva subunidade é adequado e proporciona as matérias necessárias para o cumprimento das tarefas e missões atribuídas a cada força.

Relativamente ao CMOP, os quatro entrevistados são da opinião que o curso garante a formação necessária para o desempenho das funções, havendo apenas um

entrevistado (E7) que sugere a inclusão de uma nova matéria (socorrismo em ambiente de ordem pública) na estrutura curricular do mesmo.

Por outro lado, as respostas à entrevista do tipo C não foram tão consensuais, dado que para três entrevistados (E8, E9 e E10) o CIR é adequado e suficiente, mas para outros três entrevistados (E11, E12 e E13) o CIR, apesar de ser um curso relativamente bem estruturado, carece do aprofundamento ou inclusão de algumas matérias como as entradas táticas em interior de residência, em situações de baixo risco (para E11 e E12), a manutenção da ordem pública em situações de baixo risco, ou ainda os procedimentos de revista sem recurso a algemagem (para E13).

Tabela 13 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave
E4	- “Sim, o CMOP é essencial para o desempenho das tarefas diárias de um pelotão porque fornece os conhecimentos base necessários ao desempenho das missões atribuídas ao GIOP.”
E5	- “Sim, o curso CMOP é bastante completo.”
E6	- “Sim, tendo em conta que o curso é imprescindível para a permanência dos militares aqui na Subunidade e há uma preocupação em manter essa formação atualizada e adequada à realidade em que se vive.
E7	- “Sim. O CMOP é muito bom, é muito completo (...).” - “(...) mas existem matérias que o curso ainda não tem de forma aprofundada, que é a parte do socorrismo em ambiente tático ou ambiente de Ordem Pública.”
E8	- “(...) eu penso que sim, porque os militares estão preparados para as tarefas que desempenham diariamente.”
E9	- “Eu penso que sim, que o curso está bem construído. Para aquilo que os PI fazem, isoladamente ou em conjunto com o GIOP, e pelo facto do CIR ser dado na UI e pelo GIOP, acho que é uma mais valia, (...) e isso reflete-se depois nas atividades operacionais em que colaboramos (...).”
E10	- Sim, (...) os módulos que o CIR tem, comparativamente às missões operacionais que realizamos (...), proporcionam toda a formação necessária.”
E11	- “Não de todo.” - “(...) existem muitas situações em que é solicitado o reforço do DI para efetuar buscas domiciliárias, onde é necessário fazer entradas táticas nas residências, e essa formação não é proporcionada no CIR.” - “O que acontece é que nós próprios, com base no Manual de Operações, treinamos a passagem para o interior de residências e a limpeza de compartimentos.”
E12	- “O CIR está relativamente bem estruturado face às missões que os DI desempenham.” - “(...) existem determinadas matérias que deveriam ser acrescentadas ao curso, tais como formação base em intervenção em áreas edificadas, visto grande parte dos DI ter como tarefa colmatar a elevada necessidade de apoio no cumprimento de buscas domiciliárias (...).” - “Não há uma componente adequada para os militares ficarem habilitados a fazer uma entrada tática numa residência.”
E13	- “A meu ver, o CIR não é suficiente.” - “(...) a revista sem algemagem quase não é abordada no CIR. (...) E ao nosso nível (DI) a maioria das situações operacionais não se procede à algemagem antes da revista.” - “(...) a componente de ordem pública deve ser muito mais explorada porque os DI cumprem missões de MROP de baixo risco.” - “(...) é isto que se deve trabalhar mais, a contenção, garantir um objetivo intermédio.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 3 — A terceira questão destas entrevistas incide sobre a regularidade com que as forças executam treinos de procedimentos técnicos e/ou táticos, visto que é um fator importante para a operacionalidade das forças. Analisadas as respostas às

entrevistas do tipo B, verifica-se que três dos entrevistados (E4, E5 e E6) afirmam que a sua força tem um horário de instrução diário, enquanto um entrevistado (E7) afirma que a sua força treina no mínimo uma vez por semana, por haver bastante serviço operacional na sua ZA, salientado que gostaria de conseguir treinar mais.

Quanto às respostas às entrevistas do tipo C, E10, E11, E12 e E13 afirmam que existe um plano de treinos diário, com equipas de instrução definidas e prontas a dar instrução todos os dias (ou quase todos os dias, no caso de E13), e por sua vez, E8 e E9 afirmam que a instrução é feita semanalmente.

Tabela 14 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Diariamente os militares têm horário de instrução.” - “Exceção feita quando os militares estão a ser empenhados em serviço operacional.” - “(...) todos têm treino diário, tanto físico como técnico.”
E5	- “Todos os dias. Uma semana pode incidir mais em ordem pública, noutra pode incidir mais em atirador ativo, noutra em Abordagens a Indivíduos Locais e Viaturas (AILV), etc.”
E6	- “Existe um horário de instrução, e os militares todos os dias estão em permanente instrução.”
E7	- “No mínimo uma vez por semana. O que é pouco.” - “Isto prende-se com a atividade operacional, porque aqui no Norte temos poucos militares.” - “(...) eu não posso recusar serviço operacional para conseguir treinar.”
E8	- “É feita, dentro da equipa, duas vezes por semana, no mínimo, e com a presença do pelotão inteiro é feita semanalmente.”
E9	- “(...) é feito semanalmente.” - “A nível dos PI, este DI tem implementado já desde há uns anos a esta parte um plano semanal de instrução integrada muito abrangente (...)”.
E10	- “Nós temos equipas de instrução diariamente.” - “É feito um calendário de instrução semanal e percorremos todos os módulos que são abordados no CIR.” - “Há semanas em que a mesma equipa chega a ter instrução duas ou três vezes, porque também fazemos instrução de pelotão (...)”.
E11	- “Temos treinos diariamente, de segunda a sexta feira.” - “Temos uma formação contínua com base naquilo que foi proporcionado pela UI, relativamente ao CIR, e diariamente temos pelo menos uma equipa com instrução teórica ou prática.”
E12	- “Cinco dias por semana, das 09 às 17.” - “Estamos a criar internamente um dossier pedagógico com a compilação de todas as matérias, constituição de núcleos de formadores (...)”. - “(...) a formação não se sobrepõe à atividade operacional, mas (...) é possível conciliar.”
E13	- “Atualmente tenho quase todos os dias uma equipa de instrução.” - “(...) a formação constitui-se como um dos nossos pilares mais importantes.” - “Eu gostaria que houvesse mais instrução, mas nem sempre é possível devido a motivos operacionais (...)”.

Fonte: Autor.

Questão n.º 4 — Com esta questão pretende-se identificar se existem ou não constrangimentos relacionados com o armamento e equipamento que cada força possui.

Todos os entrevistados aos quais foram aplicados a entrevista do tipo B responderam que o armamento e equipamento que a sua força possui não levanta constrangimentos à atuação conjunta do GIOP com o DI.

Dos entrevistados aos quais foi aplicada a entrevista do tipo C, dois (E8 e E9) afirmam que o equipamento e armamento que possuem é suficiente e compatível com o equipamento e armamento do GIOP, não havendo qualquer constrangimento. No entanto os restantes quatro entrevistados (E10, E11, E12 e E13) defendem que o armamento e equipamento que possuem é em parte limitado, criando assim constrangimentos operacionais. E10, E11 e E12 salientam a falta de equipamento de ordem pública, e E10, E12 e E13 salientam a falta de pistolas metralhadoras. Segundo E13, seria também proveitoso os DI estarem equipados com Tasers, tendo obviamente formação para tal.

Tabela 15 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Constrangimentos não.” - “(...) as missões são totalmente distintas (...) Como são totalmente distintas, o equipamento e o armamento não têm de ser iguais.” - “Cada uma das forças tem de estar equipada com o armamento e equipamento adequado para as missões que lhe estão atribuídas.”
E5	- “Considero que não, (...) o que se verifica por vezes é o DI estar tão bem equipado como nós, logo não existem constrangimentos.”
E6	- “Não considero que levante constrangimentos. Considero que o armamento e equipamento é adequado, considero é que existe uma lacuna a nível de quantidade de equipamento.”
E7	- “Não, não levanta.” - “(...) cada NEOp tem a sua função, cada função para ser executada precisa de equipamento específico.” - “O 2º NEOp tem equipamento de funções de 3º NEOp.”
E8	- “Em termos de atuação conjunta sim é compatível.” - “Sabendo que atuamos em níveis diferentes, as missões são diferentes, o armamento e equipamento (...) que nós temos julgo que é o adequado para o desenvolvimento das nossas.” - “(...) por vezes um DI adquire um determinado equipamento, e depois outro DI adquire outro tipo diferente. (...) não existindo uma linha padrão para os tipos de equipamentos que se devem adquirir. (...) O GIOP deveria emitir pareceres relativos aos equipamentos (...)”.
E9	- “(...) o DI de Faro, para todas as suas missões, tem equipamento e armamento idêntico ao das forças de 3º e 4º NEOp.” - “Temos desde kits de abertura dinâmica, kits de transporte de equipamento individual para os militares, arietes, escudos balísticos, coletes balísticos para todos os militares, estamos extremamente bem equipados. A nível de material de ordem pública estamos muito bem equipados também.”
E10	- “A nível de armamento penso que a única coisa que nos faria falta seria pelo menos uma pistola metralhadora por equipa. (...) A nível de equipamento temos algumas limitações.” - “O nosso equipamento de ordem pública é completamente rudimentar em relação ao do GIOP.” - “O único equipamento que temos são as caneleiras, e para proteção do tronco os militares usam o colete balístico.”
E11	- “Considero que apresenta constrangimentos (...)” - “(...) o DI de Setúbal não possui equipamento atual, (...) estamos muito sub-evoluídos.” - “(...) não temos uma veste tática de ordem pública. Possuímos apenas umas caneleiras de ordem pública muito rudimentares, muito antigas. A nível de coletes balísticos não temos o número suficiente para equipar todos os militares, e isto levanta constrangimentos.”
E12	- “(...) considero o armamento e equipamento que o meu DI possui manifestamente insuficiente.” - “(...) um constrangimento que se verifica é a falta de material que possuímos para o desempenho de tarefas de ordem pública.” - “Temos capacetes de ordem pública, temos caneleiras de ordem pública adquiridas pelo CTer, mas não temos nenhuma proteção anti traumática para a zona do tronco.” - “(...) na segurança de outro tipo de operações policiais verifica-se que seria proveitoso termos armamento que potenciasses mais o serviço policial, tais como as MP5 (...)”.
E13	- “Penso que existem algumas lacunas.” - “Apesar de se verificar um esforço no sentido de diferenciar o 2º e do 3º NEOp, tal facto não implica que seja no armamento e no equipamento.” - “E o material destas duas forças não precisa de ser igual, tem é de ser material, no caso dos anti traumáticos, que proteja os militares dos impactos.”

	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) devia haver uma diretriz que definisse o tipo de armamento e equipamento que os CTer pudessem adquirir para os seus DI.” - “(...) penso que seria importante que os DI estivessem equipados com Taser e tivessem formação para a sua utilização.” - “(...) o DI de Lisboa não possui pistolas metralhadoras. (...) Em determinadas situações este tipo de armamento é importante (...)”.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autor.

Questão n.º 5 — Esta questão tem o objetivo de verificar em que tipo de operações estas duas forças mais interagem e colaboram. Assim, das respostas dadas quer às entrevistas do tipo B, quer às do tipo C, verifica-se que todos os entrevistados já atuaram em conjunto no policiamento de espetáculos desportivos, nomeadamente em jogos de futebol. No que concerne a operações policiais para cumprimento de mandados de busca, apenas E9 e E11 não mencionam este tipo de tarefas na sua resposta.

A par disso, E4, E5, E6, E9, E10, E11 e E13 salientam ainda a colaboração em operações policiais (cabendo neste parâmetro uma panóplia de tarefas como por exemplo apoio ao PTer de Fátima em épocas de maior afluência ou a concentração de *motards* em Faro [E5], policiamento no CTer Faro no âmbito da operação “Verão Seguro” [E6 e E9], policiamento de um *rally* [E10], eventos festivos [E11], ou ainda operações planeadas e não planeadas [E13]).

Alguns dos entrevistados, nomeadamente E10, E11, E12 e E13 referem também a colaboração com o GIOP em situações de manutenção da ordem pública de baixa envergadura (“distúrbios civis”, “desacatos”, etc).

Apenas um entrevistado — E11 — indica ter colaborado com o GIOP num Incidente Tático-Policial (ITP).

Tabela 16 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	<ul style="list-style-type: none"> - “Operações policiais, em cumprimento de mandados de busca, em que nós fazemos por vezes, com as nossas equipas ISEOP, técnicas de intervenção tática (...) já temos tido o DI a garantir a segurança, ou seja, a montar o cerco.” - “Já trabalhei com eles também no futebol, no policiamento de espetáculos desportivos (...)”.
E5	- “Policiamento de espetáculos desportivos, operação em Fátima, Concentração de <i>Motards</i> em Faro, operações policiais como buscas.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) segurança a eventos desportivos, operações de busca onde é necessário fazer cercos, no policiamento no verão seguro no Algarve (...)”. - “Em todas as missões/operações que nos são solicitadas (...)”.
E7	- “Espetáculos desportivos e Buscas (...)”
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “O GIOP funciona como força de Reserva nos jogos da 1ª Liga, no nosso caso nos jogos do Moreirense (...) policiamento de espetáculos desportivos.” - “(...) realização de mandados de busca, onde o GIOP faz entradas táticas e nós garantimos a segurança montando o cerco.”

E9	<ul style="list-style-type: none"> - “Com o GIOP já colaborei em grandes eventos, como policiamento de espetáculos desportivos de grande envergadura por exemplo a final da taça da liga, jogos da seleção portuguesa, onde trabalhamos no, âmbito da ordem pública e somos integrados no Subagrupamento do GIOP (...)”. - “Também no âmbito da operação Verão Seguro, (...) onde o GIOP trabalha no âmbito das FIR, um patrulhamento móvel ou apoiado em viatura numa determinada área, e o DI trabalha em estreita colaboração com eles, funcionando como mais uma FIR.”
E10	<ul style="list-style-type: none"> - “Colaboramos com o GIOP em várias tarefas, por exemplo no policiamento de espetáculos desportivos, ou seja, jogos de futebol, onde já houveram ocasiões que descambaram para situações de MROP e que atuámos em conjunto com eles.” - “Por vezes também somos empenhados em simultâneo com eles em operações de busca, onde nós ficamos a garantir a segurança de área. Mas neste caso colaboramos no sentido em que estamos empenhados na mesma operação, não atuamos em conjunto.” - “A nível de operações esporádicas como um Rally, também são empenhadas as duas forças mas não há uma colaboração propriamente dita, onde as duas forças trabalham em conjunto.”
E11	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) eventos festivos, como as festas das vindimas e as festas da moita, onde ocorreram desacatos, ou seja, distúrbios civis (...)”. - “(...) policiamento de espetáculos desportivos (...) num jogo de futebol entre o Sporting B e o Benfica B.” - “(...) Incidente Tático-Policial na localidade do Pinhal Novo, onde estiveram presentes todos os NEOp.”
E12	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) policiamento de espetáculos desportivos, (...) situações de desordem pública de baixo risco, (...) tal como possíveis manifestações, segurança a altas entidades.” - “(...) no âmbito da intervenção tática, onde já se fizeram entradas com equipas ISEOP, bem como a garantir o cerco enquanto as equipas ISEOP fazem a entrada.”
E13	<ul style="list-style-type: none"> - “Operações planeadas e não planeadas.” - “(...) operações de busca (...)”. - “Já tive casos em que o DI fez a segurança afastada e o GIOP segurança próxima. Já tive outras buscas em que as equipas ISEOP fizeram a intervenção tática e o DI montou o cerco garantindo a segurança.” - “(...) jogos de futebol do Estoril em que temos de garantir o policiamento deste espetáculo.” - “Já houve a necessidade de intervir na bancada (...) porque há desacatos (...)”.

Fonte: Autor.

Questão n.º 6 — Com esta questão pretende-se obter testemunhos na primeira pessoa sobre situações que tenham corrido bem na atuação conjunta destas forças. Posto isto, E4, E7, E8, E9, E12 e E14 dão o exemplo do policiamento de espetáculos desportivos, enfatizando o facto de cada força saber bem qual o papel a desempenhar, a interligação e coordenação positiva que existiu entre os comandantes das forças, nesses casos em específico.

Já E5 aponta uma operação policial que envolvia algum risco, salientando também o facto de cada força saber bem o que tinha a fazer.

No caso de E6, refere que na generalidade das operações policiais que executa com os DI correm bem, pois cada força se concentra na execução das missões que lhes competem.

E11 menciona uma situação de ofensas à integridade física dos elementos policiais presentes no policiamento de uma festa local, onde houve uma transição coordenada entre o 2.º e o 3.º NEOp, numa situação de MROP.

Por outro lado, E10 defende que não tem nenhuma situação positiva a ressaltar que tenha colaborado com o GIOP, porque quando as duas forças são empenhadas na

mesma situação, não existe uma interligação efetiva, simplesmente cada força desempenha a sua missão.

Tabela 17 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Policiamento de espetáculos desportivos.” - “(...) cada vez que vamos trabalhar juntos, (...) define-se logo numa reunião de coordenação, antes do evento, o que é que cada um faz, para não haver sobreposições de militares a fazerem missões que não lhe estão atribuídas.”
E5	- “(...) uma operação policial em Elvas (...)”. - “(...) iam demolir umas habitações de indivíduos de etnia cigana, e cada força sabia o que tinha de fazer, correu tudo bem.”
E6	- “Na generalidade das operações policiais que realizamos em conjunto (...)”. - “Em quase todas as operações em que nós realizamos o cerco temos sempre à nossa retaguarda os elementos do DI a dar apoio (...) libertando a nossa força para fazer o que é essencial da nossa missão.”
E7	- “Espetáculos desportivos. As forças todas sabiam de antemão o que era para fazer. (...) Sabendo o que é para fazer as coisas correm bem.”
E8	- “(...) policiamento de espetáculos desportivos.” - “Como a força deles é uma força de Reserva, o facto de eles lá estarem é uma forma de dissuasão.”
E9	- “(...) policiamento de um espetáculo desportivo (...)”. - “A interligação, o desempenho dos militares com uma postura muito profissional, muito ciente de todas as tarefas que devem ser feitas.”
E10	- “Que me recorde nenhuma.” - “Eles têm normas de empenhamento muito específicas e tudo o que foge a essas normas de empenhamento, mesmo que haja necessidade, tem de haver uma negociação complexa com eles.” - “(...) quando as duas forças são empenhadas não há uma ligação, uma colaboração efetiva entre nós.”
E11	- “Na festa das vindimas houve um conjunto de indivíduos que começou a arremessar garrafas contra as forças policiais (...)”. - “(...) o DI (...) fez logo a “limpeza” de uma rua. Mas como havia um aglomerado de pessoas, tivemos de garantir um objetivo intermédio (...)”. - “(...) o GIOP foi ativado e fez a limpeza das ruas adjacentes.” - “A transição do 2º para o 3º NEOp foi feita de forma coordenada.”
E12	- “(...) jogo de futebol entre o Arouca e o Benfica (...)”. - “(...) a colaboração e a passagem da unidade de comando para o cmdt. da força do GIOP, a definição da estratégia a adotar, funcionou muito bem nesta situação criando-se uma sinergia.”
E13	- “(...) policiamento de um espetáculo desportivo (...)”. - “As situações dependem muito da pessoa que está a comandar.” - “(...) a pessoa que estava à frente da operação adotou uma postura correta, falou comigo, houve uma coordenação do que cada força faria.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 7 — Ao invés, esta questão serve para obter testemunhos na primeira pessoa sobre situações que tenham corrido menos bem na atuação conjunta destas forças, por forma a evidenciar o que correu mal, fazendo um exercício de “*lessons learned*”. Neste sentido, as respostas divergem bastante entre elas.

Por um lado, E4 e E5 indicam operações policiais resultantes de cumprimentos de mandados de busca domiciliária, onde houve militares dos DI a executar a entrada tática no interior da residência, e o GIOP a garantir a segurança da operação, quando o emprego das forças deverá ser feito de forma inversa. Também E6 dá o exemplo de uma operação em que o GIOP e o DI deveriam ter sido empenhados de forma inversa.

Outro tipo de situação indicado por E7 e E13 é o policiamento de espetáculos desportivos, operação que tinha sido dada como exemplo para a resposta à questão anterior por estes mesmos entrevistados. Neste caso, E7 salienta que as tarefas de cada força não estavam bem definidas e que quando se evolui para situações de desordem pública, o DI deve apoiar o GIOP na retaguarda, enquanto E13 defende que o sucesso da operação depende muitas vezes do cmdt. da mesma.

Por outro lado, E8, E9, E11 e E12 afirmam que não têm nenhuma situação negativa a salientar, defendendo, no entanto, que existem sempre aspetos pontuais a melhorar. Neste sentido, E11 menciona que por vezes o empenhamento das forças não segue o que está estipulado na circular dos NEOp, havendo um “salto” na transição gradual dos mesmos.

Por fim, E10 refere, à semelhança da resposta à questão n.º 6, que as missões que desempenham são diferentes, e, portanto, nunca colaborou efetivamente com o GIOP.

Tabela 18 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave
E4	- “(...) na operação policial de cumprimento de mandados de busca (...)” - “(...) solicitarem o GIOP e quando chegamos ao local, chegamos à conclusão que nós íamos fazer cerco (...) e que haviam equipas do DI que iam fazer entradas (...)” - “(...) nunca deveria acontecer o PI fazer entradas e o GIOP estar a garantir a segurança.”
E5	- “(...) numa busca domiciliária (...)” - “(...) o DI ficou a fazer o cerco, e quando dei conta já tinha um militar do DI dentro de casa com os militares do GIOP a fazer entradas.”
E6	- “(...) numa operação policial de grande envergadura, o DI serviu de reserva e nós não termos ninguém na reserva, quando deve ser precisamente ao contrário.”
E7	- “Espetáculos desportivos também. As missões não foram definidas a 100% no início, e chegou a um ponto em que estava lado a lado o 2º NEOp a trabalhar com o 3º NEOp (...)” - “Quando existem situações de desordem pública, quando o 3º NEOp chega ao local, o 2º NEOp tem de sair do local e tem de nos apoiar na retaguarda.”
E8	- “Não houve nenhuma situação que corresse menos bem. Por norma corre sempre tudo bem.”
E9	- “(...) não tenho nenhuma situação negativa a salientar. A sintonia entre o DI de Faro e o GIOP é muito grande, mas claro que ainda tem margem para progredir.” - “(...) as coisas têm vindo a evoluir muito, a evoluir positivamente, a interligação entre as forças tem crescido, mitigando alguns espaços cinzentos que existiam há uns anos.”
E10	- “(...) normalmente não trabalhamos em conjunto. A nossa missão é completamente diferente da missão deles.” - “(...) nunca tivemos nenhuma situação relevante em que eles atuassem em conjunto connosco.”
E11	- “(...) não é uma situação negativa de colaboração com o GIOP, mas sim de empenhamento dos meios.” - “(...) alguns cmdts. de DTer empenharem logo o GIOP sem antes apostarem num patrulhamento preventivo onde seja empregue o DI.” - “(...) acaba-se por não se respeitar efetivamente os NEOp, fazendo um salto do 1º para o 3º NEOp.”
E12	- “Eu não posso dizer que tenha uma situação negativa, porque quando atuamos em conjunto tem corrido muito bem, em parte graças ao planeamento que é feito, onde cada força sabe o papel que deve desempenhar.” - “É lógico há sempre fatores a melhorar, daí o <i>debriefing</i> ser tão importante.”
E13	- “(...) policiamento de um espetáculo desportivo (...)” - “(...) o procedimento elencado anteriormente não correu bem.” - “(...) dependendo da pessoa que está à frente da força (...), a mesma operação pode correr bem ou mal.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 8 — Esta questão visa apurar se são realizados treinos conjuntos entre estas forças, que promovam assim a sua interoperabilidade. Da análise feita às respostas dadas, verifica-se uma unanimidade, sendo que todos os entrevistados dizem que nunca fizeram nenhum treino conjunto.

Apenas E4, E5 e E13 acrescentam que a situação mais próxima que já tiveram de um treino foi a preparação efetuada nas demonstrações que são realizadas nas cerimónias de celebração dos Aniversários da GNR, e na preparação de um programa televisivo.

E7, E10, E12 e E13 afirmam que já apresentaram propostas para a realização de treinos, mas estes nunca se efetivaram.

Destaca-se ainda que E5 e E13 mencionam a realização de um treino que envolveu três DI de diferentes CTer, ao qual o cmdt. do GIOP assistiu, por forma a dar o seu parecer sobre o mesmo.

Tabela 19 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Não. (...) A não ser em aniversários da GNR, ou seja, as demonstrações que se fazem para que as entidades que estão a assistir vejam as valências da Guarda a atuar (...)” - “Na minha opinião um treino tem de se aproximar o mais possível da realidade, para verificarmos o que corre mal, e fazer ajustes.”
E5	- “Nunca fizemos treinos com o DI. A não ser um treino que realizámos para a demonstração do Dia da GNR, na Escola da Guarda, (...) mas treino operacional nunca houve.” - “Recentemente sei que fizeram um exercício (...) que englobou o DI de Lisboa, Setúbal e Santarém, (...) e convidaram o Major Cmdt. do GIOP para comparecer no exercício (...)”.
E6	- “Não temos. É nossa intenção criar treinos conjuntos, mas não tem sido posto em prática.”
E7	- “Nunca. Os CTer fecham-se muito.” - “(...) quando se procurou aqui na Zona Norte treinar com a cinotécnia do CTer Porto não foi autorizado.” - “(...) por muito que eu queira treinar com o DI, os «Comandos» vão achar que eu estou a querer mandar no DI do CTer.”
E8	- Não. Nunca fizemos.”
E9	- “Treinos conjuntos propriamente ditos não há, apenas o treino em trabalho real (...)”. - “Existe também algum contacto e troca de experiências quando há CIR e as atualizações (...)”.
E10	- “Nós não realizamos treinos conjuntos com eles.” - “(...) eu tenho uma proposta para realizar alguns treinos com os DI dos CTer adjacentes ao CTer do Porto (...) e para que sejam feitos com a supervisão do GIOP (...)”.
E11	“Não.”
E12	- “Não. Já houveram propostas para a realização de treinos conjuntos, mas até ao momento nunca realizei qualquer treino com o GIOP.”
E13	- “Não. Já propus, mas até hoje nunca houve.” O que aconteceu recentemente foi um exercício que o DI de Lisboa fez com o DI de Setúbal e com o DI de Santarém, em que o cmdt. do GIOP foi assistir.” - “(...) por vezes não há vontade que estes treinos sejam feitos, e muitas vezes também não há disponibilidade.” - “Houve uma espécie de treino conjunto, mas foi para o programa «SOS 24», também no dia da Guarda se fez uma demonstração, mas isso não são treinos que tenham reflexo na atividade operacional.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 9 — Com esta questão pretende-se evidenciar as fragilidades que existem na articulação entre o GIOP e os DI, através dos aspetos que poderão ser melhorados.

No seguimento da questão anterior, E4, E5, E6, E8, E9, E10 e E11 defendem que a realização de treinos conjuntos seria uma mais valia.

Outro aspeto referido por E4, E5 e E7 é o de se respeitar o que está previsto relativamente ao emprego das forças e às competências associadas a cada força, ou seja, cumprir-se efetivamente a circular n.º 14/2014-P que prevê os NEOp.

Por sua vez E8, E12 e E13 defendem que a UI deveria exercer efetivamente uma competência técnica sobre os DI, regulando e uniformizando todas as questões que dizem respeito aos diferentes DI, e para isso algum normativo interno da Guarda deveria prever essa competência técnica.

Outras respostas indicam que todos os militares do DI, sem exceção, deveriam estar habilitados com o CIR (E4); que nas situações de MROP deveria haver apenas um cmdt. a gerir o incidente, sendo ele um elemento do GIOP (E7); ou ainda, que deveria haver maior flexibilidade no empenhamento do GIOP (E10).

E13 menciona que deveriam haver mais momentos de partilha de ideias e reuniões para se melhorar determinados aspetos, afirmando ainda que uma possível solução seria colocar o DI sobre o comando direto do General cmdt. da UI.

Tabela 20 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	<ul style="list-style-type: none"> - “Cada força deve respeitar as competências que tem (...)”. - “(...) para estar no DI, os militares deveriam estar habilitados com o CIR (...)”. - “(...) haver treinos conjuntos de operações policiais (...)”. - “Cada força deve (...) atuar no seu NEOp, e apenas cumprir as missões que lhe estão atribuídas.” - “(...) as condições de entrada e permanência nos DI deveriam ser cumpridas.” - “(...) haver treinos (...), por exemplo o policiamento de espetáculos desportivos que costumamos fazer (...)”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> - “A realização de treinos (...)”. - “(...) assumir-se e cumprir-se aquilo que está escrito (...)”. - “(...) cada vez mais os Oficiais têm a formação sobre os NEOp, já estão habilitados com o CIR, e portanto os Cmdts. de DI já conhecem os NEOp e já sabem aquilo que devem ou não fazer.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> - “A realização de treinos conjuntos.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) haver uma unidade de comando nas situações de MROP.” - “(...) o que está escrito no que a relação entre os NEOp diz respeito, em algumas áreas não se cumpre.” - “(...) em situações que o 3º NEOp intervém no terreno, (...) automaticamente, as forças de intervenção em ordem pública passam a ficar todas sob o comando do cmdt. das forças do 3º NEOp (...)”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “Realizar treinos. (...) Poderia haver um plano mensal por exemplo, para realizar treinos conjuntos.” - “(...) ser difundido um documento elaborado pelo GIOP (...) que indicasse que tipo de equipamento e armamento as unidades territoriais podem adquirir (...) para haver uma maior uniformização.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> - “Mais treino.” - “(...) o trabalho que tem sido desenvolvido (...) seja durante a atividade operacional, seja durante a formação, tem sido suficiente para se ir aquilatando as situações que precisam de ser melhoradas (...)”.
E10	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) alguns métodos de empenhamento do GIOP terão de ser revistos.” - “(...) os treinos seriam uma mais valia.” - “(...) é fundamental haver uma aproximação mais real da missão do GIOP às necessidades no terreno.”

	- “(...) deveria haver um pouco mais de flexibilidade no seu empenhamento, e mesmo na divisão do pelotão.”
E11	- “Haver treinos conjuntos com o GIOP, e exercícios práticos. Em diversas áreas, como situações de MROP, operações de busca em que nós montamos o cerco e eles avançam com as equipas ISEOP, etc.”
E12	- “(...) definir qual o grau de competência que a UI exerce sobre os DI.” - “(...) a nível dos PI, não existe nenhum documento que preveja que estes dependem tecnicamente do GIOP, pelo que existe uma lacuna a nível de diretrizes (...) O armamento e equipamento, por exemplo, deveria ser uniformizado pela UI.”
E13	- “(...) mais momentos para parar e pensar e fazer reuniões para estipular as coisas que não estão bem definidas (...) Devíamos partilhar ideias, (...) e trabalhar em conjunto.” - “(...) a competência técnica da UI sobre os DI devia ser clarificada.” - “(...) colocando os DI e o GIOP sob a alçada da mesma entidade, neste caso, o General cmdt. da UI. (...) Tendo um comando único iria proporcionar um fio condutor para todos os DI e ia facilitar a uniformização.” - “(...) uniformizar tudo desde armamento e equipamento, instrução, procedimentos operacionais, com a criação de um manual de procedimentos por onde os militares se guiassem, fardamento dos DI, (...) critérios de seleção e de permanência no DI.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 10 — Esta questão, à semelhança da questão n.º 5 da entrevista do tipo A, tem como intuito perceber se o normativo existente é adequado e suficiente, face às missões que as forças desempenham. Muitos dos entrevistados focam-se na circular n.º 14/2014-P para responder a esta questão.

Relativamente à entrevista do tipo B, todos os entrevistados afirmam que o normativo é claro e bem explícito, contudo E4, E6 e E7 defendem que o mesmo não se cumpre.

No que respeita à entrevista do tipo C, E8, E9, E10 e E11 consideram que o normativo existente é adequado e os documentos são claros. Por outro lado, E12 e E13 consideram o normativo insuficiente ou inadequado, pois existem ainda muitas coisas por definir que neste momento se encontram ao livre arbítrio. Também E10, E12 e E13 afirmam que o normativo não é cumprido, sendo que E10 e E12 defendem que os DI deveriam poder executar entradas táticas de baixo risco, no cumprimento de mandados de busca domiciliária, pois recebem ordens superiores para as executar.

Tabela 21 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “As missões estão bem previstas, mas por vezes não são respeitadas. Se virmos a circular dos NEOp, (...) está bem explícito quando há de ser empregue uma força, quando há de ser empregue a outra.” - “E está definido também claramente quais as missões do GIOP e quais as missões do DI.”
E5	- “Sim penso que o normativo não deixa grandes dúvidas (...)” - “(...) quando vamos apoiar um determinado CTer (...) temos de fazer o que o Cmdt. local estipula.” - “Mas o que deve ser feito é (...) sermos nós a decidir qual a tática e a técnica a aplicar (...)” - “O Cmdt. local não deve dar ordens de como devemos intervir.”
E6	- “Sim considero que seja adequado, o que falta é cada um ser solicitado para ser empenhado na missão que lhe diz respeito.”
E7	- “É mas não se cumpre. (...) O normativo existe mas não é cumprido.”
E8	- “(...) acho que é adequado.” - “(...) os normativos existentes preveem todas as situações em que os DI devem intervir (...)”.

	- “Muitas vezes a estreita definição dos normativos faz com que as forças se recusem a fazer determinadas tarefas que poderiam perfeitamente fazer.”
E9	- “(...) documentos que estão muito bem estruturados (...) irão servir durante muitos e longos anos, eventualmente com alguns ajustamentos (...) conferem linhas mestras sobre como o trabalho se deve desenvolver.” - “A circular 14/2014-P <i>per si</i> , serve de baia ao emprego dos DI no 2º NEOp, e é mais que suficiente.” - “(...) quanto mais tentamos escrever mais dificuldade criamos a quem está no terreno, porque às vezes é preciso um pouco de margem de manobra (...)”.
E10	- “(...) a circular dos NEOp é clara e está bem construída. O problema é que (...) muitas vezes ela não é cumprida.” - “(...) penso que o DI deveria poder fazer entradas táticas para o cumprimento de mandados de busca, porque muitas das buscas que são feitas apresentam um grau de perigosidade praticamente nulo, e são feitas apenas para impedir a ocultação de provas.”
E11	- “(...) a circular dos NEOp está bastante clara, (...) as missões são bem claras, e é um documento que suscita poucas dúvidas. - “O normativo está bastante bem feito e acho que é o adequado.”
E12	- “Eu penso que não (...) devemos pensar numa solução para este problema, seja ela qual for, desde a redistribuição do efetivo da UI pelo país, ou a integração dos DI na UI, seja em competência técnica ou mesmo orgânica.” - “(...) estamos a mistificar um problema que existe, pois os DI continuam a ser solicitados pelos CTer para fazer todo o tipo de tarefas sem existir um controlo técnico dessas tarefas”. - “(...) o normativo é insuficiente, por este motivo, e porque não há uma uniformização a nível dos DI, cada um tem material orgânico diferente, a formação não está regularizada (...) Há necessidade de padronizar e regular vários aspetos a nível dos DI.”
E13	- “Para além das indicações genéricas da circular 14/2014-P e do art.º 137 do RGSGNR não existe mais nenhum normativo.” - “(...) há muitos conceitos que não estão definidos (...)”. - “Os DI deveriam ter um manual aprovado, que regulasse toda a sua intervenção.” - “Se o normativo fosse adequado ele era cumprido, e isso não se verifica.” - “Tem de ser criado um normativo que regule o 2º NEOp: missões, atribuições, emprego, critérios de seleção, critérios de permanência, simbologia, armamento e equipamento, tudo.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 11 — Com esta questão pretende-se fazer o levantamento sobre as tarefas que cada força efetivamente cumpre, e se, de facto, o normativo existente é respeitado.

Das respostas às entrevistas do tipo B retira-se que todos os entrevistados alegam nunca ter desempenhado tarefas para as quais não têm capacidade ou competência, no entanto, E4 e E7 afirmam que a sua força é, por vezes, solicitada para executar tarefas de NEOp inferiores. E4 afirma ainda que já desempenhou tarefas de 4.º NEOp (“intervenções táticas em que há perigo de armas de fogo”), apenas porque a força pertencente a esse NEOp solicitou o seu apoio.

Das respostas às entrevistas do tipo C retira-se que todos os entrevistados já desempenharam tarefas que não são da sua competência, de acordo com o normativo existente. Destes entrevistados, E8, E9, E11 e E12 afirmam já terem executado entradas táticas em interior de residências para o cumprimento de mandados de busca. Por outro lado, E10 indica que já realizou tarefas para as quais tem capacidade mas que são da competência de NEOp inferiores, e E13 indica o exemplo de uma missão de segurança a operações de fiscalização de caça, sem que tal missão esteja prevista no normativo.

Tabela 22 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo B e C

N.º	Ideias-chave da resposta
E4	- “Por regra o GIOP não faz missões que não tem competência.” - “(...) em casos de intervenções táticas em que há perigo de armas de fogo, situações de elevada perigosidade, poderemos ter que fazer, por solicitação do GIOE.” - “O que acontece por vezes é solicitarem a nossa força para missões que não são as nossas, e quando chegamos à situação, as eram missões eram claramente para o DI. (...)”.
E5	- “Não porque o GIOP é a força na Guarda que pode desempenhar mais tarefas. Pode desempenhar tarefas de 1.º, 2.º e 3.º NEOp e algumas missões de 4.º NEOp de baixa perigosidade.”
E6	- “Não. Todas as tarefas para as quais fui solicitado tive sempre competência e capacidade.”
E7	- No caso do GIOP nunca (...). - “As tarefas estão muito bem estipuladas, por exemplo, em intervenção tática quando há elevada perigosidade do uso de armas de fogo, nós «GIOP» não fazemos.” - “Contudo executamos tarefas que (...) não são do nosso nível, (...) desde patrulhamento em apoio ao serviço territorial sem perigosidade para tal e a execução de serviços de 2.º NEOp quando estes não têm capacidade de efetivos (...)”.
E8	“(...)já efetuámos entradas em residências para o cumprimento de mandados de busca.”
E9	- “Sim já, nomeadamente entradas táticas em interior de residências.”
E10	- “O que acontece algumas vezes é que desempenhamos missões que não são da nossa competência, mas para as quais temos capacidade.” - “Estas situações não acontecem dentro do CTer do Porto, pois (...)”.
E11	- “Já. Entradas táticas em buscas domiciliárias.” - “Não temos a competência para fazer estas missões, não temos a formação, não temos o equipamento, mas a verdade é que por diversos fatores, temos de realizar tarefas deste tipo por vezes, pelo que nós próprios treinamos este tipo de situações.”
E12	- “Depende do ponto de análise (...)”. - “(...) a questão das intervenções táticas em caso de buscas domiciliárias, que são feitas muitas vezes pelo DI sem que isso esteja previsto na circular 14/2014-P.” - “(...) é feita uma avaliação do grau de ameaça de cada situação, e o DI apenas garante os alvos onde o risco é mais baixo (...)”.
E13	- “(...) existe por vezes um desvirtuamento daquilo que é um DI, ao fazermos algumas missões de reserva do cmdt. (...)”. - “O DI de Lisboa não efetua intervenções táticas (...)”. - “(...) os DI que fazem entradas táticas estão a cometer irregularidades consentidas por alguns CTer.” - “(...) o DI ser empregue nas operações de fiscalização de caça, garantindo a segurança aos militares do Núcleo de Proteção do Ambiente (NPA) que fazem a fiscalização.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 12 — Com esta questão pretende-se compreender quais os motivos que levaram a que, quem já desempenhou tarefas para as quais não tem capacidade ou competência, o tivesse feito. Desta maneira, visto que a resposta de todos os entrevistados submetidos à entrevista do tipo B foi negativa, esta questão não se aplica a nenhum deles.

Relativamente à entrevista do tipo C, E9, E11, e E12 defendem que as forças de 3.º e 4.º NEOp não têm capacidade para dar resposta a todas as solicitações para efetuar entradas táticas no cumprimento de mandados de busca, pelo que as suas forças desempenham este tipo de tarefas, quando o grau de perigosidade é baixo.

E8 e E12 referem que existem situações que requerem uma resposta pronta, e dadas as circunstâncias, não podem aguardar pela chegada da força com competência.

Já E10 e E13 afirmam que recebem ordens superiores para cumprir determinadas tarefas, pelo que, como têm capacidade, cumprem-nas.

Tabela 23 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo C

N.º	Ideias-chave da resposta
E8	- “Por vezes há situações que exigem uma resposta pronta e não podemos esperar que o GIOP intervenha.” - “(...) às vezes as circunstâncias em si, e caso haja oportunidade, obrigam-nos a intervir.” - “Trata-se também de uma avaliação no momento sobre se é ou não oportuno intervir.”
E9	- “(...) o GIOE e as equipas ISEOP, (...) não têm capacidade para garantir todas as entradas táticas na zona de atuação do CTer de Faro.” - “Quando graças às informações (...) verificamos que a probabilidade de existirem armas de fogo é quase nula, eu considero que o meu DI tem capacidade para cumprir os mandados de busca a interior de residência (...)” - “(...) faz-se com a anuência da cadeia hierárquica (...)”
E10	- “(...) é solicitado para apoiar CTer diferentes do CTer Porto.” - “O DI do Porto só desempenha tarefas para as quais não tem competência, maioritariamente de NEOp inferiores (...)”
E11	- “(...) a UI não tem capacidade para dar cumprimento a todas as buscas domiciliárias que requerem uma intervenção tática.”
E12	- “(...) face à quantidade de operações policiais de investigação criminal (...), e acima de tudo muitas vezes pelo carácter imprevisível e imediato com que algumas dessas operações surgem.”
E13	- “(...) já que recebemos ordens para o fazer (...)” - “Este tipo de missões não está consignado em lado nenhum, nem tão pouco o CIR garante formação neste âmbito.” - “(...) o emprego das forças deve estar bem definido e não ao arbítrio do cmdt. do CTer.”

Fonte: Autor.

Questão n.º 13 — Esta questão, apenas presente nas entrevistas do tipo B, serviu para escolher quais os DI a estudar, visto que as respostas dos entrevistados indicam quais os DI com que mais colaboram. Assim verifica-se que 3 entrevistados responderam Lisboa, Porto, Faro e Setúbal, enquanto 2 entrevistados responderam Aveiro e Braga.

Tabela 24 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo B

N.º	Resposta	Ideias-chave
E4	“Setúbal, Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Faro.”	
E5	“Lisboa, Setúbal, Faro.”	
E6	“Lisboa, Setúbal, Faro no verão seguro, e depois o Porto.”	“Os outros são casos esporádicos.”
E7	“Braga, Porto, Aveiro.”	

Fonte: Autor.

3.2. Discussão dos Resultados

Feita a análise qualitativa dos resultados das entrevistas, importa nesta fase “fundamentar o que de mais relevante se extraiu dos resultados, o seu significado,

eventuais correlações entre variáveis” (NEP 522/1.^a, 2016), “de forma a facultar uma ligação lógica com o objeto de estudo e do problema proposto” (Freixo, 2012, pp. 244-245).

Assim, verifica-se que a **HI₁** — “*O modelo de formação técnico-tática dos DI deve assentar num modelo comum com o GIOP, de forma continuada e periódica*” — representa uma premissa válida, dado que a generalidade dos entrevistados considera a formação comum e a execução de treinos conjuntos uma componente importante para a interoperabilidade das forças. Tal verifica-se, inclusive, pelo esforço feito pela Guarda em implementar mecanismos de formação que relacionem os DI e o GIOP, nomeadamente através do Despacho n.º 16/12-OG, que aprova o Regulamento do CIR. Como se verifica na tabela presente no Apêndice C deste trabalho, existem diversas matérias em comum na estrutura curricular do CIR e do CMOP, claro está, adequadas às missões que cada força desempenha, o que potencia a interoperabilidade.

A questão que se levanta é que, atualmente, apesar do normativo existente o prever, existem militares a desempenhar funções em diversos DI sem estarem habilitados com o CIR, ou seja, sem terem uma formação específica para desempenhar funções de 2.º NEOp. Em simultâneo, as atualizações ao CIR, previstas no art.º 27.º do regulamento do mesmo, não estão a ser cumpridas em todos os DI, estando inclusive neste momento suspensas.

Quanto à premissa representada pela **HI₂** — “*Existem lacunas no armamento e equipamento possuído por alguns DI que dificultam a interação das suas forças com as do GIOP*” — a mesma verifica-se, visto que, apesar de alguns cmdts. de DI considerarem que o seu armamento é suficiente e compatível com o do GIOP, outros não têm a mesma opinião, apresentando alguns argumentos que a sustentam, nomeadamente, a falta de equipamento anti traumático para situações de MROP, e a falta de pistolas metralhadoras para a utilização em certas operações policiais. Para os oficiais cmdts. de companhia do GIOP, o armamento e equipamento que as duas forças possuem não levanta constrangimentos na atuação.

Face a esta incongruência nas respostas obtidas, é possível verificar, e tal como alguns entrevistados defendem, que o armamento e equipamento possuído nos DI não é uniforme, havendo um desfasamento entre diversos DI, o que por sua vez, dificulta a atuação do GIOP com este tipo de subunidades. Em situações que o GIOP seja chamado a intervir na ZA de um DI bem equipado, a coordenação da operação é feita de uma maneira. Caso o DI apresente lacunas a nível do armamento e equipamento, numa

situação em tudo semelhante, a operação vai-se desenrolar segundo outros trâmites. Isto acontece, por um lado, por o equipamento e armamento dos DI não estar previsto em nenhum documento oficial, e por outro lado, consequentemente, cada CTer adquirir o armamento e equipamento que acha pertinente, havendo assim uma disparidade entre DI.

Por sua vez, a **HI₃** — “*A interação entre as forças dos DI e do GIOP possui lacunas que não comprometem a sua intervenção*” — é verificável na medida em que, nas situações em que estas forças atuam em conjunto, a missão última da GNR como um todo, que é garantir a segurança dos cidadãos e a tranquilidade pública, é cumprida. A interação entre estas forças é obrigatória, visto que ambas estão vocacionadas para a valência da intervenção. O que é certo e unânime, é que existem lacunas, que poderão ser colmatadas com a implementação de algumas medidas.

Como consta na tabela presente no Apêndice D deste trabalho, muitas são as tarefas operacionais que poderão ser executadas quer pelos DI, quer pelo GIOP, ou até mesmo pelas duas forças em conjunto, consoante a situação em concreto o exija. Desta feita, e tal como as respostas às questões n.º 5 e 6 das entrevistas do tipo B e C o mostram, existe em diversas ocasiões interação entre estas forças, e existem efetivamente ocasiões em que essa interação é positiva e resulta numa intervenção bem conseguida.

Relativamente à **HI₄** — “*Os DI desempenham tarefas operacionais que deveriam ser desempenhadas pelo GIOP*” — verifica-se que alguns DI desempenham tarefas operacionais que, segundo a circular n.º 14/2014-P, deveriam ser desempenhadas pelas equipas ISEOP do GIOP (força de 3.º NEOp), ou até mesmo pelo GIOE (força de 4.º NEOp), nomeadamente situações de intervenção tática para dar cumprimento a um mandado de busca. Isto acontece porque o volume de trabalho operacional na GNR, força responsável por 94% do território nacional, e onde residem cerca de 53,8% da população³⁰, é elevado, e as forças do 3.º e 4.º NEOp com competência para desempenhar estas tarefas, não têm recursos humanos suficientes para dar resposta a todas estas missões na área de responsabilidade da GNR, de forma célere e pronta. Também devido à oportunidade de algumas situações, e face ao reduzido grau de ameaça que a missão apresenta, alguns DI assumem o risco de desempenhar tarefas para as quais não têm competência.

³⁰ Dados extraídos do Plano de Atividades da GNR para o ano de 2017.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta última fase da investigação, apesar de representar o final da pesquisa desenvolvida, é ao mesmo tempo o começo de novas dúvidas, bem como a abertura para novas pesquisas (Freixo, 2012). Assim, a investigação culmina nas respostas à questão central e questões derivadas definidas previamente, fazendo uma sobreposição e cruzamento de dados resultantes da revisão da literatura e do trabalho de campo desenvolvido.

A presente investigação teve como objeto de estudo a interoperabilidade entre os DI e o GIOP, traduzido pela seguinte questão central: **“Qual a importância da interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública?”**. Para obtermos a resposta a esta questão é necessário, em primeiro lugar, dar resposta às questões derivadas.

Desta feita, relativamente à QD₁ — **A formação técnico-tática dispensada aos DI e ao GIOP é adequada ao emprego conjunto das duas forças?** — constata-se que a formação prevista é adequada, mas carece de constantes ajustamentos e aperfeiçoamentos, que derivam das experiências vividas em ambientes operacionais.

Como é natural, toda a sociedade evolui com o tempo, incluindo a criminalidade, pelo que a GNR tem de acompanhar essa evolução. Os procedimentos técnicos e táticos adotados pelos militares dos DI e do GIOP incluem-se nessa realidade, e não devem ser estanques. É do conhecimento público que os infratores à lei procuram constantemente formas de se adaptarem à atuação policial, não havendo, pois, melhor exemplo do que os diversos manuais que indicam os procedimentos a adotar para fazer face às intervenções policiais em situações de desordem pública, pelo que também as forças policiais têm de se adaptar às novas formas de atuação dos adversários³¹. É fulcral uma constante adaptação à doutrina e à formação, por forma a aperfeiçoar procedimentos, ou até mesmo a inclusão de novas matérias e procedimentos que se verifiquem pertinentes.

Tal como existem manuais sobre como responder à atuação das forças policiais, também deveria ser criado um documento, à semelhança do Manual de Operações ou do Manual de Ordem Pública, que explicasse todos os procedimentos, a maneira correta de

³¹ Terminologia policial utilizada para designar pessoas que adotam comportamentos ilícitos perante forças de segurança.

atuar, para que quando os militares tivessem dúvidas, pudessem consultar, ajudando assim a implementar-se uma uniformidade de atuação pelos DI.

Ora, e para que as pessoas com competência para fazer este tipo de ajustes estejam sensibilizadas para as adversidades que se encontram diariamente na atividade operacional, é importante que se realizem reuniões, momentos de reflexão e de partilha de ideias e informações, entre cmdts. de DI e cmdts. de vários escalões do GIOP.

Desses momentos de reunião, poderão surgir ideias extremamente positivas para uma melhor interoperabilidade entre as duas forças, tais como a programação de treinos conjuntos, por forma a pôr em prática, num ambiente formativo e pedagógico, aquilo que se aprende na formação técnico-tática em vigor. Estes treinos poderiam englobar exercícios práticos, para se praticar naturalmente procedimentos técnicos e táticos, com forças no terreno, e também exercícios teóricos, vocacionados para uma vertente legal e de tomada de decisão, sem que hajam forças no terreno, acarretando assim menos despesas para a Guarda.

A execução de treinos conjuntos permite por um lado, que os militares, seja de que categoria forem, se conheçam e criem ligações, e que por outro lado se criem automatismos e mecanismos que agilizem e aperfeiçoem a atuação conjunta destas forças na atividade operacional realizada.

Ainda sobre a primeira questão derivada, o CIR fornece as ferramentas essenciais para o desempenho de funções num DI, no entanto, e tal como a circular n.º 14/2014-P o prevê, os militares do DI “devem ter formação específica, treino e capacidade técnica e tática para atuar de forma **coordenada e integrada** com as forças de 3.º NEOp”, e como se verifica na estrutura curricular do CIR, isso não acontece. A formação dada aos DI deveria contemplar matérias que versassem a transição do 2.º para o 3.º NEOp, e a sua atuação conjunta em situações onde haja essa possibilidade.

Outro aspeto importante relacionado com a formação é o facto de nem todos os militares que exercem funções no DI estarem habilitados com o CIR, o que não pode acontecer. O DI sendo uma força vocacionada para o “policiamento sistemático, orientado e de apoio ao 1.º NEOp”³², tem obrigatoriamente de ter capacidades técnicas e táticas diferenciadas das forças de 1.º NEOp, pelo que não é admissível que hajam militares no DI sem estarem habilitados com o CIR, tal como não existem militares a desempenhar funções operacionais no GIOP sem estarem habilitados com o CMOP.

³² Retirado da circular n.º 14/2014-P.

Por outro lado, as atualizações previstas no art. 27.º do regulamento do CIR são muito importantes e devem ser cumpridas, pois, tal como referido anteriormente, as técnicas e táticas vão sendo ajustadas com o tempo, e uma formação contínua permite aos militares o acompanhamento das mesmas, bem como o relembrar conhecimentos adquiridos anteriormente. Por forma a que estas atualizações decorram com regularidade, é necessário um planeamento prévio, com antecedência, elaborado em estreita coordenação com os cmdts. de DI, para se agendarem nos períodos com menos atividade operacional. Esta antecedência deve ser a necessária para que as formações estejam previstas no PAF para o ano seguinte.

Relativamente à QD₂ — **O armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite a interação destas forças?** — conclui-se que o armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite de facto a interação entre estas duas forças, uma vez que, como subunidades distintas que são, o armamento e equipamento que possuem não necessita de ser igual. O armamento e equipamento possuído por cada força deve ser o adequado e ajustado ao tipo de missões que cumprem.

No entanto, não é o que se verifica nalguns DI, que possuem diversas lacunas nesta área. Tome-se como exemplo as “missões de segurança e de manutenção e restabelecimento da ordem pública”³³ que estão consignadas aos DI. Ora, para o cumprimento deste tipo de missões, com condições de segurança mínimas para os militares, é necessário que estes possuam uma veste de ordem pública anti traumática, sendo que tal não se verifica em determinados DI. Naturalmente, as lacunas existentes nalguns DI, a nível de equipamento e armamento, cria por sua vez alguns constrangimentos, não só na atuação isolada desses DI, como também na sua atuação em coordenação e colaboração com o GIOP. É importante que o equipamento e armamento possuído pelos DI garanta a segurança necessária para os militares cumprirem as missões que lhes estão destinadas

Este aspeto remete-nos para a importância de haver uma uniformização a nível do equipamento e armamento possuído pelos DI do Norte a Sul do país. Para se criarem rotinas, automatismos e procedimentos pré-estabelecidos e treinados, na intervenção conjunta com o GIOP, é importante que todos os DI estejam equipados de forma semelhante.

³³ Previsto no Despacho n.º 72/08-OG.

Como se sabe, existem DI com mais atividade operacional que outros, o que leva inclusive a que o número de militares seja maior, e consequentemente a quantidade de armamento e equipamento nestes casos deva ser também maior. No entanto, isto não implica que o armamento e equipamento sejam diferentes dos possuídos pelos DI com menos atividade operacional. A uniformização do material faz com que, em qualquer ZA onde o GIOP intervenha em complemento de um qualquer DI, a forma de atuação seja sempre igual, aligeirando assim as coordenações pontuais que sejam necessárias. Para se imprimir uma interoperabilidade constante entre estas forças, é importante que todos os escalões do GIOP e todos os DI atuem da mesma maneira, adotem os mesmos procedimentos, sabendo à partida que armamentos diferentes, implicam atuações diferentes.

Para que seja criada esta uniformização, a aquisição de armamento e equipamento deve estar regulada e padronizada por uma entidade com competência, que, pela investigação realizada, a opção mais indicada seria o GIOP. Esta regularização do armamento e equipamento poderá ser vertida num documento oficial que elenque as características que determinado equipamento deverá verificar, os requisitos que deve cumprir, os locais onde se poderão adquirir, entre outros, e ainda que tipo de armamento e equipamento os DI, na sua generalidade, devem possuir.

A resposta à QD₃ — **Existem constrangimentos na intervenção conjunta dos DI e das forças do GIOP que comprometam a sua interação?** — tem como ideia chave o facto de existirem efetivamente alguns constrangimentos na intervenção conjunta das duas forças, que não comprometem, porém, a interação destas forças, visto que ambas servem os interesses da GNR, e coexistem, em último reduto, para cumprir a missão primordial da GNR.

Alguns desses constrangimentos já foram mencionados, nomeadamente a falta de execução de treinos conjuntos, bem como a escassez e desigualdade no armamento e equipamento possuído pelos DI. Não obstante, existem mais fatores que condicionam a interoperabilidade entre estas forças, tais como a distribuição dos pelotões do GIOP pelo território nacional.

Como se pode verificar no organograma do GIOP³⁴, a portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro, prevê a existência de cinco CIOP, o que não se efetiva, essencialmente, devido a falta de meios humanos, dificuldade esta, que é transversal a praticamente todas

³⁴ Vide Anexo G.

as Unidades da Guarda. Ora se esta composição se verificasse, seria possível, para além da atual divisão do efetivo, com uma CIOP em Penafiel pronta a dar resposta a incidentes que tenham lugar na zona Norte do país, e três CIOP em Lisboa, que dão resposta a incidentes que ocorram na zona centro e Sul do país, ter mais uma CIOP em Faro, garantindo a resposta a situações na zona Sul do país. Isto aumentaria significativamente a celeridade da resposta dada pelo GIOP, quando solicitado. Existem por vezes situações inopinadas em que os DI não podem aguardar horas até à chegada do GIOP, pelo que terão de a resolver eles próprios, assumindo os riscos que daí derivam.

Outro constrangimento verificado é o facto de não existir qualquer vínculo de dependência prevista entre estas forças. Através da investigação realizada, conclui-se que seria proveitoso os DI dependerem tecnicamente (no mínimo), do GIOP. Isto porque, o CIR e as atualizações são ministradas pelo GIOP, e sendo o GIOP uma subunidade com “elevada especialização, preparação e treino, atuando, para além das situações de MROP, em cenários de gestão e resolução de incidentes críticos (...)”³⁵, cujo *core business* é a reposição da ordem pública, faz todo o sentido que seja esta a definir, regular e supervisionar a atuação dos DI, bem como a indicar o tipo de armamento e equipamento a adquirir. Este tipo de dependência ajudaria também a estreitar relações, proporcionaria, tal como já referido anteriormente, o diálogo e a partilha de ideias, e isso iria ter um reflexo positivo na interoperabilidade entre as forças.

Por último, mas não menos importante, a QD₄ — **O emprego operacional dos DI e do GIOP é realizado à luz do normativo existente?** — pode ser respondida com uma simples palavra: não. No entanto, os fatores a jusante desta resposta não são assim tão simples. Como se verificou, as tarefas operacionais a ser desempenhadas pelos DI estão vertidas no art. 137.º do RGSGNR, e na circular n.º 14/2014-P, e as do GIOP estão previstas na mesma circular, no Despacho n.º 77/08-OG, e são também elencadas pelo Tenente-Coronel Pedro Oliveira num artigo da revista da GNR.

No cerne da questão encontram-se as intervenções táticas que requeiram a “passagem ao interior do local”³⁶, no cumprimento de mandados de busca domiciliária, tarefas que estão consignadas apenas e exclusivamente a forças do GIOP, de 3.º NEOp, e a forças do GIOE, de 4.º NEOp. No entanto, verifica-se que também uma grande parte dos DI cumprem este tipo de tarefas, inclusive segundo ordens do Comando da GNR.

³⁵ Retirado da circular n.º 14/2014-P.

³⁶ Retirado do Manual de Operações, Volume II, Título II, Capítulo VII.

Este desfasamento entre o normativo existente e a atividade operacional desenvolvida, poderá ser solucionado segundo duas opções viáveis: ou os DI deixam de cumprir este tipo de tarefas, pois não está previsto que as desempenhem, ou o normativo existente é reajustado, prevendo que os DI possam cumprir este tipo de missões, obviamente quando o grau de perigosidade se revele baixo ou praticamente nulo, segundo as informações previamente obtidas pela vertente de investigação criminal da GNR. Assim, poderiam ser categorizadas três tipos de intervenções táticas deste tipo: de baixo risco, cumpridas pelos DI, de médio risco, pelo GIOP, e de alto risco, cumpridas pelo GIOE. Importante é tipificar estes três “níveis”, definindo bem o que se entende por baixo, médio e alto risco.

Desta forma, a UI apenas seria ativada em situações que se revelassem pertinentes, não desgastando assim a imagem diferenciada de cada força, e os DI deixaram de cumprir tarefas que não estão previstas.

No entanto, para isto se efetivar, os DI deveriam ser equipados adequadamente para cumprir este tipo de missões, bem como ter formação e treino para tal.

Por outro lado, também se verifica que quer o GIOP, quer os DI, são empenhados várias vezes para cumprir tarefas de NEOp inferiores aos seus, desgastando assim a imagem diferenciada destas forças. É sabido que a falta de efetivo é um mal comum na Guarda, pelo que por vezes são empenhadas forças para colmatar a falta de efetivo para garantir a segurança de determinada ação. No entanto, esta não é a dinâmica que está vertida na circular n.º 14/2014-P, onde “por referência, a evolução entre os vários NEOp deve ser progressiva (...)”³⁷, rentabilizando as valências da GNR.

É importante que todos os cmdts. respeitem a circular n.º 14/2014-P e compreendam qual o seu sentido, não empenhando forças segundo o seu livre arbítrio.

Uma vez respondidas as questões derivadas da investigação, torna-se mais simples dar resposta à questão central — **Qual a importância da interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública?**

Neste sentido, importa lembrar que a capacidade de duas forças distintas serem interoperáveis, resulta da *habilidade* de trabalharem em conjunto, para cumprir uma missão específica comum, sem que para tal haja um esforço significativo *a priori*. Para haver interoperabilidade, a troca e partilha de informação é essencial.

³⁷ Retirado da circular n.º 14/2014-P.

Posto isto, a interoperabilidade entre os DI e o GIOP apresenta uma grande importância, na medida em que torna mais eficaz e eficiente a resposta da GNR a toda a variedade de situações em que estas forças podem ser empenhadas, fruto das missões estabelecidas. A implementação de algumas medidas propostas neste trabalho mitigaria alguns aspetos negativos identificados, potenciando assim a interoperabilidade das forças, levando a uma atuação conjunta mais sólida e coordenada, registando-se um menor número de procedimentos incorretos adotados.

Para isto, concorrem uma série de fatores elencados nas respostas às questões derivadas, tais como, a melhoria e ajustamento da formação dos DI e do treino conjunto entre as forças, o ajustamento do normativo existente às missões desempenhadas, a definição de um quadro orgânico de recursos humanos e materiais de referência para os DI, a criação de algum tipo de dependência entre os DI e o GIOP, e a troca de informação mais frequentemente. Todos estes fatores concorrem para que a categorização das valências e forças da GNR por patamares tenha um resultado ainda mais eficaz no cumprimento da missão da Guarda.

A importância da interoperabilidade destas forças resume-se num chavão elencado na “Estratégia 2020” da GNR — **“Mais e melhor segurança para a prossecução do Interesse Público”**.

Esta investigação deparou-se com algumas limitações, nomeadamente a falta de documentação institucional aprovada por entidades competentes, que regule diversos aspetos relacionados com as subunidades estudadas.

No que respeita a recomendações para investigações futuras, propõe-se o desenvolvimento de temáticas relativas a plataformas de intercâmbio de informação relativas a lições apreendidas no decurso da atividade operacional, aspeto importante para a mitigação de lacunas. Outra proposta que poderá ser explorada, é a elaboração de um estudo comparativo entre as forças da Polícia de Segurança Pública de natureza semelhante, sendo elas o Corpo de Intervenção e as Equipas de Intervenção Rápidas.

Para finalizar, recomenda-se a sensibilização por parte do Comando da Guarda para a temática tratada na presente investigação, por ser uma área com potencial para ser aperfeiçoada, melhorando assim o serviço geral prestado pela Guarda Nacional Republicana ao cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos, relatórios e outros documentos impressos:

- Alves, C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia* (1.^a Edição). Lisboa: Revista da GNR.
- Azevedo, C., & Azevedo, A. (2008). *Metodologia Científica — Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos* (9.^a Edição). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana — Contradições e Ambiguidades* (1.^a Edição). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Branco, C. (2015). Gendarmarias. *Pela Lei e Pela Grei — Revista da Guarda*, n.º 107, 31-34.
- Cadernos do Instituto de Estudos Superiores Militares [CIESM]. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (1.^a Edição). Número 8. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação — Guia para Auto-aprendizagem* (2.^a Edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Cerezales, D. (2011). *Portugal à Coronhada — Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* (1.^a Edição). Lisboa: Edições Tinta da China.
- Duarte, P. (2001). *Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana — A Nossa História* (1.^a Edição). Lisboa: Grafispaço, Lda.
- Fortin, M. (1996). *O processo de investigação — da conceção à realização* (5.^a Edição). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia científica — Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (4.^a Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Príncipeia.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (5.^a Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police*. Paris: Éditions la découverte.

- Nogueira, M. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais — alguns aspetos. In *Seminário Internacional sobre uso de armas de fogo pelos agentes policiais*. (pp. 97-112). Queluz.
- Oliveira, J. (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal* (1ª Edição). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Oliveira, P. (2014). Grupo de Intervenção de Ordem Pública. *Pela Lei e Pela Grei - Revista da Guarda*, n.º 104, 40-53.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- Santos, C. (2009). *Interoperabilidade: um desafio contínuo em Operações Conjuntas*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serrano, M. (2012). *Destacamentos de Intervenção: necessidade de um modelo de formação comum com a Unidade de Intervenção?* Trabalho de Investigação Aplicada, Tese de Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Soares, D. (2009). *Interoperabilidade entre Sistemas de Informação na Administração Pública*. Tese de Doutoramento em Tecnologias e Sistemas de Informação, Universidade do Minho, Braga.
- Waddington, P. & Wright, M. (2008). Police use of force, firearms and riot-control. In Newborn, T., *Handbook of Policing* (pp. 465-496). Devon: Willan Publishing.

Legislação e documentação institucional:

- Academia Militar – Direção de Ensino (2015). Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/4.ª de 11 de maio. Trabalho de Investigação Aplicada.
- Academia Militar – Direção de Ensino (2016). Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.ª de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213.
- Assembleia da República [AR]. (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, 12 de agosto: Constituição de República. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155.

- Conselho de Ministros. (1993). Decreto-Lei n.º 231/1993, de 26 de junho: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República*, 1.ª Série - A, n.º 148.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1997). *Manual de Operações*, Volume I. Lisboa: CEGRAF GNR.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1997). *Manual de Operações*, Volume II. Lisboa: CEGRAF GNR.
- Guarda Nacional Republicana – Brigada Territorial n.º 2. (2002). Diretiva n.º 11 de 21 de novembro. Regula a implementação da Força de Intervenção de Apoio às Patrulhas de Ocorrências.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). Regulamento do Curso de Manutenção da Ordem Pública, Despacho n.º 26/09-OG. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana – Comando-Geral. (2005). Diretiva Operacional n.º 45/2005 de 27 de setembro. Define as forças de intervenção da Guarda Nacional Republicana– Pelotão de Intervenção Rápida e Força de Intervenção Rápida. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009a). Despacho GCG n.º 53/09-OG. Unidade de Intervenção, de 30 de dezembro de 2009.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009b). Despacho GCG n.º 57/09-OG. Unidade de Intervenção, de 30 de dezembro de 2009.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2010). *Manual do Curso de Manutenção de Ordem Pública*. Lisboa: Grupo de Intervenção de Ordem Pública.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2012a). Regulamento do Curso de Intervenção Rápida, Despacho n.º 16 /12-OG. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2012b). Comando Operacional, *Utilização das Armas de Fogo em ação Policial*. Circular n.º 04/2012 de 3 de setembro, Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014a). Comando Operacional, *Níveis de Emprego Operacional*. Circular n.º 14/2014 de 15 de setembro, Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014b). Comando Operacional, *Uso da Força em Intervenção Policial*. Circular n.º 15/2014 de 15 de setembro, Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014c). *Estratégia da Guarda 2020: uma Estratégia de Futuro*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico de Relações Internacionais.
- Guarda Nacional Republicana [GNR], (2017). *Plano de Atividades*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico de Relações Internacionais.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (1999). Decreto-Lei n.º 457/1999, de 05 de novembro: Utilização da arma de fogo em serviço policial. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 258.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2002). Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/2002 de 07 de fevereiro: Código Deontológico do Serviço Policial. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 50.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2010). Regulamento Geral do Serviço da GNR. Lisboa: *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 119.
- Ministério da Educação e Ciência [MEC]. (2015). Decreto-Lei n.º 115/2013, de 07 de agosto: Graus académicos e diplomas do ensino superior. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 151.
- Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 242, 8845-8854. Ministério da Administração Interna.

Fontes eletrónicas (*internet*):

- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança — breves notas. *Lusíada*, 141-171. Acedido a 20 de fevereiro de 2017, de: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1005/1/LPIS_n4_6.pdf
- Dicionário de Língua Portuguesa *Priberam* (2013). Acedido a 8 de março de 2017, de: <https://www.priberam.pt/dlpo/interoperabilidade>
- Gonçalves, G. (2012). Polícia, ordem pública e "novas" formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança. *Análise Social*, n.º 204, 3ª Trimestre, 713-723. ISSN online: 2182-2999.
- Guarda Nacional Republicana (2016). Acedido a 10 de fevereiro de 2017, de: <http://www.gnr.pt/historiagnr.aspx>
- Silva, J. (2011). Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.5, n.º. 1, 78-89. Acedido a 15 de novembro de 2016, de: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/84/81>

Woodley, M. (2005). DCMI Glossary. Acedido a 8 de março de 2017, de <http://dublincore.org/documents/usageguide/glossary.shtml>

APÊNDICES

Apêndice A — Valências existentes nos Comandos Territoriais**Tabela 25 — Valências existentes nos Comandos Territoriais**

CTer	1 PI	2 PI	Cavalaria	Cinotécnia	EIESS
Açores					
Aveiro	X			X	
Beja	X			X	
Braga	X			X	X
Bragança					
Castelo Branco	X			X	
Coimbra	X		X	X	X
Évora	X		X	X	X
Faro		X	X	X	X
Guarda				X	X
Leiria	X			X	X
Lisboa		X			
Madeira					
Portalegre	X			X	
Porto	X		X	X	X
Santarém	X		X	X	
Setúbal	X			X	X
Viana do Castelo	X			X	
Vila Real			X	X	X
Viseu				X	X

Fonte: Autor.

Apêndice B — Resumo dos Patamares do Uso da Força

Armas de Fogo	<ul style="list-style-type: none"> • A utilização deste tipo de armamento em ação policial está regulada no DL n.º 457/99, de 05 de novembro, e na Circular n.º 04/2012, de 03 de setembro. • Segundo o diagrama do uso da força, o cidadão encontra-se armado com arma letal, havendo uma agressão atual, ilícita, e que coloque o bem jurídico “vida” em causa, estando assim o militar da GNR legitimado a usar a força potencialmente letal.
Bastões Policiais	<ul style="list-style-type: none"> • O bastão “é um dos símbolos tradicionais da autoridade policial” (Manual de Ordem Pública, 2010, p. 13), possuindo uma grande capacidade de dissuasão pelo impacto visual que a sua utilização provoca. • A GNR está equipada com dois tipos diferentes de bastões, que variam na forma, tamanho, materiais que os constituem, e forma de utilização: o bastão de borracha e o bastão extensível metálico.
Armas Intermédias	<ul style="list-style-type: none"> • As armas intermédias aprovadas e em utilização na GNR são o Gás Pimenta e um dispositivo de choque elétrico denominado de “Taser”. • Objetivo de atordoar ou neutralizar momentaneamente o cidadão que apresenta um comportamento agressivo. • A utilização deste armamento requer formação e treino específicos, não só relativamente ao seu manuseamento como também ao auxílio que é necessário prestar aos visados.
Contacto Físico	<ul style="list-style-type: none"> • Efetiva-se o uso da força física propriamente dita, podendo originar danos mais graves para os cidadãos infratores, ou para os militares da GNR. • Aplicação de técnicas de defesa pessoal policial que englobam técnicas de imobilização, defesa, condução e controlo. • Segundo o Manual de Ordem Pública (2010), este patamar não prevê ainda o recurso a qualquer tipo de objeto ou arma.
Contacto Verbal	<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação deve estar permanentemente presente em todos os patamares do uso da força. • Se não houver diálogo entre os agentes policiais e o cidadão, este último não saberá quais são as intenções dos agentes policiais. • Deverá ser assertivo, claro, preciso e conciso, mas efetuado de modo respeitador e imparcial. • O contacto verbal um “suporte indispensável à legitimação legal do uso da força” (Circular n.º 15/2014-P).
Presença Uniformizada	<ul style="list-style-type: none"> • Fator de dissuasão e de prevenção, através da postura firme e correta, com o fardamento devidamente ataviado. • Potencia uma diferenciação entre diferentes forças, através do fardamento, armamento e equipamento, transmitindo ao cidadão uma imagem mais ou menos “musculada”.

Figura 3 — Resumo dos Patamares do Uso da Força

Fonte: Autor.

Apêndice C — Comparação de matérias abordadas no CIR e no CMOP

Tabela 26 — Comparação de matérias abordadas no CIR e no CMOP

		CIR	CMOP
Matérias abordadas	Semelhantes ³⁸	Defesa Pessoal Policial (16 tempos letivos)	Defesa Pessoal Policial (16 tempos letivos)
		Organização e Planeamento (para Oficiais e Sargentos) (2 tempos letivos)	Organização e Planeamento (para Oficiais e Sargentos) (2 tempos letivos)
		Técnicas de patrulhamento em zonas urbanas sensíveis (5 tempos letivos)	Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas (14 horas)
		Técnicas e táticas de ordem pública [em equipa] (8 tempos letivos)	Técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública [em pelotão] (50 horas)
		Operações Policiais (12 tempos letivos):	Operações policiais (15 horas)
		- Técnicas de Segurança a operações de fiscalização rodoviária;	Técnicas de Segurança a operações de fiscalização rodoviária (4 horas)
		- Técnicas de Segurança a operações em feiras e mercados;	Técnicas de Segurança a operações em feiras e mercados (5 horas)
		- Técnicas de intervenção em recintos desportivos.	Técnicas de intervenção em recintos desportivos (9 horas)
		Bastão extensível – nível utilizador (20 tempos letivos)	Bastão extensível – curso ASP (11 horas)
	Diferenciadas	Abordagem a indivíduos, locais e viaturas suspeitas	
		Uso da força	
			Abertura de Itinerários
			Segurança física
			Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública
			Apoio contra a Criminalidade Violenta
			Adaptação às missões Internacionais

Fonte: Autor.

³⁸ Importa salientar que esta comparação aborda uma vertente meramente teórica, sendo que apesar da nomenclatura das temáticas lecionadas ser igual ou semelhante, na prática a formação dada pode ser diferente, consoante as atribuições de cada força.

Apêndice D — Comparação de tarefas atribuídas aos DI e ao GIOP

Tabela 27 — Comparação de tarefas atribuídas aos DI e ao GIOP

		DI	GIOP
Matérias abordadas	Semelhantes ³⁹	Ações preventivas de patrulhamento em áreas sensíveis e ações reativas ao flagrante delito (Diretiva Operacional 45/05-OG); Executar ou apoiar ações de patrulhamento, preferencialmente em áreas sensíveis (RGSGNR).	Realização de ações de natureza preventiva em apoio às restantes unidades da GNR (Circular n.º 14/2014-P); Ações de patrulhamento contínuo e intensivo, em áreas problemáticas (Diretiva Operacional 45/05-OG).
		Segurança a Tribunais (Diretiva Operacional 45/05-OG); Executar operações de guarda e segurança de infra-estruturas críticas ou outras instalações (RGSGNR).	Segurança de instalações sensíveis (Circular n.º 14/2014-P).
		Segurança a Recintos Desportivos (Diretiva Operacional 45/05-OG); Policiamento de eventos desportivos (RGSGNR).	Segurança de grandes eventos (Circular n.º 14/2014-P).
		Escortas a indivíduos e objetos (Diretiva Operacional 45/05-OG); Executar missões de escolta (RGSGNR).	Escortas a valores, pessoas e bens (Oliveira, 2014).
		Missões de segurança e de MROP (Despacho n.º 72/08-OG); Intervir ao nível do 2.º escalão, em situações de manutenção de Ordem Pública (Diretiva Operacional 45/05-OG); Reforçar o dispositivo da sua zona de ação em situações de manutenção da ordem pública (RGSGNR).	MROP (Circular n.º 14/2014-P).
		Realização de Operações Planeadas (Diretiva Operacional 45/05-OG); Reforçar o dispositivo da sua zona de ação na execução de operações planeadas ou inopinadas (RGSGNR).	
	Diferenciadas	Dar resposta imediata à delinquência na via pública (Diretiva Operacional 45/05-OG); Intervir imediatamente perante qualquer situação, através da projeção ou do balanceamento de meios (RGSGNR).	
		Tomar parte em ações de proteção e socorro (RGSGNR).	
			Prestar honras militares em complemento da USHE (Oliveira, 2014).
			Apoio na gestão e resolução de incidentes críticos (Circular n.º 2014-P).
			Participação em missões internacionais com Forças Constituídas (Oliveira, 2014).
			Ministrar ações de formação (Oliveira, 2014).

Fonte: Autor.

³⁹ Salienta-se novamente que esta comparação aborda uma vertente meramente teórica, sendo que na prática as tarefas desenvolvidas pelo GIOP apresentam um maior risco de alteração da ordem e tranquilidade públicas.

Apêndice E — Carta de Apresentação



ACADEMIA MILITAR

A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública

Autor: Aspirante de Infantaria Miguel Alexandre Ferreira Gonçalves

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Coronel GNR Francisco Rodrigues

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 2017

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, subordinada ao tema “*A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública*”.

O objetivo deste trabalho de investigação é esclarecer, a um nível operacional, como é efetuada a interação dos Destacamentos de Intervenção com os pelotões do Grupo de Intervenção de Ordem Pública da Unidade de Intervenção, evidenciando as potencialidades e identificando as vulnerabilidades na atuação conjunta destas duas forças. Este estudo prende-se sobre a maneira como estas subunidades distintas interagem, e qual o seu contributo para a prossecução da missão geral da GNR.

Com a finalidade de obter informação credível e valorizada sobre a temática em questão, considera-se extremamente relevante entrevistar personalidades com reconhecida competência, conhecimento e experiência nesta área.

Assim, solicita-se a V. Ex.^a que colabore na realização do estudo, disponibilizando-se a responder a esta entrevista estruturada, cujas respostas serão preponderantes para que se atinjam os objetivos propostos na investigação.

Caso pretenda analisar as respostas *a posteriori*, as mesmas ser-lhe-ão facultadas antes de integrarem a versão final do trabalho.

Grato pela colaboração e disponibilidade.

Cordiais cumprimentos,

Miguel Gonçalves

Aspirante de Infantaria da GNR

Apêndice F — Guião da Entrevista do tipo A

GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO A

Entrevista Estruturada no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada

TEMA: “A interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública”

I — CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	
Posto:	
Função:	
Unidade:	
Local:	Data:
Hora de Início:	Hora de Fim:

II — PERGUNTAS

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, existe efetivamente uma interoperabilidade entre os DI e o GIOP?

Pergunta n.º 2: Se a resposta à pergunta n.º 1 foi negativa:

Pergunta n.º 2.1: Porquê?

Pergunta n.º 2.2: O que poderá ser feito para que comece a existir uma interoperabilidade?

Pergunta n.º 2.3: Quais são as potencialidades de uma possível interoperabilidade entre os DI e o GIOP.

Pergunta n.º 3: Se a resposta à pergunta n.º 1 foi afirmativa:

Pergunta n.º 3.1: Quais são os constrangimentos existentes entre essa interoperabilidade?

Pergunta n.º 3.2: Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na articulação destas duas forças?

Pergunta n.º 3.3: Quais são as potencialidades desta interoperabilidade?

Pergunta n.º 4: O GIOP e os DI costumam realizar treinos em conjunto?

Pergunta n.º 5: Considera que o normativo existente relativamente ao emprego operacional destas duas forças é o mais adequado?

Pergunta n.º 6: Considera que o normativo existente relativamente ao emprego operacional destas duas forças se tem cumprido?

Apêndice G — Guião da Entrevista do tipo B

GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO B

Entrevista Estruturada no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada

TEMA: “A interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública”

I — CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	
Posto:	
Função:	
Unidade:	
Local:	Data:
Hora de Início:	Hora de Fim:

II — PERGUNTAS

Pergunta n.º 1: Todos os militares possuem o CMOP ou formação equivalente para o desempenho das suas tarefas?

Pergunta n.º 2: Considera que o CMOP garante a formação adequada para o desempenho das tarefas/missões atribuídas?

Pergunta n.º 3: A formação contínua técnico-tática (treinos) é feita com que regularidade à sua força?

Pergunta n.º 4: Considera que o armamento e equipamento que possui não levanta constrangimentos à atuação conjunta das duas forças?

Pergunta n.º 5: Em que tipo de tarefas já colaborou com os DI?

Pergunta n.º 6: Indique uma situação positiva em que já colaborou com o DI.

Pergunta n.º 7: Indique uma situação negativa em que já colaborou com o DI.

Pergunta n.º 8: Costuma realizar treinos conjuntos com o DI?

Pergunta n.º 9: Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na articulação destas duas forças?

Pergunta n.º 10: Considera que o normativo existente é o adequado face às missões para as quais tem sido chamado a intervir?

Pergunta n.º 11: Já alguma vez a sua força desempenhou tarefas para as quais não tem competência e ou capacidade?

Pergunta n.º 12: Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, porquê?

Pergunta n.º 13: Indique os Destacamentos de Intervenção com os quais a sua força mais interage?

Apêndice H — Guião da Entrevista do tipo C

GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO C

Entrevista Estruturada no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada

TEMA: “A interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública”

I — CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	
Posto:	
Função:	
Unidade:	
Local:	Data:
Hora de Inicio:	Hora de Fim:

II — PERGUNTAS

Pergunta n.º 1: Todos os militares possuem o CIR ou formação equivalente para o desempenho das suas tarefas?

Pergunta n.º 1.1: Aos militares habilitados com o curso, é-lhes proporcionado a atualização prevista?

Pergunta n.º 2: Considera que o CIR garante a formação adequada para o desempenho das tarefas/missões atribuídas?

Pergunta n.º 3: A formação contínua técnico-tática (treinos) é feita com que regularidade à sua força?

Pergunta n.º 4: Considera que o armamento e equipamento que possui não levanta constrangimentos à atuação conjunta das duas forças?

Pergunta n.º 5: Em que tipo de tarefas já colaborou com o GIOP?

Pergunta n.º 6: Indique uma situação positiva em que já colaborou com o GIOP.

Pergunta n.º 7: Indique uma situação negativa em que já colaborou com o GIOP.

Pergunta n.º 8: Costuma realizar treinos conjuntos com o GIOP?

Pergunta n.º 9: Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na articulação destas duas forças?

Pergunta n.º 10: Considera que o normativo existente é o adequado face às missões para as quais tem sido chamado a intervir?

Pergunta n.º 11: Já alguma vez o seu DI desempenhou tarefas para as quais não tem competência e ou capacidade?

Pergunta n.º 12: Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, porquê?

Apêndice I — Caracterização da Amostra

Tabela 28 — Caracterização da Amostra

Tipo de Entrevista	Entrevistado	Posto	Nome	Função	Data da Entrevista	Local	Modo
A – 1	E1	Tenente-Coronel	Pedro Oliveira ⁴⁰	Chefe do Estado Maior da UI	27MAR17	UI	Presencial
A – 2	E2	Major	Jorge Barradas	Cmdt. do GIOP	24MAR17	UI	Presencial
A – 3	E3	Major	Nuno Simões	2.º Cmdt. do GIOP	29MAR17	UI	Presencial
B – 1	E4	Capitão	Daniel Jorge	Cmdt. 1.ª Companhia do GIOP	19MAR17	UI	Presencial
B – 2	E5	Tenente	Márcio Fernandes	Cmdt. 2.ª Companhia do GIOP	24MAR17	UI	Presencial
B – 3	E6	Capitão	Ruben Ferreira	Cmdt. 3.ª Companhia do GIOP	21MAR17	UI	Presencial
B – 4	E7	Capitão	Francisco Calejo	Cmdt. 4.ª Companhia do GIOP	23MAR17	EG	VTC ⁴¹
C – 1	E8	Capitão	Rui Brito	Cmdt. DI Braga	27MAR17	EG	VTC
C – 2	E9	Capitão	Bruno Carvalho	Cmdt. DI Faro	30MAR17	EG	VTC
C – 3	E10	Capitão	Rui Ferreira	Cmdt. DI Porto	03ABR17	EG	VTC
C – 4	E11	Tenente	Fábio Afonso	Cmdt. DI Setúbal	30MAR17	DI Setúbal	Presencial
C – 5	E12	Tenente	Telmo Gomes	Cmdt. DI Aveiro	30MAR17	EG	VTC
C – 6	E13	Tenente	Edgar Fernandes	Cmdt. DI Lisboa	31MAR17	EG	Presencial

Fonte: Autor.

⁴⁰ Cmdt. do BOp/GIOP entre 20 de novembro de 2007 e 30 de setembro de 2016.

⁴¹ Vídeo-teleconferência (VTC).

Apêndice J — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo B

Tabela 29 — Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo B

Questão Central	Questões Derivadas	Perguntas da Entrevista
Qual a importância da interoperabilidade dos DI e do GIOP?	1. A formação técnico-tática dispensada aos DI e ao GIOP é adequada ao emprego conjunto das duas forças?	1. Todos os militares possuem o CMOP ou formação equivalente para o desempenho das suas tarefas? 2. Considera que o CMOP garante a formação adequada para o desempenho das tarefas/missões atribuídas? 3. A formação contínua técnico-tática (treinos) é feita com que regularidade à sua força?
	2. O armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite a interação destas forças?	4. Considera que o armamento e equipamento que possui não levanta constrangimentos à atuação conjunta das duas forças?
	3. Existem constrangimentos na intervenção conjunta dos DI e das forças do GIOP que comprometam a sua interação?	5. Em que tipo de tarefas já colaborou com os DI? 6. Indique uma situação positiva em que a colaborou com o DI. 7. Indique uma situação negativa em que a colaborou com o DI. 8. Costuma realizar treinos conjuntos com o DI? 9. Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na articulação destas duas forças? 13. Indique cinco Destacamentos de Intervenção com os quais a sua força mais interage?
	4. O emprego operacional dos DI e do GIOP é realizado à luz do normativo existente?	10. Considera que o normativo existente é o adequado face às missões para as quais tem sido chamado a intervir? 11. Já alguma vez a sua força desempenhou tarefas para as quais não tem competência e ou capacidade? 12. Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, porquê?

Fonte: Autor.

Apêndice K — Relação das questões de investigação com o guião de entrevista tipo C

Tabela 30 — Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo C

Questão Central	Questões Derivadas	Perguntas da Entrevista
Qual a importância da interoperabilidade dos DI e do GIOP?	1. A formação técnico-tática dispensada aos DI e ao GIOP é adequada ao emprego conjunto das duas forças?	<p>1. Todos os militares possuem o CIR ou formação equivalente para o desempenho das suas tarefas?</p> <p>1.1. Aos militares habilitados com o curso, é-lhes proporcionado a atualização prevista?</p> <p>2. Considera que o CIR garante a formação adequada para o desempenho das tarefas/missões atribuídas?</p> <p>3. A formação contínua técnico-tática (treinos) é feita com que regularidade à sua força?</p>
	2. O armamento e equipamento utilizado pelos DI e pelo GIOP permite a interação destas forças?	4. Considera que o armamento e equipamento que possui não levanta constrangimentos à atuação conjunta das duas forças?
	3. Existem constrangimentos na intervenção conjunta dos DI e das forças do GIOP que comprometam a sua interação?	<p>5. Em que tipo de tarefas já colaborou com o GIOP?</p> <p>6. Indique uma situação positiva em que já colaborou com o GIOP.</p> <p>7. Indique uma situação negativa em que já colaborou com o GIOP.</p> <p>8. Costuma realizar treinos conjuntos com o GIOP?</p> <p>9. Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na articulação destas duas forças?</p>
	4. O emprego operacional dos DI e do GIOP é realizado à luz do normativo existente?	<p>10. Considera que o normativo existente é o adequado face às missões para as quais tem sido chamado a intervir?</p> <p>11. Já alguma vez o seu DI desempenhou tarefas para as quais não tem competência e ou capacidade?</p> <p>12. Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, porquê?</p>

Fonte: Autor.

Apêndice L — Desenvolvimento da Investigação

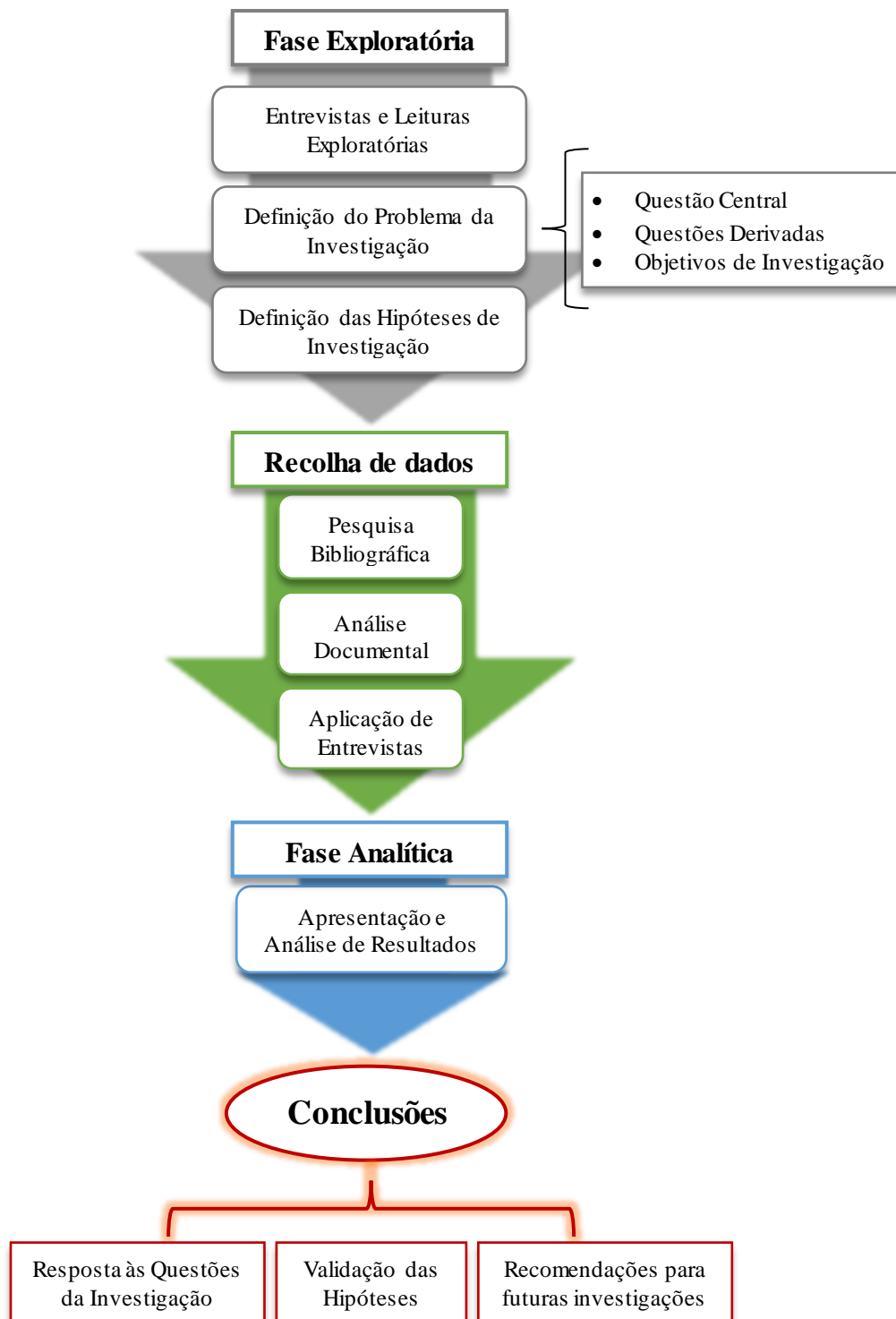


Figura 4 — Desenho da Investigação

Fonte: Autor.

ANEXOS

Anexo A — Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças

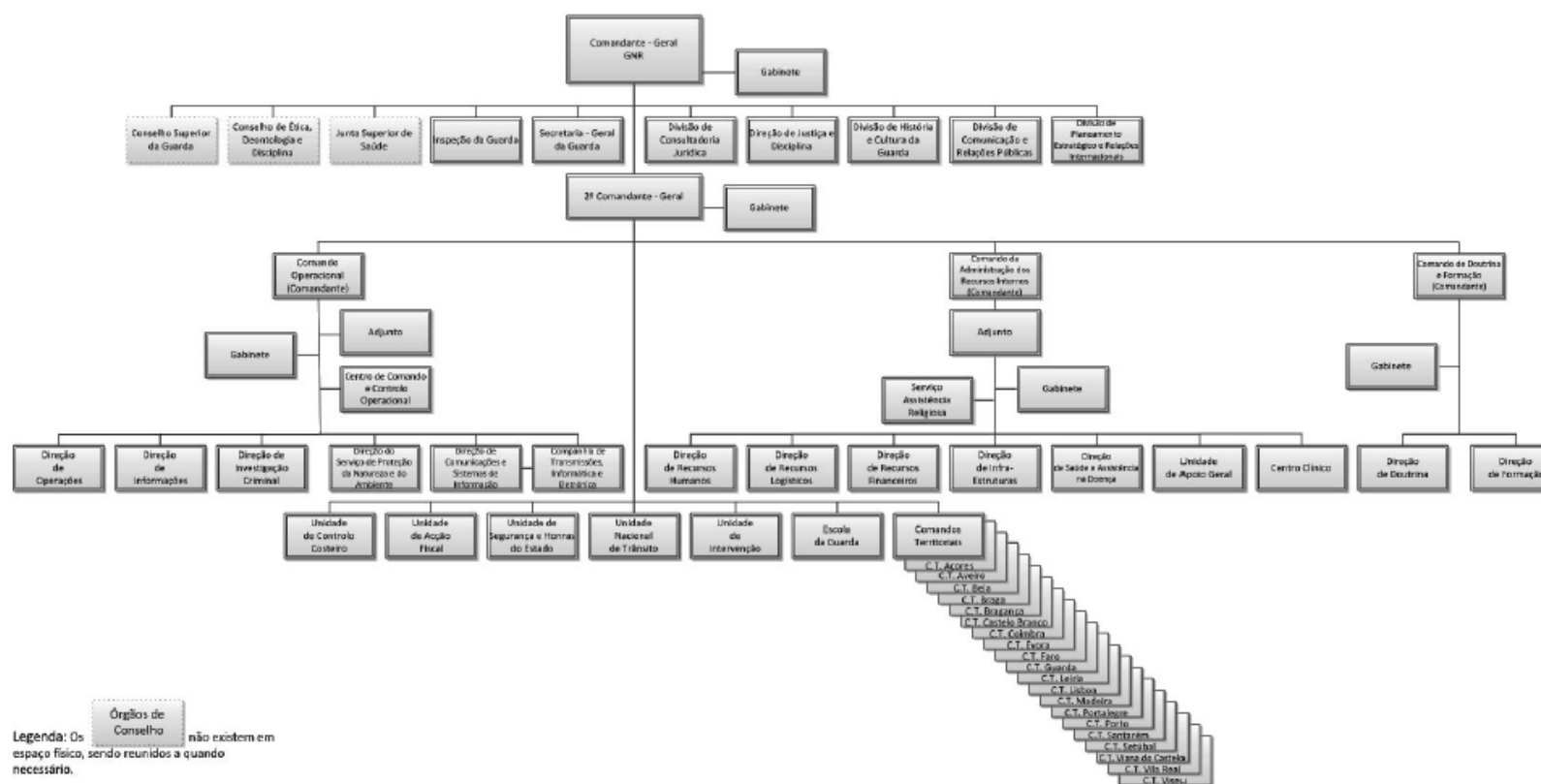


Figura 5 — Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças

Fonte: Retirado de <http://www.gnr.pt/missao.aspx>

Anexo B — Estrutura da GNR

Figura 6 — Estrutura da GNR



Fonte: Retirado de <http://www.gnr.pt/organizacao.aspx>

Anexo C — Estrutura da Unidade de Intervenção

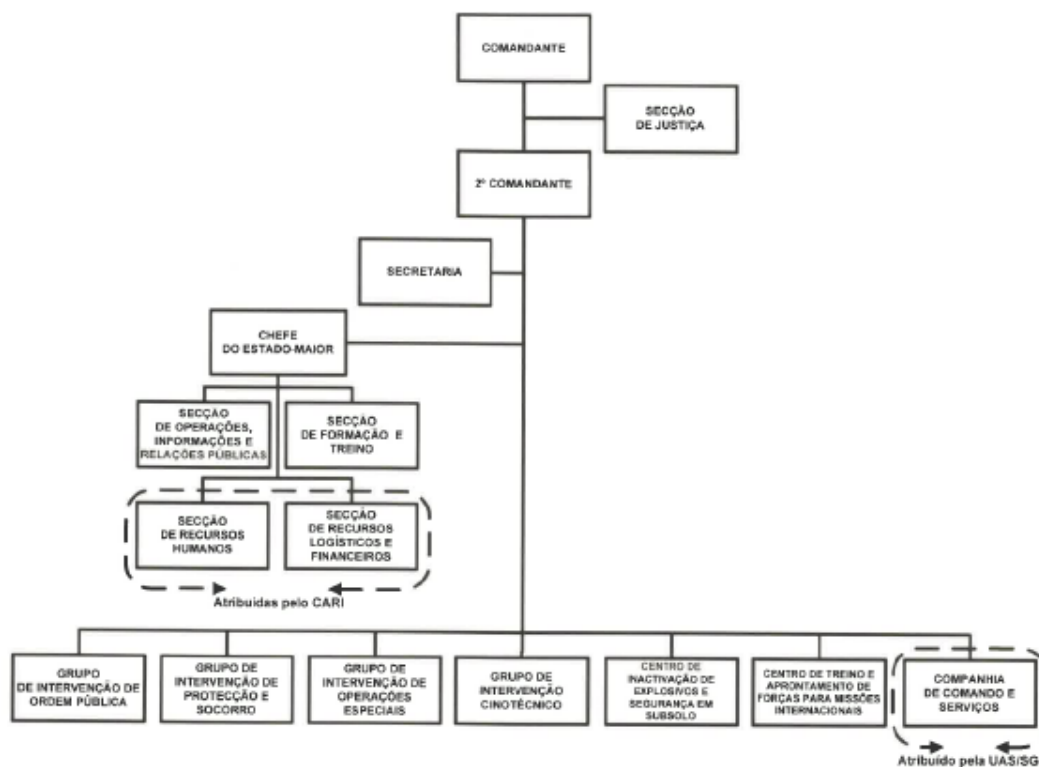


Figura 7 — Anexo A ao Despacho n.º 57/09-OG com o Organograma da UI

Fonte: Retirado do Despacho n.º 57/09-OG.

Anexo D — Estrutura do Destacamento de Intervenção

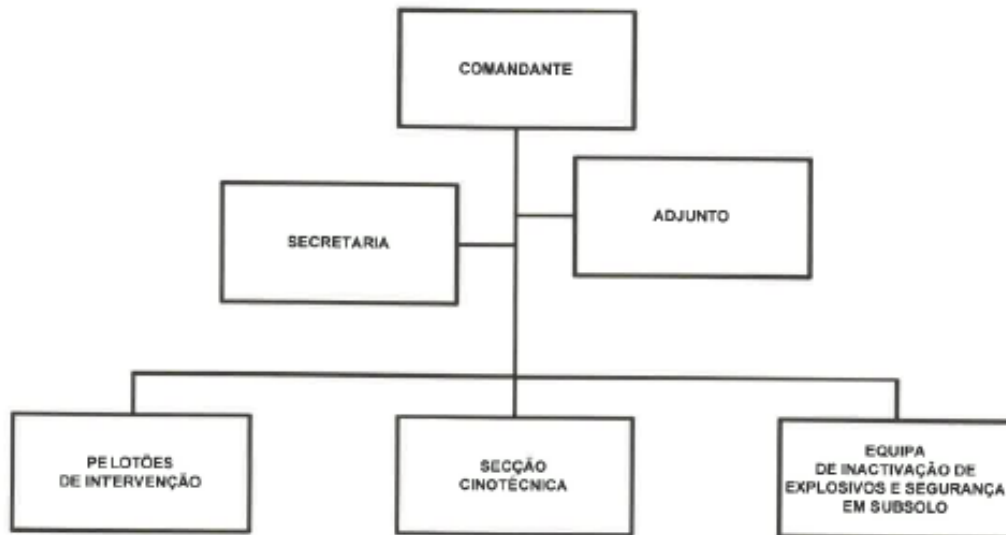


Figura 8 — Anexo D ao Despacho n.º 53/09-OG com a estrutura do DI

Fonte: Retirado do Despacho n.º 53/09-OG.

Anexo E — Estrutura do Comando Territorial

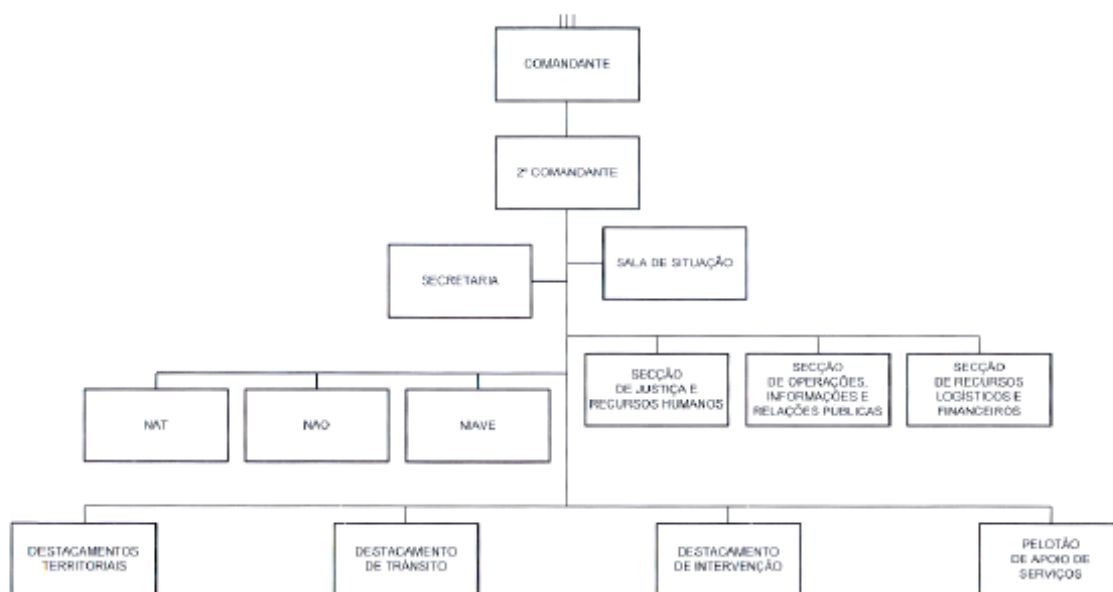


Figura 9 — Anexo A ao Despacho n.º 72/08-OG com a estrutura do CTer

Fonte: Retirado do Despacho n.º 72/08-OG.

Anexo F — Estrutura curricular do CIR

MÓDULOS			
MÓDULO DE FORMAÇÃO MILITAR			
UNIDADES CURRICULARES	TEMPOS LETIVOS		
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS
Armas de fogo	6	6	7
Armas intermédias	2	2	2
Treino físico	4	4	4
SUBTOTAL (1)	12	12	13
MÓDULO DE FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL			
UNIDADES CURRICULARES	TEMPOS LETIVOS		
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS
Abordagem a indivíduos, locais e viaturas suspeitas	12	12	12
Bastão extensível – nível utilizador	20	20	20
Defesa pessoal policial	16	16	16
Níveis de intervenção	2	2	2
Organização e planeamento	2	1	0
Operações policiais	12	12	12
Técnicas de patrulhamento em zonas urbanas sensíveis	5	5	5
Técnicas e táticas de ordem pública	8	8	8
Uso da força	2	2	2
Palestras	3	3	3
SUBTOTAL (2)	82	81	80
AVALIAÇÃO	TEMPOS LETIVOS		
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS
Defesa Pessoal Policial (DPP)	4	4	4
Avaliação teórica	1	1	1
Prova de situação	4	4	4
Exercícios finais	11	11	11
SUBTOTAL (3)	20	20	20
APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO	TEMPOS LETIVOS		
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS
Apresentação do Curso	1	1	1
Encerramento	1	1	1
SUBTOTAL (4)	2	2	2
TOTAL (1)+(2)+(3)+(4)	116	115	115

Figura 10 — Anexo A ao Regulamento do CIR com a estrutura curricular do CIR

Fonte: Retirado do Regulamento do CIR.

Anexo G — Estrutura do GIOP

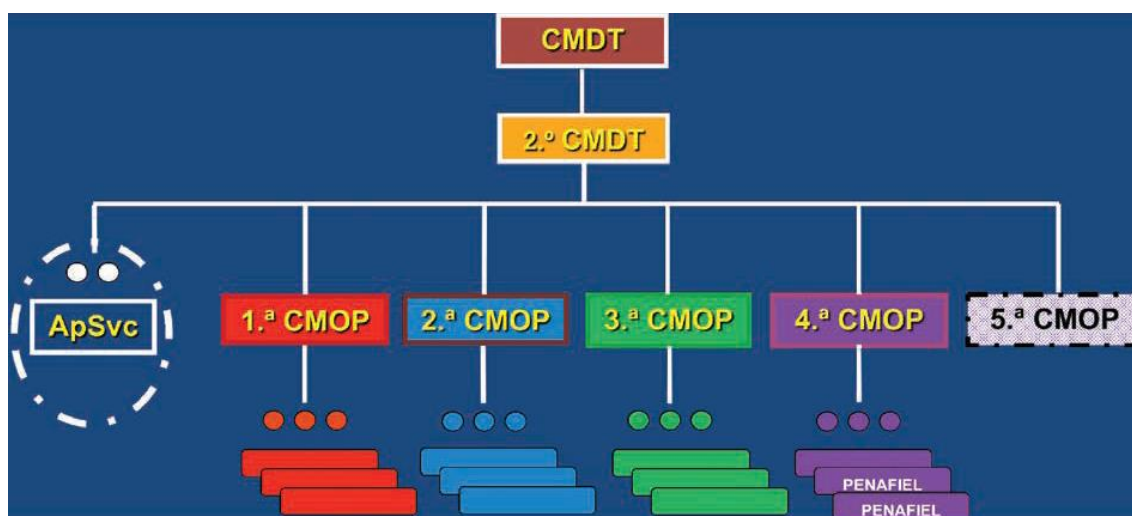


Figura 11 — Orgânica do GIOP

Fonte: Oliveira, 2014, p. 40.

Anexo H — Estrutura curricular do CMOP

ÁREAS	HORAS	
	OFICIAIS SARGENTOS	GUARDAS
1. FORMAÇÃO MILITAR		
Armamento e Tiro	14	14
Transmissões	04	04
SUBTOTAL (1)	18	18
2. FORMAÇÃO GERAL		
Relações com o público e com a imprensa	02	02
Noções básicas de emergência médica	18	18
Psicologia	04	04
Direito	02	02
SUBTOTAL (1)	26	26
3. FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL		
Segurança física	06	06
Operações policiais	15	15
Técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública	50	50
Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública	04	04
Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas	14	14
Técnicas de segurança a operações de fiscalização rodoviária	04	04
Técnicas de intervenção em recintos desportivos	09	09
Técnicas de segurança a operações em feiras e mercados	05	05
Abertura de itinerários	05	05
Apoio contra a criminalidade violenta	04	04
Adaptação às missões internacionais	05	05
Organização e planeamento	02	00
Bastão extensível – curso ASP	11	11
Defesa Pessoal Policial	16	16
SUBTOTAL (2)	150	148
4. APTIDÃO FÍSICA		
Treino físico	8	10
SUBTOTAL (3)	8	10
5. PROVAS E EXERCÍCIOS		
Avaliação teórica	06	06
Exercícios finais	36	36
SUBTOTAL (4)	42	42
TOTAL (1)+(2)+(3)+(4)	246	246

Figura 12 — Anexo A ao Regulamento do CMOP com a estrutura curricular do CMOP

Fonte: Retirado do Regulamento do CMOP.

Anexo I — Diagrama do Uso da Força

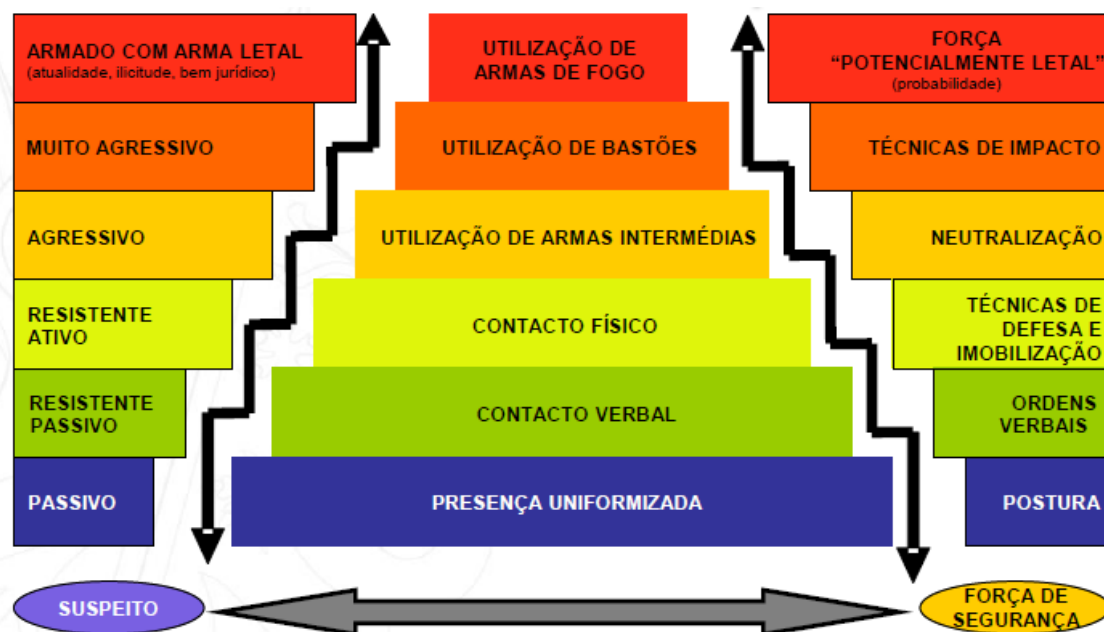


Figura 13 — Diagrama do Uso da Força

Fonte: Adaptado da circular n.º 15/2014-P.